

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECON/ PR
22. PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

TÍTULO DA MONOGRAFIA: UM COMPARATIVO DOS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS PARA MEDIR A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA (PR) E JOINVILLE (SC) NO PERÍODO DE 2000 A 2010.

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: ÁGUIA AZUL

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE (X)

ECONOMIA PURA OU APLICADA ()

RESUMO

O objetivo deste trabalho se constituiu em analisar o nível de desenvolvimento entre os municípios de Londrina e Joinville e identificar as suas potencialidades. Para isso foram analisados alguns indicadores econômicos e sociais para melhor compreendermos a análise do desenvolvimento econômico e suas variáveis no período de 2000 a 2010. Os dados analisados em Joinville mostraram os resultados mais significativos em relação à Londrina, com destaque populacional, superior, melhores indicadores sociais, população ativa, mercado de trabalho mais amplo, com um IDH acima da média nacional, PIB e PIB per capita elevado, o setor industrial e o setor de serviços detém quase toda a participação econômica no PIB do município, as exportações e importações, exerce um grande papel no desenvolvimento econômico de Joinville. O setor de serviços é o que contribui mais para o PIB de Londrina, ambos os municípios apresentam vantagens similares no setor de serviços, no setor agropecuário, mas apenas Londrina possui uma agricultura de qualidade. A metodologia segue as abordagens qualitativas e descritivas, com base em dados dos grandes institutos de pesquisas brasileiros. A conclusão é que os municípios têm o setor de serviços é o mais expressivo, porém o município de Joinville apresentou uma melhor diversificação, notadamente entre os setores da indústria e de serviços, esses refletem no meio social e econômico, isso tem levado um desenvolvimento de mais qualitativo de Joinville em relação a Londrina que por sua vez possui algumas vantagens, como agricultura, receita própria.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Econômico, Análise Comparativa, Variáveis Econômicas dos Municípios.

LISTAS DE TABELA

TABELA 1: POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA PERÍODO DE 2000-2010 (HAB/KM ²)	59
TABELA 2: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA (PR) E JOINVILLE (SC) PERÍODO DE 1950 - 2010	61
TABELA 3: POPULAÇÃO RURAL E URBANA UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ANOS DE 1940 - 2000	62
TABELA 4: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E GRAU DE URBANIZAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1940 – 2010	64
TABELA 5: POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS, IDADE E SEXO, PERÍODO DE 2008	65
TABELA 6: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA TOTAL, RURAL, URBANA, NO PERÍODO DE 1970, 1980, 1991, 2000	67
TABELA 7: MERCADO DE TRABALHO, FLUXO DE MÃO DE OBRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	68
TABELA 8: POPULAÇÃO OCUPADA, RURAL, URBANA NO PERÍODO DE 1970 A 2000	69
TABELA 9: EMPRESAS ESTABELECIDAS NO MERCADO DE TRABALHO	71
TABELA 10: ADMISSÕES NO SETOR ECONÔMICO DO MERCADO DE TRABALHO ..	73
TABELA 11: ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E MORTALIDADE INFANTIL	74
TABELA 12: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL NO PERÍODO DE 1970 A 2000	77
TABELA 13: PIB DOS MUNICÍPIOS E PIB PER CAPITA REFERENTE AOS ANOS DE 2000 A 2008. (VALORES DEFLACIONADOS) A PREÇOS DE 2008.	80
TABELA 14: PARTICIPAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO NO PIB DO MUNICÍPIO DE LONDRINA DE 2000-2008, VALORES DEFLACIONADOS.....	83
TABELA 15: PARTICIPAÇÃO DO SETOR ECONÔMICO NO PIB DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE DE 2000-2008, VALORES DEFLACIONADOS	83
TABELA 16: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE, NO PERÍODO DE 2000-2008 (EM PERCENTUAL %).....	85

TABELA 17: VALORES ADICIONADOS FISCAIS TOTAL DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE 2000-2008 E PERCENTUAL DE CRESCIMENTOS % A PREÇOS CONSTANTES	90
TABELA 18: VALOR ADICIONADO FISCAL POR SETORES	90
TABELA 19: RENDA PER CAPITA E PERCENTUAL DE RENDIMENTOS DO TRABALHO RECEBIDOS – CENSO DE 1991 E 2000. (R\$ DE 2000).....	92
TABELA 20: TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E RENDIMENTOS DO TRABALHO RECEBIDO – CENSO 1991-2000 (PERCENTUAL %).....	93
TABELA 21: MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DURANTE OS ANOS DE 1991, 1996, 2000, R\$ DE 2000 (MIL)	95
TABELA 22: ESTOQUE DE CRÉDITO RURAL, NOS MUNICÍPIOS E NOS ESTADOS E UM PERCENTUAL REFERENTE AO VALOR REPASSADO NO PERÍODO DE 2000-2004	96
TABELA 23: BALANÇA COMERCIAL DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE (U\$\$) FOB (MIL), PERÍODO 2001 A 2010.....	99
TABELA 24: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS ICMS DO ESTADO PARA OS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE, A PREÇOS CONSTANTES DO PERÍODO DE 2000-2010.....	100
TABELA 25: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FPM FEDERAIS PARA LONDRINA E JOINVILLE A PREÇOS CONSTANTES DE 2000-2008	102
TABELA 26: PRINCIPAIS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE PREÇOS CONSTANTES NO PERÍODO DE 2000-2010	103
TABELA 27: PARTICIPAÇÃO NAS TRANSFERÊNCIAS DE RECEITAS EM RELAÇÃO RECEITAS PRÓPRIAS EM (%).....	104

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: AS MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ	42
FIGURA 2: AS MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA	49

LISTA DE SIGLAS

ATLAS: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL
AMUNESC: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA
BACEN: BANCO CENTRAL DO BRASIL
CAGED: CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS
CEPA: CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA
CEASA: CENTRAIS DE ABASTECIMENTOS
DATASUS: BANCO DE DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
FPM: FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IPARDES: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
IPPUL: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA
IPEA: INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA
ICMS: IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
MTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
MDIC: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
ONU: ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS
OMS: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
PEA: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO
PML: PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA
PMJ: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
PNUD: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PND: PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
PR: PARANÁ
SEBRAE: SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SC: SANTA CATARINA
SEAB: SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SEINFRA: SECRETARIA DO ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

SECEX: SECRETARIA DO COMÉRCIO E EXTERIOR

SEFA: SECRETARIA DO ESTADO E DA FAZENDA

UEL: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

VAF: VALOR ADICIONADO FISCAL

SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
LISTA DE TABELAS.....	VII
LISTA DE FIGURAS.....	IX
LISTA DE SIGLAS.....	X
INTRODUÇÃO	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
1.1. DESENVOLVIMENTO.....	17
1.1.1 Desenvolvimento Econômico.....	19
1.1.2 Desenvolvimento Versus Crescimento Econômico	21
1.1.3 Desenvolvimento Segundo os Clássicos	23
1.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	29
1.2.1 Espaço e Região.....	30
1.2.2 Economia Espacial	32
1.3 DESENVOLVIMENTOS LOCAIS E SEUS ATORES	34
1.3.1 Desenvolvimento endógeno	36
1.4 PÓLOS DE CRESCIMENTO	37
1.4.1 Teoria de Base de Exportação	39
2. CARACTERIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES, DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE.....	41
2.1 MESORREGIÕES PARANAENSES.....	41
2.1.1 Aspectos Geográficos.....	42
2.1.2 Perfil Histórico	43
2.1.3 Aspectos Econômicos.....	45
2.1.3.1 Produção Agropecuário	46
2.1.3.2 Indústria e Agroindústrias	47
2.1.3.3 Comércio e Serviços.....	48
2.1.3.4 Turismo.....	48
2.2 MESORREGIÕES CATARINENSES	48
2.2.1 Aspectos Geográficos	49
2.2.2 Perfil Histórico	50

2.2.3 Produção Agropecuário	52
2.2.4 Indústria e Agroindústrias	53
2.2.5 Comércio e Serviços	524
2.2.6 Turismo.....	535
3 METODOLOGIA.....	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
4.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, POPULAÇÃO URBANA E RURAL, POPULAÇÃO POR GRUPO E SEXO, POPULAÇÃO OCUPADA, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA (PR) E JOINVILLE (SC).....	58
4.1.1 População Urbana e Rural.....	61
4.1.2 População por Grupo Idade e Sexo	64
4.1.3 População Economicamente Ativa, Rural, Urbana, e Geral	66
4.1.4 População Ocupada	69
4.2 INDICADORES SOCIAIS	73
4.2.1 Esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil.....	73
4.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	74
4.3 INDICADORES ECONÔMICOS.....	77
4.3.1 Produto Interno Bruto Municipal	738
4.3.2 Análise do PIB por Setores Econômicos.....	80
4.3.3 Valor Adicionado Fiscal.....	85
4.3.4 Renda.....	90
4.3.5 Movimentação Financeira e Estoque de Crédito Rural	94
4.3.6 Exportações e Importações dos Municípios	96
4.4 FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento trouxe uma grande mudança nas estruturas das cidades e das regiões elevando o crescimento, e o conhecimento juntamente com a tecnologia. A partir do século XX surgiu uma grande expansão no setor industrial, de serviços e agropecuário, devido à elevação nos setores econômicos, e a instalação das indústrias no Brasil, surgiu um aumento na geração de empregos e os trabalhadores passaram a ganhar um salário mensalmente.

Muitos setores econômicos passaram por mudanças, como inovações tecnológicas, causando um aumento na produção em larga escala, gerando grandes movimentações populacionais no meio rural para o meio urbano.

O presente trabalho traz uma análise do comportamento das duas maiores cidades da região Sul, uma no Estado do Paraná que localiza na mesorregião Norte Central Paranaense, o município de Londrina, e no Estado de Santa Catarina localizada na mesorregião Norte Catarinense, município de Joinville.

A motivação para realização desse trabalho tem a base no surgimento na premissa de identificar as diferenças entre os dois municípios, pois existem muitos comentários que um município é maior que o outro, isso levou a pesquisa para elucidar as principais diferenças socioeconômicas entre os municípios, e nesse sentido se faz necessária a análise da população, os resultados econômicos dos setores da economia e as condições sociais. Com isso, pretende-se analisar o desenvolvimento entre os municípios de Londrina e Joinville e identificar as suas potencialidades, sendo esse o objetivo dessa pesquisa. Para isso foram analisados os indicadores econômicos e sociais, para identificar as diferenças no desenvolvimento dos municípios de Londrina e Joinville durante 2000 a 2010.

Apesar do período de análise estar caracterizado como 2000 a 2010, para alguns dados estatísticos não há disponibilidade desse período, em função disso algumas tabelas foram elaboradas com períodos menores, porém sempre respeitando períodos iguais para os dois municípios para efeito de análise. Todavia foram apresentadas em algumas tabelas séries estatísticas históricas, como é o caso das informações sobre população.

Para se atender ao objetivo proposto, buscou-se na revisão da literatura, rever como os clássicos pensavam sobre o desenvolvimento, o desenvolvimento regional, econômico, dos pólos e prosseguir com uma comparação e caracterização do perfil socioeconômico das regiões norte

central paranaense e da região norte catarinense, e identificar como a população tem se comportado durante esse período e quais indicadores são os mais produtivos, quais os indicadores responsáveis por elevar o crescimento dos municípios.

Na análise dos dados econômicos como PIB (Produto Interno Bruto) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) trazem as informações sobre o desempenho de cada cidade, e resultados no meio econômico e social, e com o objetivo de ter uma avaliação consistente do que representa cada setor para cada município.

Além do setor terciário da economia, vislumbra-se ao decorrer desse trabalho, do setor secundário na região de Londrina e Joinville, como destaque nos últimos anos como inserção do crescimento produtos industrializados contribuam para a geração de riqueza, com produtos de maior valor agregado e com isso haja um incremento de mão de obra direta e indiretamente por meio das naturais externalidades econômicas.

A partir dessa análise apresentam-se os comparativos pontuais dos municípios de Londrina e de Joinville que direcionam como um processo de análise feito com dados históricos oriundos dos Institutos Oficiais e Pesquisas e das prefeituras dos municípios objetos desse estudo. Partindo dessa premissa será verificado o comportamento dos indicadores de Londrina e Joinville ao longo do período analisado mostrando as principais diferenças socioeconômicas e a identificação daquele município que tenha apresentado uma dinâmica de desenvolvimento mais eficiente.

Através dos períodos analisados, a urbanização dos municípios, os indicadores de crescimento e a distribuição de renda, serão tratados com pontos importantes para visualizar as propostas de desenvolvimento de Joinville e Londrina.

Para uma melhor compreensão do trabalho, foi estabelecida a seguinte estrutura, que está organizada em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico tem sobre o desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, local, o desenvolvimento endógeno, pólos de crescimento, base de exportação, na tentativa de definir um marco referencial para o desenvolvimento local dos municípios de Londrina e Joinville.

O segundo capítulo foi realizado a caracterização das mesorregiões norte central paranaense e mesorregião norte catarinense e dos municípios, sendo realizado consulta a prefeitura dos municípios, no intuito de levantar o histórico, e os perfis de cada município.

No terceiro capítulo será abordada a metodologia, adotada, ou seja, quais foram os métodos utilizados para a elaboração do trabalho em si.

No quarto capítulo um levantamento de dados para a elaboração da análise dos resultados e discussões, como características demográficas, emprego, meio social, economia, contas públicas, indústrias, indicadores agropecuário, que permitirá a identificação e as potencialidades de cada um, no que diz respeito ao desenvolvimento.

No quinto e último capítulo, as considerações finais, sobre o tema proposto, comentários sobre os principais pontos identificados, que fazem a diferença, destacando os pontos principais dos municípios e mostrando a superação, e identificar qual deles se sobressaiu melhor nas análises.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem o objetivo de expor parte da base teórica e buscar um melhor entendimento na parte de desenvolvimento de região espacial, desenvolvimento segundo os clássicos, desenvolvimento regional, polos de crescimento, desenvolvimento local e seus atores, desenvolvimento endógeno e teoria de base de exportação, para uma melhor compreensão dos fatos e relatar uma breve situação de como se desenvolve uma região e um espaço, com o objetivo de verificar com se situa a nossa realidade e na nossa cultura se o crescimento junto com o desenvolvimento interfere na economia de cada município, servindo de parâmetro para aplicação de futuras políticas públicas. No transcorrer deste capítulo aparecerão vários assuntos como o trabalho que surge a partir da demanda por produtos, em contrapartida a industrialização se dá através de urbanizações, com deslocamento de pessoas no meio rural vão em busca de melhores condições de vida, gerando uma globalização, a busca por tecnologias para um desenvolvimento de qualidade, não esquecendo que a tecnologia vem do capital humano.

1.1. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento faz parte da história das grandes metrópoles, o principal destino de sua função é integrar questões sociais, políticas, geográficas e históricas. Em suma, o desenvolvimento busca trazer expansão para a sociedade, liberdade, mudança estrutural e um aumento na produção e no bem estar de todos.

Para Sen (2000) de acordo com suas características humanísticas, entende que desenvolvimento pode ser visto como um processo de expressão de liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ainda neste pequeno contexto o autor, busca mostrar que para um País a liberdade é de fundamental importância e que também uma região ou localidade busque a execução do processo de desenvolvimento, preservando a livre condição dos agentes econômicos e sociais.

Constatando que desenvolvimento requer crescimento, Furtado (1977) estabelece que o desenvolvimento tenha uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhes são específicos. O complexo de recursos naturais, as

correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singulariza cada fenômeno histórico de desenvolvimento.

Com o desenvolvimento os economistas clássicos, sem sombra de dúvida na construção de suas análises sobre crescimento e desenvolvimento, tiveram em mente economias em estágio de desenvolvimento, segundo (Souza 2009) para os economistas marxistas, a contradição do desenvolvimento, não estaria, portanto entre o centro e a periferia, mas entre o capital e o trabalho.

Ao longo do tempo a tecnologia vem crescendo e desenvolvendo, trazendo inovações e meios mais rápidos de um desenvolvimento de qualidade e infra-estrutura, a industrialização teve um papel relevante na teoria de desenvolvimento, para Rostow (1974), o papel é obrigatório na relação entre crescimento econômico. Ainda para Rostow a grande alavanca seria a industrialização a idéia era de que numerosos países, hoje considerados desenvolvidos, teriam atingido esse patamar a custo da industrialização e com isso a maioria dos países pobres teria uma economia baseada na economia de subsistência.

Segundo Thomas (2000) um crescimento qualitativo é um crescimento com investimento não apenas em capital físico, mas sobre tudo em capital humano e capitais naturais, administrando riscos e melhorando o governo, reduzindo a pobreza e melhorando a qualidade de vida, e trazendo como resultados benefícios a sociedade como um todo.

O desenvolvimento vem com grandes interpretações, associados aos economistas clássicos, Smith, Marx, Schumpeter, Rostow, em que suas obras e pensamentos fazem parte do tema desenvolvimento. Adam Smith, o primeiro a abordar o assunto, e um dos primeiros a relatar em seus livros, quais os motivos que determinam a riqueza de um país ou não, Marx contribui para questões, relativas ao trabalho, acúmulo de capital, riqueza e política.

Schumpeter (1985) inovou e disse que crescimento e desenvolvimento, não estavam interligados, Rostow (1974), a teoria de “Arranque” estabelecendo premissas futuras, cada um dos clássicos contribuiu para buscar um desenvolvimento e um grau de satisfação.

Ainda indaga Souza (2005), que a corrente estruturalista e o desenvolvimento traz mudanças, para o meio social, político, institucional, uma conseqüente melhora na renda média, a produção tende a melhorar com o desenvolvimento. Porém, o autor fez uma diferenciação entre a renda per capita que seria como uma melhoria para o meio social econômico, tudo que se pode

garantir é com a renda, considerando que nem sempre a renda per capita é aquilo que alguns dados econômicos mostram. Para isso Souza relata que:

O crescimento da renda per capita, é fundamental para melhorar indicadores sociais. Essa variável correlaciona-se com os níveis educacionais e liberdades políticas. Imprensa livre e debate público aberto influenciam indicadores de bem estar (BANCO MUNDIAL, 1991, p.57, Apud, SOUZA, 2009, p.13).

1.1.1. Desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico busca uma qualidade de vida com sustentabilidade, e buscando sempre a melhor distribuição de renda, emprego, saúde, infra-estrutura e educação são elementos essenciais para ter uma economia, com crescimento de qualidade. Com isso a sociedade procura estabelecer estes recursos fazendo com que haja uma melhor distribuição, em que as famílias e empresas possam estar adquirindo seu consumo através de mão de obra especializada e ter um produto de qualidade no mercado, Schumpeter (1985) relaciona:

Os períodos de prosperidade ao fato de que o empreendedor inovador ao criar novos produtos, é imitado por um verdadeiro “exame” de empreendedores não inovadores que investem recursos para produzir e imitar os bens criados pelo empresário inovador. Conseqüentemente, uma onda de investimentos de capital ativa a economia, gerando a prosperidade e o aumento do nível de emprego (SCHUMPETER, 1985, p.14)

O desenvolvimento econômico é um processo, de cada região e o crescimento econômico social são os recursos disponíveis, e dependem das características de cada região, do seu passado histórico da cultura, população e outros aspectos sociais. Para isso é necessário ter uma linha de raciocínio em que a economia deve ser como um processo amplo de mudanças de natureza econômica, política e principalmente social, seus objetivos e satisfações possa suprir as necessidades do ser humano, como saúde, habitação, transporte, alimentação, lazer dentre outras (SEN, 2000).

Procura-se ver se a oferta é compatível com a demanda, em que as necessidades de consumo possam ser satisfeita e seus agentes ser devidamente remunerados (MARX, 1890). Pode-se observar que desenvolvimento melhora qualidade de vida, para isso, é necessário uma renda, uma educação mais equitativa e oportunidade de emprego, e maior igualdade de gênero, e um meio ambiente mais limpo e mais sustentável, liberdades civis e políticas mais amplas.

Para Sandroni, (1994) a importância do planejamento econômico, e desenvolvimento visa analisar que planejamento, é um esquema econômico em que a organização dos fatores de produção é controlada ou direcionada por uma autoridade central. O esquema consiste na fixação de metas globais a serem atingidas pela economia em determinado período, com o auxílio de controles governamentais, a um sistema de preços.

O desenvolvimento econômico procura uma geração de renda, em determinado local, busca uma melhoria na qualidade de vida daqueles que querem crescer e se desenvolver, com base na sustentabilidade, nesse sentido CHENERY (1981):

Afirma que pode se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associados, que se produzem na estrutura de uma economia, e são necessários a continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda da produção e dos empregos, assim como a estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro (CHENERY, 1981, p. 9).

Considerados em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional e um sistema econômico moderno. Com isso procuramos estar, de acordo com a idéia de Chenery (1981) a busca por inovações e novas combinações produtivas, a demanda por bens de consumo, as entradas de capitais do comércio exterior finalmente, estimulando os processos de inovações e aprendizagem das empresas¹.

Também constatamos que deve ser levado em consideração, o meio ambiente, onde é afetado constantemente pela ação do homem na busca pela satisfação de suas necessidades quando se utiliza dos recursos naturais a disposição da produção.

A idéia de Buarque (1999) se traduz por meio de métodos e estratégias que devem ser aplicadas em função do crescimento econômico de forma a se promover de maneira sustentável, para que satisfaça os interesses da geração presente, sem comprometer a vida e as necessidades das gerações futuras, baseado em pesquisas e estudos realizados, visando à apuração de dados políticos econômicos e sociais, isso acaba sendo um fator determinante para o crescimento integrado e sustentável.

¹ Quanto mais organizada a produção estiver no território mais rápido acontece o processo de inovação.

1.1.2. Desenvolvimento versus crescimento econômico

Pode constatar que crescimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento econômico, o primeiro é um fenômeno de natureza mais quantitativa, a natureza do segundo mais qualitativa, ou seja, o crescimento econômico significa ter mais, e desenvolvimento econômico exprime o ser mais (VEIGA 2005).

Nos anos de 1960, Celso Furtado enfatizava a necessidade de ruptura com a idéia de que subdesenvolvimento era um estágio de desenvolvimento. Ao contrário, subdesenvolvimento era uma condição que poderia perpetuar, ou prolongar por muitos séculos, como condição precária enraizada nas nações. Furtado ainda cita que “subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tenham necessariamente passado às economias que já alcançaram o grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1961). Para Fonseca,

[...] o desenvolvimento econômico é um processo relativamente recente, pois coincide com o aparecimento do capitalismo e, mais propriamente, com o advento da Revolução Industrial. De modo geral, os sistemas pré-capitalistas eram marcados pela estagnação econômica uma vez que não existiam acumulação nem crescimento da produção (basicamente agrícola), ou seja, não existia desenvolvimento. (FONSECA 2006, p.4-5).

Observa Veiga (2005) que o desenvolvimento humano (IDH) uma vez que as decisões políticas muitas vezes demandam uma medida sumaria que incida mais claramente o bem estar humano do que o rendimento. Ainda nesta mesma citação ele considera que;

O PNUD admite que o IDH, é um ponto de partida, recorda que o processo de desenvolvimento é muito mais amplo, e mais complexo do que qualquer medida sumaria conseguiria captar, mesmo quando completada com outros índices, o IDH não é uma medida compreensiva, pois não inclui, por exemplo, a capacidade de participar nas decisões que afetam a vida das pessoas e gozar do respeito dos outros na comunidade. Uma pessoa pode ser rica, saudável e muito instruída, mas sem essa capacidade o desenvolvimento é retardado (VEIGA, 2005, p. 87).

Sen, (2000) busca destacar que o crescimento depende do desenvolvimento das pessoas, da qualidade de vida, da qualificação no mercado de trabalho, buscando se desenvolver nos aspectos de crescimento e desenvolvimento, se atualizando na sociedade, buscando o de melhor para sua região em todos os sentidos, educação, lazer, infra-estrutura, tudo que traga benefícios

para sua cidade ou região. Rivero (2002) já relata a atuação política dos governos e evidência esta superficialidade quando diz que:

[...] o crescente desequilíbrio físico-social entre abastecimento de alimento, energia e água e população urbana equivale a uma falha sísmica de natureza sócio-política que pode causar tremores de desintegração nacional, maioria dos governos mostra absoluta despreocupação quanto ao crescimento urbano e a disponibilidade futura de água, energia e alimentos. O mito do desenvolvimento está tão enraizado no inconsciente coletivo das classes políticas que elas não se preocupam com o desequilíbrio físico social. Parecem acreditar que o desenvolvimento é possível sem água, sem energia e sem alimentos que prescrevem as grandes potencias transnacionais e as instituições econômicas e financeiras internacionais (RIVERO, 2002, p. 214).

Portanto o desenvolvimento econômico pode ser visto como crescimento econômico e vem acompanhado de melhorias no nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia, o que se pode observar ao longo do tempo pela variação positiva no crescimento econômico medido por indicadores do rendimento PIB ou PIB per capita, assim como redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis saúde, nutrição, educação, habitação, e transporte (GADOTTI, 2000).

Segundo Schumpeter (1985), a ruptura desse mundo estacionário, também é o início de um processo de desenvolvimento, que ocorrem precisamente, no âmbito da produção em consequência de eventos que modificam, às vezes profundamente, os velhos sistemas produtivos.

Observa Souza (2009) à idéia de crescimento econômico, vêm distribuídos entre a renda dos proprietários de fatores de produção, para haver uma melhora nos padrões de vida e do desenvolvimento econômico, mas é necessário não confundir crescimento com desenvolvimento.

Com Base no contexto Souza (2009) ele diz que associado ao crescimento outros efeitos podem ocorrer, como transferências de renda, baixos salários limitam o crescimento de setores econômicos, e dificuldade interligadas as empresas que mais crescem que são as exportadoras de mercado interno.

Diante dessas considerações Souza (2005), analisa que o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas na vida da população, fazendo com que as instituições e empresas produtivas aumentem a mão de obra, gerando emprego, e transformando a economia num melhor nível de vida da população.

1.1.3. Desenvolvimento segundo os clássicos

Souza (2005) buscou mostrar que o mercantilismo, procurava maximizar a acumulação de ouro e prata, metais considerados ao ferro e aço. Procuravam a maximização do saldo da balança comercial pela expansão das exportações, havia uma política de protecionismo na economia interna contra importados, no longo prazo que mostrava prejudicial ao desenvolvimento.

A proteção agrícola contribuiu para os preços se manterem no mercado interno de alimentos, visto que o custo de vida e os salários tiveram um crescimento significativo. Na economia houve o protecionismo das indústrias de formação e das atividades agropecuárias. A preocupação era em expandir as exportações para desfazer os estoques de mercadorias e elevar o nível de renda e de emprego, o afluxo da moeda ajudava a reduzir a taxa de juros, estimulando o crescimento econômico e investimentos. Contudo Keynes mostra que:

O pensamento mercantilista considerava que a taxa de juros indevidamente alta era o maior obstáculo ao desenvolvimento da riqueza, e os mercantilistas haviam também compreendido que a taxa de juros dependia da preferência pela liquidez e da quantidade de moeda (KEYNES, 1990, p. 262).

Os fisiocratas² tinham pensamentos opostos aos dos mercantilistas, pregavam o liberalismo, para eles a indústria e comércio só transformavam e transportavam valores. Segundo Souza (2009) a economia circula em setores econômicos que são três classes produtivas, os capitalistas e trabalhadores da agricultura, classe estéril, e classe ociosa, são eles os proprietários de terras. A indústria e o comércio faziam parte da agricultura no pensamento dos fisiocratas, a produção nas terras era muito pouco, não havia incentivo por parte dos donos, e nem por parte do governo, os donos não se preocupavam em cuidar das suas terras, não tinha tecnologia, e as pessoas eram pobres, não sabiam lidar com a terra.

Se houvesse estímulo para o aumento da produção agropecuária, e se a produtividade por parte da classe produtiva aumentasse, geraria o excedente e o desenvolvimento da economia também se expandiria. Assim sendo, o modo de produção capitalista, como forma de produzir excedente e desenvolver, o resto da economia, só fazia sentido na agricultura (NAPOLEONI, 1988).

² Fisiocracia significa “governo da natureza”. Foi o primeiro sistema científico em Economia a substituir o empirismo dos mercantilistas. Representa o individualismo econômico, gerador do liberalismo capitalista (GASTALDI, 1955, p.48).

Smith (1983) era um dos liberalistas, acreditava no liberalismo econômico, achava que o estado tinha que intervir o mínimo possível, também achava que a mão invisível do mercado era capaz de se auto-regular, e se tornar eficiente e eficaz, para ele os pensamentos dos mercantilistas não servia para sociedade, pois os impostos, e o protecionismo, tinham que ser instintos para estimular o comércio internacional.

Segundo os liberalistas, os agentes econômicos são movidos a ambição, isso impulsiona o crescimento o desenvolvimento econômico, e o liberalismo pregava e criava a concorrência, a lei da oferta e da procura, e os mecanismos de auto-regulação no mercado. Smith (1983) era diferente dos mercantilistas e fisiocratas, ele considerava os metais preciosos e a terra como principais fatores de riqueza nacional e acreditava que o elemento essencial do aumento dessa riqueza é o trabalho produtivo.

Outra questão que o autor defendia era a parcimônia, pois aumenta o estoque de capital financeiro, e poderia contratar trabalhadores, e aumentar o nível dos produtos e gerar um fundo de capital, para estar contratando trabalhadores produtivos e investindo, em matéria-prima e bens de capital. No seu livro Riqueza das Nações, cita

“o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste, sempre, na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações” (SMITH, 1983, p.35 APUD Souza, 2005, p.59).

Analisa Smith (1983) trabalho se torna fertilizado ou produtivo, em oposição ao trabalho improdutivo, o trabalho seria um produto excedente de valor sobre seu custo de produção. A riqueza vem do trabalho produtivo, quanto maior for à produção deste trabalho maior será o produto social de uma economia, e ao longo do tempo a demanda de trabalho produtivo vai aumentando mais, e com um estoque de capital, vai gerando mais mão de obra para a economia.

Smith (1983), da origem a divisão do trabalho e a propensão humana a troca, busca observar que nenhum trabalhador consegue produzir seus próprios bens que necessita, alguns bens necessita de habilidades mais especiais. E em contrapartida alguns mercados buscam certos tipos de trabalho que só poderá ser encontrados em grandes cidades, onde as indústrias se unem e formam um aglomerado, de mão de obra especializada, e com isso a dispersão espacial da

população rural dificulta a especialização dos trabalhadores, para Smith a industrialização vem ligada ao fenômeno de urbanização.

E com isso o mercado torna se regional, nacional, internacional, e fica melhor para a produção de bens em larga escala, e com menores custos de transporte, as empresas passam a atuar em novos mercados com essa expansão a acumulação de capital, tende a aumentar, e o investimento tende a gerar emprego, estimulando o trabalho, e um melhor salário, no mercado que satisfaça todas as necessidades.

Observa Smith que o crescimento ocorre porque o capital mais produtivo em maior volume aumenta a divisão do trabalho, e a produtividade dos trabalhadores, gerando maior nível de produtos, e o desenvolvimento fica caracterizado pelo aumento dos indicadores econômicos, e de infra-estrutura, pela melhoria da distribuição de renda e elevação geral do nível de bem estar do conjunto da população (SMITH, 1983, APUD, SOUZA, 2005, p. 63).

Ricardo (1982) acreditava que o equilíbrio do mercado poderia ser alcançado se aplicasse as suas teorias, do valor de trabalho, distribuição de renda, e comércio internacional. Também observava que o grande problema do crescimento econômico, estava na agricultura, que os produtores seriam incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos próprios trabalhadores, se a produção eleva os salários nominais, o poder aquisitivo aumenta, dando possibilidades de adquirir produtos, aumentando o nível de consumo. Para os economistas clássicos a acumulação de capital implicava a contratação de trabalhadores produtivos e vice-versa. Ricardo previa constante aumento na população e uma constante concorrência na procura por emprego, trabalho como de alimentos reduzindo a humanidade a um simples processo de subsistência³.

Na economia de Ricardo, os trabalhadores recebiam sempre o mínimo necessário para a própria subsistência a chamada lei de ferro e fogo dos salários.

Observa que (Ricardo apud, Souza, 2005) defendia a concentração de renda na mão dos capitalistas, pois os capitalistas eram responsáveis por acumulações de capital e pelo desenvolvimento econômico. Com o crescimento demográfico da população, cresce a demanda por alimentos, vão surgindo cidades, devido a uma concentração de pessoas, ao lado dessas terras a produtividade vai aumentando, e com isso foi percebendo um incentivo natural para o uso

³ Subsistência, ter uma estabilidade, sobrevivência, um conjunto de coisas necessárias para a manutenção da vida, e garantir o sustento da família.

intensivo de máquinas, equipamentos, fertilizantes, aumentando ainda mais o rendimento e o lucro do produtor.

O custo de produção da pior terra define o preço dela, e por consequência, as terras melhores apresentam uma renda diferencial. A renda que Ricardo admitiu existir corresponde a que (Marx 1890, apud, Souza 2005), colocou como o diferencial, produzida pelas quantidades de capital de trabalho nas mesmas dimensões de terras, com fertilidades diferentes. Essa renda é uma porção do produto da terra paga a seu proprietário pelo uso da plantação e para que o proprietário da terra tenha um lucro que seria a renda por uso do solo.

A importação de produtos mais baratos para consumo dos trabalhadores reduz os salários naturais. A exportação por outro lado amplia o mercado interno ao proporcionar maior divisão do trabalho, o que reduz os custos médios da produção (RICARDO, 1982, Apud, SOUZA, 2005).

Para Schumpeter (1985) tem concepções próprias em relação a alguns pontos da análise econômica, que o distinguem dos demais neoclássicos, como um exemplo, a questão da soberania do consumidor, dos determinantes do investimento e poupança, (juros, lucros, salários), etc. O que mais distingi de seus colegas neoclássicas é sua visão mais “geral” do processo de desenvolvimento, bem como o fato de ter sido o primeiro neoclássico, a tentar uma explicação para o processo de variação econômica.

O pensamento Schumpeteriano, tem enorme contemporaneidade, o que mostra a importância de suas reflexões para procurar compreender os movimentos da modernidade. Em seu livro “Teoria do desenvolvimento econômico”, ele diz

“Devido a essa dependência fundamental do aspecto econômico de coisas sobre tudo mais, não é explicar uma mudança econômica através somente de condições econômicas prévias. Isso porque o estado econômico de um povo não emerge simplesmente de condições econômicas anteriores, mas somente de toda situação anterior” (SCHUMPETER, 1957).

Foi uma exceção entre os neoclássicos de sua época. Como diz Sweezy (1962), uma leitura cuidadosa de suas obras revela com clareza que o objetivo nada mais é do que expor inteiramente a anatomia da variação numa sociedade capitalista.

Schumpeter (1985) foi bastante influenciado por Marx e pelas descobertas que marcaram época na história econômica. Já Marx⁴ parece que herdou a visão dinâmica do processo de

⁴ Idéia Marx, foi distingi renda tipo 1, renda tipo 2, a 1 são as diferenças de produção do solo, ou com vantagens de localização do solo, a do tipo 2 a diferença de produtividade é com a diferença adicional de capital. Mesmo no

desenvolvimento, e poucos foram o que se opuseram ao marxismo com a mesma firmeza de Schumpeter.

No entendimento de Schumpeter (1982) o desenvolvimento econômico depende de um grau de utilização e da taxa de aumento desses vários tipos de fatores produtivos, há também as dificuldades que vão surgindo, dessa posição, os problemas da quantificação de muitas características dos fatores produtivos, são considerados relevantes no processo de produção. A dificuldade aumenta ao se tentar determinar as causas das variações entre os diferentes fatores produtivos. Quem se preocupou com a diligência em formular uma teoria verdadeiramente geral de desenvolvimento foi Marx que chegou a incluir em seu modelo as modificações culturais. Schumpeter tenta explicar o desenvolvimento econômico ele diz que a variação econômica, é preciso visualizar primeiro o empresário, inovação, e capital.

O empresário é o que promove inovações no processo produtivo. E quanto ao seu ambiente econômico, podendo ser isolado e analisado independentemente das conseqüências de suas próprias ações, capaz de vencer as resistências psicológicas e sociais que o impedem de realizar coisas novas.

Busca Schumpeter, o elemento motriz da evolução do capitalismo a inovação, seja ele em forma de introdução de novos bens ou técnicas de produção ou mesmo através do surgimento de novos mercados, fontes de oferta de matérias primas ou composições industriais. A presença de agentes que visam lucros, “extraordinário ou não, torna essencialmente endógeno o aparecimento de inovações, que constituem o mecanismo de alterar condições do ambiente econômico tornando cruciais as decisões capitalistas de investir” (POSSAS, 1991, p, 82).

Segundo a teoria Shumpeteriana, sem o lucro, não poderia haver nenhuma acumulação de riqueza e consecutivamente nenhum desenvolvimento. O lucro por definição, vindo da inovação, é a parte básica da fortuna capitalista, isto é a acumulação Shumpeteriana (EKERMAN & ZERKOWSKI, 1984).

Duas considerações importantes, primeiro as inovações tendem a concentrar-se em alguns setores da economia, em particular nos mais fortes, e no segundo as firmas com maior probabilidade de inovar procurarão manter-se na dianteira do progresso técnico, introduzindo novas inovações a fim de não se tornarem vítimas desse processo inovativo (MOREIRA, 1989).

pior solo pode ser obtida renda do tipo 2, mediante capital, fertilizantes e irrigação, a contribuição de Marx, foi além onde firmou que no pior solo, a existência de adicional do preço natural gera um lucro puro que o proprietário da terra pode apropriar-se na forma de renda.

Segundo Schumpeter (1982) o crédito é essencial ao processo econômico, pois parte das inovações que são financiadas com recursos de terceiros. As idéias deles mostram-se adequadas para avançar, na discussão sobre os determinantes do processo dinâmico de desenvolvimento, da mudança tecnológica e da inovação.

Analisa Schumpeter, e chega a um ponto que para ele, o crescimento da economia é derivado do crescimento populacional, da renda e da riqueza, para ele isto não resulta em nenhum fenômeno qualitativo novo, é considerada por ele uma mera mudança dos dados naturais.

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. (SCHUMPETER, 1985, p. 47-48, Apud, ANTONIO J. 2004. p. 121)

Conciliando esses clássicos na visão de Souza (2009), os mercantilistas procuravam obter o lucro, e a proteção de seus produtos, e os fisiocratas, pregava o mercado liberal, sem a intervenção do governo.

Smith (1983) procurava pregar o liberalismo com o mínimo possível de intervenção do governo, onde o próprio mercado tinha a capacidade de se auto-regular, a ambição estava sempre junto dos liberalistas, para esse capital aumentar, o trabalho produtivo era um ponto essencial para o mercado se expandir. Ao longo do tempo a demanda por trabalho aumenta, gerando o excedente e mais mão de obra no mercado, mas nem todos os produtores conseguem produzir, foi onde indústrias começam a surgir gerando uma imigração do campo para cidade.

Ricardo (1982), neste meio acreditava em sua teoria do valor trabalho, que o mercado tem seu próprio equilíbrio, e achava que os agricultores e produtores não eram capazes de produzir bens de consumo com valor acessível. Também via que para a sobrevivência bastava ter um mínimo possível de salário, mas num determinado período, a necessidade foi aumentando, a busca era por um salário maior. Com o tempo a população foi crescendo, e formando cidades, a necessidade era maior, surgiu à busca por terras, a produtividade cresceu veio as máquinas, equipamentos, para ter um cultivo mais qualificado, e com qualidade.

Schumpeter (1982) tem uma visão mais geral, foi bem influenciado por Marx, e por grandes descobertas de sua época. Schumpeter em suas obras tinha como os empresários um meio de crescimento, e que eles buscavam as inovações tecnológicas, o lucro vem junto com inovações e com isso haveria acumulação de capital, e o desenvolvimento seria crescente.

Para ter capital a busca por inovação tinha que ser constante, mas para ter inovação foi preciso investimento, o crédito surgiu para obter recursos para financiar os meios de busca por inovações. Visando sempre o crescimento a população crescia junto com a renda, as mudanças sempre vão aparecendo, na indústria e no comércio.

1.2. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Desenvolvimento regional, segundo Rolim (1982), acredita que a região esteja bem, e acredita na importância da região para os cidadãos, do valor inestimável quando uma região é bem cuidada, bem administrada, a responsabilidade de cada morador, pois quando a sua região esta bem, a maioria das pessoas possui emprego, os jovens vão à escola, as pessoas têm saúde, os negócios estão crescendo, as chances de crescer é ainda maior, e as que famílias possam se sentir feliz.

Conforme o autor relatou tem-se uma idéia de como a sociedade, faz parte da sua região, incentivando e colocando em prática e procurando seus direitos como cidadãos, e exigindo dos governos para que mande incentivos para a sua região.

Segundo Polése (1998), o desenvolvimento econômico regional acontece quando há uma descentralização de poder, deixando livres os espaços regionais. Assim é importante observar a base econômica, deixando que o capital, o trabalho e as tendências econômicas fluam como suporte da região, seja esta agrícola, industrial ou comercial. E com isso oportuniza a visualização das potencialidades em relação a sua capacidade produtiva tornando-se especialistas e com vantagens competitivas em determinados produtos e serviços em que a comercialização possa ocorrer além da fronteira regional e chegando a exportação.

Ainda Polése diz que é necessária que haja difusão das inovações e do conhecimento entre empresas e organizações a adoção de forma flexível para organizar a produção, o desenvolvimento urbano do território a complexidade do tecido institucional constitui fatores chaves que condicionam a acumulação do capital nas cidades e regiões.

Para Higgins (1969), poucos esforços em toda a história dos empreendimentos científicos mostraram ser tão estéril como a tentativa de encontrar uma definição universal aceitável de região. O fracasso reflete o simples fato de que nenhum conceito de região pode satisfazer, ao mesmo tempo, a geógrafos, cientistas políticos, economistas, antropólogos.

1.2.1. Espaço e Região

A noção de região deu-se no Império Romano, quando a necessidade de articulação entre o poder centralizado e sua extensão sobre uma área de grande diversidade social, cultural, e espacial, exigiu a segmentação do espaço. Essa necessidade histórica, segundo Balbim, (1996) identifica a região como uma funcionalização do poder, que surge como um ato político. Com isso no século XVII, surge o Estado moderno, a partir de uma união regional e com fundamentos da então criada ciência geográfica, com isso os geógrafos consideraram as bases políticas inadequadas para a descrição do espaço e buscaram áreas “mais naturais”.

No entanto essas unidades espaciais podem ser econômicas ou sociais e levam a designação de regiões homogêneas, com determinados recursos naturais, topografia, clima, estruturas econômicas, padrões homogêneos de consumo, e distribuição da força de trabalho podendo ainda incluir variáveis como atitudes sociais uniformes, uma identidade regional ou concepção semelhante (RICHARDSON 1969).

A partir de Revolução Industrial⁵, o poder do Estado começou a ser medido pelo desenvolvimento industrial do País ou localidades, determinando novas configurações espaciais, fundadas na divisão internacional do trabalho e no processo de acumulação de capital. O espaço pode ser definido a partir de um conjunto de dados econômicos localizados, sendo que tais localizações podem ser dispersas, considerando as características e a natureza das relações de interdependência que dão unidade ao espaço (MOORE 1968).

Para Boisier (1989) tal regionalização prossegue a partir do nível nacional, que muitas vezes redundava em redefinições políticas administrativas, raramente contemplava os fenômenos,

⁵ Revolução Industrial constituiu um marco significativo na história do mundo ocidental por ser considerado o ponto de partida de uma série de mudanças no cotidiano moderno. Os efeitos da substituição na manufatura, trabalho manual pela manufatura (trabalho do homem manobrando máquinas e aparelhos) que trouxeram grandes trabalhos para a vida em sociedade. Pode-se conceituar que Revolução Industrial como um fenômeno de forte impacto social. Sabe-se que houve atividade industrial anteriormente embora “tosca” artesanato, manufatura, indústria, mas é a partir deste ponto específico da História, que surge a substituição do trabalho do homem pela agilidade da máquina.

denominados em sentido amplo do regionalismo. A região passa a ser vista como resultante de um processo de construção em que uma determinada sociedade interagindo com o meio natural constrói um particular subsistema social⁶. Onde era vista como território habitado para ser entendido como um espaço social, mas há de se estabelecer que nem todos os territórios habitados podem ser considerados regiões. E aqueles espaços geográficos que conseguem espaços sociais poderão ser considerados regiões (ROLIM, 2000).

Ainda Rolim, busca o entendimento do surgimento de sistemas avançadas de inovações, e nem todos os territórios habitados conseguem tornar-se uma região desenvolvida, e algumas regiões não conseguem montar sistemas que permitam a geração de inovações às vezes não conseguem ser competitivos.

[...] o espaço contém e representa uma visão complexa da realidade nos seus variados aspectos, nos seus diversos elementos constituintes, e nessa representação se inclui o complexo de relações que se estabelecem entre esses mesmos elementos. Nesta acepção tem cabimento a identificação [do espaço] com o conceito de sistema (LOPES, 2002, p.45. Apud, ANTONIO, J. SILVA, 2004, p.28)

Por isso a participação dos cidadãos nas decisões é de extrema importância para ter uma região de qualidade, ou seja, quanto mais qualificação das pessoas em determinada região, facilita e pode ajudar no desenvolvimento local e regional, e com atitudes empreendedoras a região terá resultados significativos e as chances de crescer serão mais concretas (Rolim, 2000).

“O homem costuma dividir o espaço de acordo com as características oriundas da influência das condições naturais e do aproveitamento do espaço”. Acrescenta-se, também que o espaço, enquanto organização, é um processo e como tal, está em permanente transformação (ANDRADE, 1973, p.31).

Moro (1990) a este respeito descreve “refletir levando em conta que o espaço nunca está organizado de forma definitiva, que ele não é estático, ao contrário, é profundamente dinâmico e vai se modificando dialeticamente de forma permanente”.

Friedmann (1960) em virtude da flexibilidade do conceito, que a própria delimitação regional pode ser modificada à medida que se definam novas finalidades e circunstâncias

⁶ Subsistema social, onde se cruzam os indivíduos, para um espaço de socialização em que os indivíduos agem e se relacionam, e torna-se um lugar de interação.

diversas, complementando este conceito, pode-se afirmar também, que o conceito de região é dinâmico e subjetivo.

1.2.2. Economia espacial

Com o passar do tempo se torna mais específico os espaços a sua volta, cada vez menos semelhantes, criando assim uma nova área um espaço particular. Imaginando esta situação fica mais claro compreender que o surgimento da região acontece quando os homens se agrupam e passam a exercer ações através do trabalho no espaço conhecido, mesmo que este trabalho seja de forma primitiva (MAMIGONIAM, 1999).

Perroux (1967), afirma que os espaços econômicos definem se em função da polarização, ou homogeneidade de suas estruturas, ou seja, definem se pelas relações econômicas entre elementos econômicos. Deste modo encara o conceito sob três diferentes visões, a saber: o espaço econômico como conteúdo de um plano, o espaço econômico como um campo de forças e o espaço econômico como um conjunto homogêneo, surgindo assim três tipos de regiões econômicas, região plana, região polarizada e região homogênea.

O espaço pode definir se a partir de um conjunto de dados econômicos localizados podendo as localizações ser dispersas, porque o que da unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações interdependência (SIMÕES LOPES 1995).

Richardson (1969) é um dos autores que analisa com mais profundidade este tema da não homogeneidade da economia espacial, o reconhecimento do que pode ter significado no meio econômico, nos conduz ao conceito de regiões nodais⁷ ou polarizadas.

Como a idéia de polarização foi inicialmente introduzida por Perroux, (1955) partindo da constatação empírica de que o crescimento não aparece por toda parte, se manifesta em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande se por diversos canais e tem efeitos terminais variáveis no conjunto da economia.

Com a constatação de Perroux (1964) projetou se uma proposta que pode apresentar-se nos seguintes termos, se o crescimento econômico acontece de forma desequilibrada surgindo

⁷ As regiões nodais são compostas por unidades heterogêneas uma hierarquia de centro populacional, grande e, pequenas cidades, aldeias e áreas povoadas, mas que se encontram estreitamente inter-relacionadas com outra funcionalidade.

através de pólos, que se propagam, analisando o desenvolvimento regional ele passa por muitas transformações para ver qual o melhor lugar de fixar indústrias, e chegar a pólos econômicos de crescimento, e investimento para constituição desses pólos, gerando um processo de crescimento econômico por difusão dos efeitos de um determinado investimento concentrado no conjunto da economia.

Constata Spinola, (2003) que a estrutura espacial e regional das diferentes ciências sociais, é em especial a economia, para ele a teoria geral mais adequada da localização de espaço econômico, em que o autor realiza um grande trabalho ao;

Introduzir o preço de um insumo de distância é a taxa de transporte e, como no caso de insumos de capital, uma redução no preço causa um efeito de escala e de substituição. Os insumos de distância são simplesmente considerados combinação ótima com outros fatores pode ser determinada pelos princípios de substituição. Considerando que existem diferentes estruturas regionais de produção, o fator transporte poderá ser incluído nas diversas funções de custo como input com a conseqüente vantagem da sua consideração explícita. Assim, em virtude da sua própria natureza, condicionará a orientação locacional no marco da teoria convencional da produção (SPINOLA, 2003, p. 37. Apud, ANTONIO J. SILVA. 2004, p. 43).

As características que distinguem uma região são: a abertura econômica e a sua integração num espaço de maior amplitude, cada vez mais as fronteiras nacionais estão deixando de significar barreiras à circulação de mercadorias, devido sobre tudo às inovações tecnológicas nos meios de comunicação e transporte.

Esses aspectos têm uma forte repercussão sobre as atividades econômicas em geral até sobre o turismo em particular, influenciando e determinando um dinamismo cada vez mais intenso desta atividade em todo o mundo, haja vista o incremento na mobilidade das pessoas, no número de viagens e nos conseqüentes fluxos físicos e monetários que se deslocam entre países e regiões, por razões e motivações sempre mais diversificadas (SPINOLA, 2003).

Segundo Polése, (1998), espaço e mercado integram uma mesma realidade, analisando sob perspectiva do produtor, desde o nível de produção, a dimensão do mercado abastecido implica na consideração dos custos de transporte e das economias de escala. Só haverá produção em um determinado ponto se à área de mercado que está à disposição for suficiente para permitir que a empresa cubra os seus custos de produção.

1.3. DESENVOLVIMENTOS LOCAIS E SEUS ATORES

De acordo com Vasquez Barquero (1993), o desenvolvimento econômico local converte-se, durante os anos 80, na estratégia de desenvolvimento territorial dominante. Fica para trás a época em que economia era uma questão que só afetava as decisões de administradores locais que só se preocupavam em gerir os serviços públicos e corrigir os impactos espaciais e urbanísticos das atuações econômicas.

Desenvolvimento local, para Barquero (1993) era interesse de um grupo de pessoas que busca o melhor para sua cidade ou município, com alto grau de conhecimento, e um nível educacional elevado e com interesse de mudança e iniciativas para assumir responsabilidades e empreender novos negócios. A iniciativa e o controle que os atores locais e a sociedade civil realizam, favorecem o processo de transformação das cidades e regiões e o desenvolvimento local.

Para ILPES (1998) define que, desenvolvimento local é aquele processo dinamizador da economia local, que mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes de uma determinada zona, é capaz de estimular o crescimento econômico, gerar emprego e melhorar a qualidade de vida da população.

Ainda ILPES (1998) diz que o local do crescimento, além de favorecer o aspecto produtivo cogita a inserção de diferentes dimensões, e muitas vezes alavancado por políticas criadas pelos municípios, o desenvolvimento é visto como um processo sistêmico⁸ que exige dos governos locais maiores com flexibilidade e a presença de uma nova gestão pública.

As experiências bem sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e principalmente, dos atores sociais dos municípios e comunidades em torno de determinadas prioridades. O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (MILANI, 2005).

Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância. O desgaste ambiental pode não interferir diretamente a geração atual, mas pode comprometer sobre maneira as próximas gerações (SACHS, 2001).

⁸ No processo sistêmico, ou seja, perceber no ambiente as variáveis necessárias para a minimização do risco inerente aos seus negócios.

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local está entre os diversos atores e esferas do poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999). A teoria do desenvolvimento analisa como os sistemas produtivos locais podem contribuir para a maior competitividade das empresas, dos territórios e influenciar o desenvolvimento local.

Destacam na região local, três atores que fazem parte do território do desenvolvimento local que são eles, o governo, nas esferas federal, estadual e municipal, contribuindo com os investimentos em infra-estrutura, saúde, educação entre outros; o mercado, considerando tanto os atores do lado da oferta como do lado da demanda, nos mercados de fatores e de bens de serviços proporcionando a geração de emprego e renda; a sociedade civil, incluindo os cidadãos, as organizações sociais e as suas entidades representativas (REIS, 2006).

Segundo Duncan (2004) busca conciliar que o envolvimento de cada um é fundamental, demonstra em que ponto vai facilitar a participação de todos os atores ao esforço de desenvolvimento do território, umas das coisas que deve ser observada, vocações, potencialidades, os principais problemas e necessidades, não esquecer, das tradições culturais das relações entre mulheres e homens.

Ainda nesta mesma idéia Duncan (2004), mostra as transformações dos territórios em capital humano, que funciona como ativo de desenvolvimento, capaz de promover as mudanças que necessita para sair do estado atual, e construir o estado desejado. Os processos de transformação e capacitação são, portanto ingrediente essencial da estratégia de desenvolvimento local. Sem a presença de capital produtivo no território, o desenvolvimento humano e social não se consolida, com isso a estratégia acentua a necessidade do desenvolvimento produtivo difuso, aos empreendedores do território e enfatizando os pequenos negócios.

Para Veiga (2005), a essência de qualquer estratégia vencedora no contexto global da competitividade principal, e com tudo alavanca do desenvolvimento durável e sustentável só pode ser uma política de promoção do território baseada na conservação e na valorização dos bens culturais e naturais. Segundo o autor:

O desenvolvimento local não é isolado cada um por si é fundamental a idéia de parceria, de trabalho em equipe, de objetivos comuns de coletividade, esforço articulação, formação de alianças, acordos e convênios, vantagens competitivas de cada agente, cooperação, operação conjunto, é imprescindível ao desenvolvimento do território (VEIGA, 2005. P.52).

1.3.1. Desenvolvimento Endógeno

O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento de base emergiram com maior notoriedade, desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema de crescimento desequilibrado. E com isso na década de 1990, a principal questão modelo de desenvolvimento endógeno concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre esses fatores, aqueles determinados dentro da região (AMARAL, 1996).

Desenvolvimento traz uma infinidade de paradigmas em constante mutação diante da necessidade existente em cada tempo, na história recente “socialismo real” como modelo político e econômico, trouxe uma crença na centralização das decisões e no paradigma de um desenvolvimento não capitalista. Com a queda do muro de Berlim e o suposto fim do Socialismo Real⁹ formas alternativas de desenvolvimento surgem, levando em conta a participação das diversas esferas da sociedade (AMARAL 1996).

Também o fator que molda, e do sentido ao conceito de desenvolvimento endógeno, foi e continua sendo o processo de globalização, com a crescente intensificação do comércio mundial, passando a discutir uma nova forma de desenvolvimento que fugisse da pura e simples importação de modelos de crescimento econômico dos países centrais pelas regiões periféricas (SACHS, 2001).

⁹ Socialismo real existe até hoje em um reduzido número de países e que foi praticado ao longo do século XX. Marx foi o mais famoso dos pensadores, para ele o capitalismo tem uma grande virtude, que é a capacidade de gerar riquezas. A partir daí imaginou uma sociedade onde as propriedades privadas iriam pertencer ao estado e que toda riqueza gerada seria dividida entre os trabalhadores. Não havendo mais divisão de classe, o estado seria dirigido pelo proletário, depois dessa etapa o socialismo se tornaria comunismo e o estado seria extinto, assim também como o governo.

Para o autor Amaral (1996), o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade do valor agregado sobre a produção, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local ou atrações de excedentes de outras regiões.

Nas palavras de Vásquez Barquero (2001), o território seria um agente de transformação e não um mero suporte de recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação das empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade, é possível destacar as pequenas e médias empresas, e com isso o desenvolvimento endógeno requer um aprofundamento do estudo histórico da região e as suas relações com a economia mundial capitalista, dando ênfase aos diferentes tempos históricos, conjuntura curta, conjuntura longa e estruturas.

O desenvolvimento endógeno é uma forma de explicar as dinâmicas das cidades e regiões frente às mudanças atuais. Como cada local possui seu mercado de trabalho, seu sistema produtivo, organização da produção, historicidade, infra-estrutura, capacidade empreendedora, entre outros componentes que dão uma idéia da identidade local cada um também possui potenciais de desenvolvimentos diferenciados (VASQUEZ BARQUERO, 2001).

Vasquez procurou contribuir para o desenvolvimento endógeno que se formou um processo de crescimento e desenvolvimento regional, notadamente pelas possibilidades de exportar bens e serviços além da fronteira, como sendo uma ferramenta extremamente importante nesse contexto.

1.4 PÓLOS DE CRESCIMENTO

A teoria dos pólos de crescimento foi desenvolvida por Perroux, em 1955, depois de observar a concentração Industrial na França. Os pólos de crescimento têm uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes¹⁰.

¹⁰ A indústria motriz trouxe a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas de mecanização, onde gera e produz economias externas, quer sejam tecnológicas, quer sejam pecuniárias. E apresenta três características, um grande porte, apresenta uma taxa de crescimento superior a média regional, e com uma forte interdependência técnica e diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial (TOLOSA, 1972, p. 189-243).

Para o autor SOUZA, (1993) fica estabelecido um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes, tornará um pólo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido. A noção de pólo, no entanto, a análise weberiana da minimização dos custos de transportes, englobando análise das relações entre as indústrias, tendo o modelo de Leontief como fundamento teórico.

Boudeville (1972) relata que as empresas se firmam em uma determinada localidade, fazendo grupos que se aglomeram, para produzir produtos que geram lucros, tanto como as empresas, os trabalhadores também se aglomeram neste local, trazendo suas habilidades técnicas, e gerando produtividade, e buscando o lucro para a empresa e a renda para seu bem próprio.

A idéia de um pólo, motor de crescimento, e de periferia agrícola e subdesenvolvida, a ser polarizada corresponde a uma simplificação errônea da teoria do crescimento polarizado por Perroux (1977). No início do processo de industrialização e de urbanização de uma região o sistema é de fato, mais dual do que em fases mais evoluídas quando a tendência é de se formar regiões menos polarizadas, portanto, mais homogêneas.

As indústrias também derivam das economias externas geradas pelas infra-estruturas existentes nos centros urbanos, com uma grande concentração de consumidores, e com uma diversidade de trabalhos, alguns mais especializados, outros menos especializados e gerando a falta de mão de obra qualificada, bem como disponibilidades de serviços dos mais variados, e com pólos de crescimento, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais (PERROUX 1977).

Os pólos internacionais de crescimento podem ter sua área de influência bloqueada pelas fronteiras políticas administrativas, gerando “um conflito entre os espaços econômicos das grandes unidades econômicas (firmas, indústrias ou pólos) e os espaços politicamente organizados dos Estados nacionais”. (PERROUX, 1977, p.155)

Analisando Hirschman, a concentração dos investimentos no pólo de crescimento poderá exercer efeitos favoráveis e desfavoráveis no resto do País. Seu argumento é a dispersão dos recursos, para manter o crescimento equilibrado, enfraquece os efeitos de encadeamento no interior do pólo, anulando qualquer propagação espacial do crescimento econômico entre regiões. A ausência da soberania econômica para temas como emissão de moeda ou a determinação da

taxa de câmbio pode prejudicar o desenvolvimento de uma região (HIRSCHMAN, 1974). Perroux (1964) analisou a política de desenvolvimento com base em pólos de crescimento, e com base na análise chegou um ponto que não deve só centrar-se apenas na implantação da indústria motriz em determinada região, mas precisa incentivar o surgimento de outros fornecedores de insumos para dar prosseguimento do crescimento dos pólos.

As cidades pólos precisam de apoio do governo, com infra-estrutura, energia, estradas, portos, para favorecer a escoação dos produtos industrializados, e agrícolas como um meio de chamar à atenção das outras empresas, para fazer parte destes pólos, a região vai se expandir, a renda gerada transformará em consumo.

Para o autor Richardson and to wnrae, (1986) os benefícios sociais do desenvolvimento agrícola se elevam ainda mais se houver investimentos, no desenvolvimento dos serviços rurais, oferta de água, silos, armazéns, transporte, saúde, educação, assistência técnica e extensão rural, além de crédito e preços mínimos, o que repercute no desenvolvimento de pequenas cidades do interior. Investimento em comunidades agrícolas, é mais eficiente no desenvolvimento regional, do que a sustentação de um crescimento baseado somente em um pequeno número de centros urbanos.

1.4.1. Teoria de base de exportação

Hoje num país globalizado as exportações é o ponto de partida local e regional que impulsiona as regiões. Segundo North (1955) a principal hipótese da teoria de base de exportação tem um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região.

E passam a ser o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso as regiões jovens, e seu alcance determinado através do efeito multiplicador que as exportações criam nas demais atividades não básicas. Algumas regiões se mostram e se apresentam não só como um processo de formação, mas de transformação de regiões, incluindo a sua dissolução e até o seu surgimento.

A teoria de que haja multiplicação nas exportações, acelerando o mercado externo ocasionando um crescimento de exportações, e crescimento econômico. Com isso há também a demanda de insumos domésticos pela indústria e agricultura, e no setor terciário, os impostos das

exportações sobre produção doméstica ampliam se com maior consumo interno, repercutindo-se uma vez mais sobre a renda e o emprego (SOUZA, 2009).

Para Souza a base exportadora o efeito multiplicador, depende de vários fatores, são capacidade ociosa, qualificação de mão de obra, capacitação empresarial, infra-estrutura e transportes, e com isso alguns mercados internos e regiões, não são suficientes para gerar crescimento, e com o aumento das firmas em escala se reduz custos, e aumenta o lucro e os investimentos.

Com alguns estudos do conceito dinâmico pode se constatar que existe uma relação entre exportações e seu crescimento global, pois o investimento regional seria induzido pela própria exportação. Assim para Schwartzman, (1975) um aumento na base de exportação estabelece um efeito multiplicador e todas as demais atividades econômicas, não voltadas à exportação, especiais as do comércio e serviços, são induzidas pela expansão ou declínio das indústrias de exportação.

Para tanto através da evolução das regiões, North (1977), devem transformar-se de base extrativa para a base exportadora industrial, porque com o aumento da população a base extrativa já não será mais suficiente para manter o crescimento sustentado da região, que é medido através da renda per capita. Sendo assim não existirão razões para que determinada região continue extrativa, pois a mesma deverá industrializar-se para continuar a crescer.

E com isso, North (1977), desenvolve automaticamente uma série de indústrias na atividade secundária e terciária, devido a vantagens locacionais e devido ao crescimento da renda da região. Também o que se pode constatar na teoria de base de exportação que é possível separar as atividades econômicas de uma região em básicas e não básicas. As básicas são aquelas que têm como destino mercados externos com outros países e outros estados, e as não básicas destinarem-se aos mercados locais, ou seja, os produtos seriam consumidos dentro da própria região.

A expansão das atividades básicas tem a capacidade de fomentar a criação de indústrias correlatas e de apoio a empresas destinadas a atender o consumo da população local, essas empresas por sua vez podem se desenvolver e se tornarem exportadoras.

Uma análise de Shikida (2007) diz que uma política de crescimento regional baseada na exportação de produtos agrícolas ou industriais se justifica pela teoria das vantagens comparativas. Além disso, os mercados das regiões subdesenvolvidas são quase sempre de pequena dimensão para a maioria dos produtos que se poderiam produzir. Assim a exportação é

uma ótima solução, porque ela possibilita às empresas a adoção de uma escala de produção mais ampliada, reduzindo, assim seus custos unitários de produção, podendo competir com empresas similares situadas em outras localidades ou países.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES, DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as características da mesorregião Norte Central Paranaense, que subdivide em oito microrregiões que são elas, Apucarana, Astorga, Faxinal, Floraí, Londrina, Maringá, Ivaiporã, Porecatu, essas cidades abrangem 79 municípios agrupados nessas microrregiões. E a mesorregião Norte Central é uma das microrregiões que compõe a cidade de Londrina. Também apresento a mesorregião Norte Catarinense uma das seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, onde é formada por 26 municípios, subdivide em três microrregiões, Joinville, Canoinhas, e São Bento do Sul. A mesorregião Norte Catarinense é uma das microrregiões que compõe a cidade de Joinville.

Com base nestas informações constantes neste capítulo juntamente com a revisão teórica tem a função de subsidiar os capítulos posteriores em relação aos resultados desse trabalho.

2.1. MESORREGIÕES PARANAENSES

O Paraná conta com dez mesorregiões geográficas, sendo elas Norte Central, Oeste, Metropolitana de Curitiba, Sudeste, Noroeste, Centro Sul, Sudoeste, Centro Ocidental, Centro Oriental, Norte Pioneiro Ocidental, compõem as mesorregiões do Estado do Paraná. E Londrina é a sede da microrregião constituída pelos municípios, Cambé, Ivaiporã, Londrina, Pitangueiras, Rolândia e Tamarana, onde abrange 21 municípios na sua microrregião. Londrina caminha no sentido de se tornar um Pólo Educacional, Cultural Artístico, Científico e Tecnológico, Industrial Turístico, com as características positivas das melhores experiências existentes no país e no mundo.

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação, que apresente formas de organização espacial definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (Bragueto e Carvalho, 1990/1991, p.75 Apud, Juliane R. Guerra, 2006, p.36).

E as microrregiões são:

Definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço [...] Estas especificidades referem-se à estrutura da produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. (Bragueto e Carvalho, 90/91, p. 75-76, apud Juliane R. Guerra, 2006, p.37).

FIGURA 1: MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ



2.1.1. Aspectos geográficos

Londrina localiza-se ao Norte do Estado do Paraná, na mesorregião Norte Central paranaense (IPARDES, 2004), sendo cortada pelo Trópico de Capricórnio a 23°08"47" (latitude sul) e 51°19"11" (longitude oeste). Atualmente, com 77 anos de existência e aproximadamente meio milhão de habitantes, ocupa uma posição estratégica em termos geoeconômicos e possui

uma área de 1.653,26 km² constituídos pelo Distrito Sede e por mais oito Distritos (Lerrovilla, Warta, Irerê, Paiquerê, Maravilha, São Luiz, Guaravera e Espírito Santo), ocupando cerca de 1% da área total do Estado do Paraná. A zona urbana de Londrina é de 118,504 km² e a zona de expansão urbana são de 119,796 km², totalizando 238,30 km²; situados a 379 km de Curitiba, 528 km de São Paulo e 1.320 km de Brasília, com uma altitude média de 576 m e clima subtropical (PREFEITURA DE LONDRINA).

2.1.2. Perfil histórico

Em Londrina o processo de crescimento da cidade detém suas particularidades. Londrina teve sua gênese em 1929, no contexto histórico do café, que se deslocava de São Paulo para o Norte do Paraná. A cidade foi sendo inserida rapidamente em uma dinâmica econômica e social ligada à pequena produção mercantil que implicou em rápido e intenso crescimento populacional, físico-territorial e da oferta de bens e serviços à sua população (PREFEITURA DE LONDRINA).

No século XX, entre as experiências mais significativas de organização territorial, foi o projeto das Cidades Novas no Brasil, figura a colonização norte paranaense, esta ligada diretamente às mudanças das relações econômicas internacionais, que buscavam ampliar o mercado de investimento fora da órbita européia. Na colonização, deu-se o encontro de duas formas de interesse do capital: a procura de aplicação com perspectiva maior de lucro e a necessidade de mais recursos para investir em infra-estrutura (PREFEITURA DE LONDRINA).

A cidade foi projetada para comportar 30 mil habitantes, mas este número foi rapidamente superado ainda nos seus primeiros 20 anos de existência. O plano inicial coincide com a área do atual Centro principal e demonstra a estratégia dos colonizadores que projetaram a cidade no alto do divisor de águas (PREFEITURA DE LONDRINA).

Norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil, era até poucas décadas uma extensa floresta. A colonização espontânea foi marcada pelo arrojo de homens saídos de Minas Gerais e São Paulo, que foram chegando à área de Cambará, entre 1904 e 1908. Rapidamente, a faixa entre Cambará e o Rio Tibagi, uma linha que representaria o futuro percurso da ferrovia São Paulo-Paraná foi tomada por grandes propriedades cujos donos, as subdividiram em pequenas parcelas vendidas como lotes urbanos e rurais. Enquanto isso, vastas áreas de terra roxa de

domínio estadual, localizadas a Oeste do Rio Tibagi, permaneciam praticamente inexploradas, sofrendo os efeitos de um lento e ineficaz plano de colonização do governo. Em 1920, percebia-se uma frustração nas expectativas de ocupação da área, em virtude da morosidade do Estado, e havia falta de continuidade, recursos financeiros limitados e uma visível inépcia oficial.

A partir de 1922, o governo estadual começa a conceder terras a empresas privadas de colonização, preferindo usar seus recursos na construção de escolas e estradas. Em 1924, inicia-se a história da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltda, que deu grande impulso ao processo desenvolvimentista da área. Naquele ano, atendendo a um convite do governo brasileiro que sabia do interesse dos ingleses em abrir áreas para o cultivo de algodão no exterior chega a Missão Montagu, chefiada por Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento. Lord Lovat ficou impressionado com a exuberância do solo norte paranaense e acabou adquirindo duas glebas¹¹ para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão, com o apoio de Brazil Plantations Syndicate, de Londres. O empreendimento fracassou, devido aos preços baixos e à falta de sementes sadias no mercado, obrigando a uma mudança nos planos (PREFEITURA DE LONDRINA).

Foi criada, assim em Londres, a Paraná Plantations e sua subsidiária brasileira, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que transformaria as propriedades do empreendimento frustrado em projetos imobiliários (PREFEITURA DE LONDRINA).

Na verdade, era uma tentativa de ressarcir o grupo inglês do prejuízo do projeto anterior, já de início, a Companhia concedeu todos os títulos de propriedade da terra, medida inusitada para as condições da região e mesmo do Brasil. Por isso, os conflitos entre colonos antigos e os recém-chegados praticamente não existiram na zona colonizada pelos ingleses. Porém, a grande novidade introduzida pela Companhia e que lhe valeria o slogan de a mais notável obra da colonização que o Brasil já viu foi à repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos (PREFEITURA DE LONDRINA).

Este sistema estimulou muito a concentração da produção principalmente cafeeira a explosão demográfica, a expansão de núcleos urbanos e o aparecimento da classe média rural.

¹¹ A gleba conceitua-se como a área de um terreno inteiro que ainda não foi dividida em lotes, isto é, ainda não foi parcelada em lotes para que dividida-se de início a um loteamento. Também pode ser a área que ainda não sofreu desmembramento, e quando parcelada a gleba deixa de existir, após ser dividida em vários lotes de menor tamanho e quando pronto o loteamento recebe escritura e matrícula separado.

O projeto de colonização, além disto, trouxe outras inovações, como a propaganda em larga escala, transporte gratuito para os colonos, posse das terras em quatro anos, alguma assistência técnica e financeira, levantamento de toda a área e até o mapeamento do solo em algumas zonas. Londrina surgiu em 1929 como primeiro posto avançado deste projeto inglês.

Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou à primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, onde o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina (PREFEITURA DE LONDRINA).

A cidade de Londrina é um dos mais importantes centros urbanos do sul do Brasil, apesar de ser jovem, possui uma história urbanística e arquitetônica peculiar, que faz a distinta das muitas outras cidades brasileiras criadas no século XX. Ela foi rigorosamente planejada através de um plano urbanístico elaborado pela Companhia de terras norte do Paraná, o que possibilitou o controle de seu crescimento e de sua configuração espacial. Tal planejamento fazia parte de uma estratégia elaborada por essa empresa para a comercialização de lotes urbanos e rurais em toda a região (PREFEITURA DE LONDRINA).

Assim como Londrina, a colonização da região norte do Paraná constitui um caso único no Brasil, comandado pela empresa de capital privado inglês, onde se promoveu um inédito e espetacular processo de ocupação territorial, completamente distinto do restante do País. A cidade de Londrina, cuja elevação à categoria de município ocorreu em 1934, tornou-se o exemplo mais bem sucedido do empreendimento britânico em terras brasileiras. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ 1975).

2.1.3. Aspectos econômicos

Com base em alguns dados, através deste capítulo tem a importância de incluir neste trabalho, os aspectos econômicos dos dois municípios analisados, qual a predominância no setor primário, secundário, e terciário, relatando o valor de cada um deles para a sua região. Na agropecuária são as commodities, pecuária, aves na indústria os pólos de crescimento, indústria moveleira, metal, plásticos, que atraem mão de obra para essas metrópoles, e no comércio e serviços as vendas no mercado de automóveis, mercado imobiliário, e suas variáveis extensões econômicas que cada município tem em comum.

2.1.3.1. Produção agropecuária

Segundo IBGE, Londrina é uma região caracterizada pelo predomínio de pequenos e médios, estabelecimentos onde quase toda a área agricultável é explorada, na região Norte Central, concentra uma agricultura modernizada de grãos, soja, milho, cana, e café, lavouras permanentes bastantes especializadas e com grande utilização de mão de obra.

O Norte Central apresenta uma utilização de força mecânica na produção agropecuária, segundo informações do (município de Londrina), pois enquanto no Estado 52,3% dos estabelecimentos informam que usam este tipo de força, nesta região Norte Central, está proporção sobe para 65,3% da importância que as lavouras temporárias apresentam na estrutura produtiva da região.

Analisando os indicadores regionais, (IPARDES) como à força mecânica demonstra, que a mesorregião, Norte Central encontra se em situação superior a média Estadual, refletindo dinamismo na agropecuária. Em 2001 a produção de grãos dessa mesorregião correspondeu a 17,2%, da produção estadual, seguida pelo trigo, café, soja, milho, arroz, centeio e feijão. Outros produtos de grande importância, o tomate, a cana de açúcar e o algodão. A uva com 57,4% e a laranja com 28,2% da produção estadual. (IPARDES, 2004).

Com estes indicadores a mesorregião Norte Central, caminha para a implantação de atividades de produção agropecuária, caracterizadas pela forte articulação com as agroindústrias, e pela inserção no mercado internacional este mercado vem trazendo mais rentabilidade aos produtores desta região. O comércio de mercadorias ficou em segundo lugar em 2004, perdendo apenas para a capital paranaense, que totalizou uma comercialização de 177.683 toneladas de alimentos, correspondendo ao total de 16,2% do estado. (IPARDES, 2004).

Só o município de Londrina, em 2005 produziu o equivalente a 486.000 toneladas de alimentos, apesar de ser um município com a um alto índice de urbanização. O agronegócio vem predominando no município de Londrina, com a cultura da soja, trigo, milho, são os três principais produtos dessa atividade, e são culturas temporárias que tem uma alta tecnologia e grande concentração de terras, o café ainda continua com uma ótima rentabilidade e produção nesta região. A distribuição da produção de lavouras selecionadas segundo mesorregiões é apresentada a seguir, e da pra ver a localização regional das atividades econômicas. A economia paranaense é fortemente influenciada pela receita de exportação de suas principais commodities, a soja e o milho. O volume produzido destas duas culturas é semelhante, porém a receita gerada

pela exportação de soja é muito superior à do milho, pois de maneira geral é destinado para a exportação apenas o excedente de milho não consumido no mercado interno.

O Paraná é o segundo produtor nacional de soja, superado apenas pelo Mato Grosso. As lavouras encontram-se, distribuídas por todo o estado, com destaque para as Mesorregiões Oeste (27,7%) e Norte Central (20,4%), onde a produtividade das lavouras é favorecida pela fertilidade dos solos. A comercialização de 60% da produção paranaense de soja ocorre entre os meses de abril e julho e controlada por grandes empresas multinacionais (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA 2009).

2.1.3.2. Indústria e agroindústria

Os setores mais representativos da mesorregião são os tradicionais, agroindustrial, vestuário, mobiliário, açúcar e álcool e certos segmentos agroindustriais, como por exemplo, o de abate e processamento de aves. Porém, importância significativa e crescente vem sendo adquirida pelos segmentos agroquímicos, artefatos e embalagens plásticas e, ainda equipamentos para instalações industriais e comerciais.

A mesorregião Norte Central teve a segunda maior área plantada foi principal produtora de cana de açúcar do estado, segundo dados da Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB na safra de 1999/2000, sendo que esta produção sai das usinas das regiões do Norte Central. É também considerado, o maior pólo moveleiro do Estado, segmento que apresentou uma das melhores taxas de crescimento de postos de trabalho nos últimos anos, onde conta com 545 indústrias fabricantes de móveis que geram 15 mil empregos diretos e indiretos. Detém ainda, a segunda maior participação nos segmentos da indústria mecânica, de comunicação e transporte. O setor quem mais ganhou dinamismo regional, com a entrada de novas empresas e reestruturação das firmas existentes, foi o de equipamentos para instalação industrial, comercial e predial.

[...] na integração da indústria e agricultura estão presentes empresas e grupos econômicos de capitais nacionais e estrangeiros. Os Estados opera sobre tudo na esfera da intermediação financeira, e na formação e implementação, de uma vasta gama de políticas econômicas concernentes às atividades industriais (MÜLLER 1989, p.33, Apud, JOSIANE F. CARVALHO, 2008, p.60)

2.1.3.3. Comércio e serviços

A maior representatividade da mesorregião norte central ocorre no segmento comércio e reparação de veículos. A menor participação ocorre no segmento de comércio por atacado. A mesorregião Norte Central obteve, em 2000, o segundo melhor desempenho na maior parte dos segmentos, e também nas atividades imobiliárias e aluguel de bens móveis e imóveis e atividades de informática e conexas. Os melhores desempenhos no setor de serviços ocorreram nos seguimentos Serviços Prestados às Empresas, Pesquisa e Desenvolvimento, e Transporte.

Segundo IBGE e IPARDES (2004), o setor de serviços possui extrema importância quando se trata de emprego e renda, contribuindo com 54,6% para o PIB do Município quando comparado com os ramos da Agropecuária e Indústria. No entanto, segundo dados divulgados pelo IPPUL, nas últimas décadas tanto o Paraná como Londrina têm sofrido mudanças e sua estrutura econômica, tem provocado alterações nas participações relativas dos setores primário, secundário e terciário da economia nacional e paranaense.

2.1.3.4. Turismo

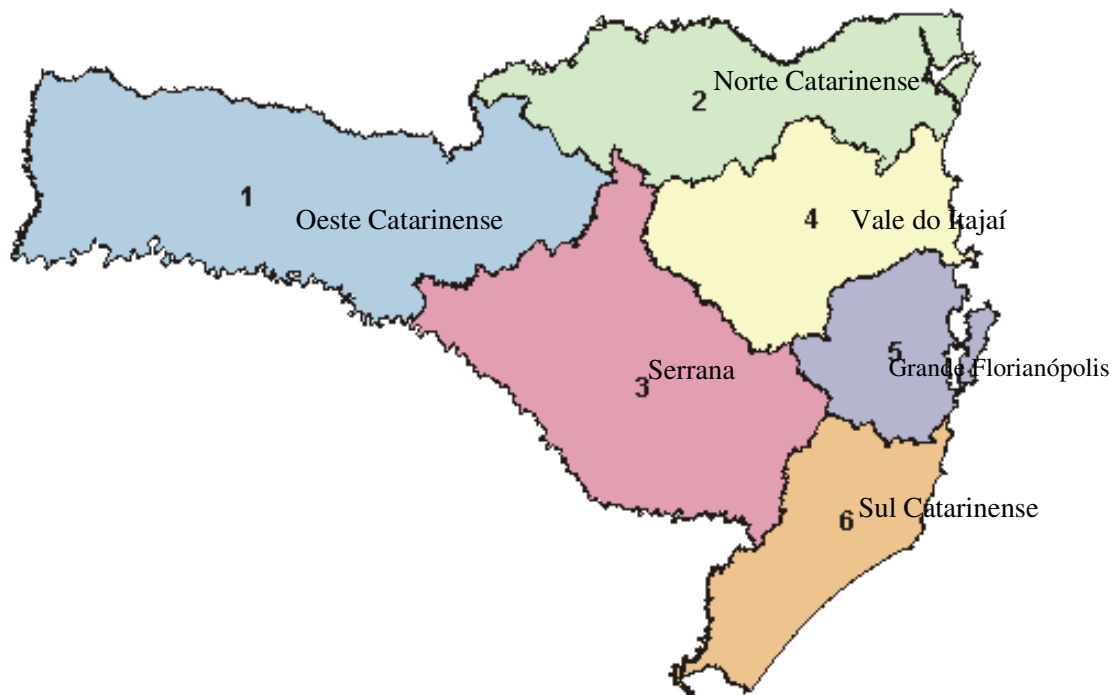
A cidade de Londrina é agitada em movimentações culturais a cidade conta com o tradicional Festival Internacional de teatro, vários museus, orquestra de câmara, cinemas. Entre várias faculdades na cidade destaca-se a Universidade Estadual de Londrina (UEL), importante instituição, há também o Autódromo Internacional Ayrton Senna, onde tem várias competições automobilísticas. A vinda dos jovens se torna constante, com grandes casas noturnas, universidades e faculdades (PREFEITURA DE LONDRINA 2011).

2.2. MESORREGIÕES NORTE CATARINENSE

Santa Catarina possui seis mesorregiões geográficas, sendo, Oeste Catarinense, Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Serrana, Grande Florianópolis, Sul Catarinense, onde compõem as mesorregiões do Estado de Santa Catarina. Joinville é o município pólo da microrregião é composta por onze municípios: Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e Schroeder. A

microrregião de Joinville destaca-se pela indústria metal-mecânica, e as microrregiões de Canoinhas e São Bento do Sul destacam-se pela forte agricultura e a indústria-moveleira. Joinville é o município mais populoso e industrializado de Santa Catarina, estado que detém o segundo PIB industrial per capita do país e ocupa o quinto lugar no ranking das exportações nacionais, com uma fatia de 5,52% do total brasileiro, em 1996. O parque fabril do município, com mais de 1.500 indústrias, emprega 58 mil funcionários e cresce em média 5,67% ano. Responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses (PREFEITURA DE JOINVILLE 2011).

FIGURA 2: MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Fonte: IBGE

2.2.1. Aspectos geográficos

O Município de Joinville possui uma área de 1.146,87 km² sendo 212,6 km² na área urbana e 922,45 km² na área rural. Está situado na microrregião Nordeste do Estado, na região

estadual de planejamento AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, a uma distância de 180 km de Florianópolis.

Seu relevo é caracterizado por desenvolver-se sobre terrenos da Serra do Mar em uma área de sedimentação costeira. Possui montanhas alcançando altitudes de até 1.325 metros na região oeste do município. No leste, há uma área de sedimentação costeira, recortada por manguezais. A região de planície se desenvolve a ocupação urbana, é coberta por morros que mantém intactas áreas da mata atlântica.

A parte Oeste do território do município estende-se até os contrafortes da Serra do Mar, cujas escarpas se estendem desde o Estado do Rio de Janeiro, marginados em sentido leste por planícies de posicionais. O clima do município, segundo Koeppen, classifica-se como úmido a super-úmido, mesotérmico, com pouco ou nenhum déficit de água, apresentando três subclasses diferentes, devido às características geomorfológicas. Apresenta uma temperatura média anual de 22,51° C e uma precipitação média anual de 134,99 mm. A vegetação é classificada de uma forma geral como Floresta Ombrófila Densa, parte integrante do domínio da Floresta Atlântica, com árvores de até 30 metros de altura. Uma das características dessa região são os palmiteiros, junto a uma variedade imensa de bromélias e orquídeas. Os rios são de pequena extensão e de grande vazão. Predominam 4 bacias: Rio Itapocu, Cubatão, Cachoeira e as Bacias Independentes da Região Leste. As condições climáticas, e vegetais favorecem o regime hídrico, proporcionando bom potencial (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2010).

2.2.2. Perfil histórico

A Mesorregião do Norte Catarinense uma das seis mesorregiões do estado brasileiro de Santa Catarina. É formada pela união de 26 municípios agrupados em três microrregiões. É nesta região altamente industrializada que fica Joinville, a maior cidade do Estado, com mais de 500.000 habitantes. O Norte catarinense foi colonizado predominantemente por alemães. Um dos destaques em termos históricos é São Francisco do Sul, a mais antiga cidade catarinense, cuja vila foi reconhecida em 1660.

Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Canoinhas, Mafra, Rio Negrinho, São Francisco do Sul e Porto União, são outros importantes municípios. A microrregião de Joinville destaca-se pela indústria metal-mecânica e as microrregiões de Canoinhas e São Bento do Sul destacam-se pela

forte agricultura e a indústria madeireira moveleira. Em 1851, a barca Cólón trouxe ao Brasil os 191 imigrantes europeus (alemães na maior parte, mas também suíços e noruegueses) que deram início à colônia Dona Francisca (PREFEITURA DE JOINVILLE 2010).

A colônia recebeu esse nome porque, antes de serem compradas pela Companhia Colonizadora Alemã, as terras pertenciam à princesa Francisca de Bragança, filha de Dom Pedro I. Dona Francisca as receberá de seu marido, o francês François Ferdinand Philippe d'Orléans, filho do rei da França, como parte do dote de casamento ocorrido em 1843. François carregava o título nobre de "príncipe de Joinville", referência a uma região da França que viria a inspirar a denominação da cidade catarinense.

Ao longo da segunda metade do século XX, Joinville se consolidou como o maior pólo industrial de Santa Catarina e um dos mais importantes do país. Passou a receber imigrantes de várias partes do Brasil, transformando-se em uma cidade com múltiplas influências étnicas. Joinville se destaca também pelas atividades culturais, que incluem a realização, anual da festa das Flores, e do Festival de Dança reconhecido, pelo Guinness book como o maior do mundo.

Por fim, no século XVIII, estabeleceram-se na região famílias de origem lusa, com seus escravos negros, vindos provavelmente da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul (PREFEITURA DE JOINVILLE).

Adquiriu grandes lotes de terras sesmarias¹² nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista, Itaum e começaram a cultivar mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho entre outros. Por volta da década de 1840, uma grave crise econômica, social, política assolou a Europa. Fugindo da miséria, do desemprego, de perseguições políticas, milhares de pessoas resolveram emigrar. Um dos destinos era a colônia Dona Francisca, para onde vieram cerca de 17.000 pessoas entre 1850 e 1888, a maioria protestantes, agricultores sem recursos, estimados pela propaganda, que apresentava o lugar como se fosse um verdadeiro paraíso terrestre (PREFEITURA DE JOINVILLE).

¹² Sesmarias eram terrenos sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Quando o Brasil foi descoberto, transplantou-se o regime jurídico das sesmarias. O rei, ou os primeiros donatários de capitâneas, faziam doações de terras a particulares, que se comprometiam a cultivá-las e povoá-las. No ano de 1812, as sesmarias foram, extintas.

A indústria e o comércio, porém, começavam a se destacar havia quatro engenhos de erva-mate, 200 moinhos, onze olarias. Na década de 1880, surgem as primeiras indústrias têxteis e metalúrgicas. O mate transforma-se no principal produto de exportação da colônia Dona Francisca o comércio, iniciado por indústrias vindas do Paraná, deu origem às primeiras fortunas locais e consolidou o poder de uma elite luso-brasileira. Isso gerou uma tensão com a elite germânica, hegemônica até então, na luta pelo poder político local.

Na economia percebeu-se o fortalecimento do setor metal-mecânico, o capital acumulado durante décadas pelos imigrantes germânicos e seus descendentes.

Essas ações intensificaram-se ainda mais com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, acirrando os ânimos entre a população luso-brasileira e os alemães e seus descendentes, causando profundas seqüelas na sociedade local. Entre as décadas de 50 e 80, Joinville viveu outro surto de crescimento, com o fim do conflito mundial, o Brasil deixou de receber os produtos industrializados da Europa.

O crescimento desordenado trouxe também problemas sociais que persistem até os dias atuais, como desemprego, miséria, criminalidade, falta de segurança pública e infra-estrutura deficitária. O perfil da população modificou-se radicalmente com a chegada de imigrantes vindos de várias partes do país, em busca de melhores condições de vida.

2.2.3. Produção agropecuária

A região de Joinville é baseada na fruticultura e na produção de grãos. Há na região mais de 1200 famílias dependem da atividade agropecuária, a característica das propriedades é de pequenas áreas, sendo 46% com menos de 50 há. Grande parte dessa área foi colonizada por alemães e muitos continuam sendo administrados por seus descendentes há quase 150 anos (PREFEITURA DE JOINVILLE).

No planalto norte e litoral norte (ou nordeste, que inclui a região de Joinville e Jaraguá do Sul), destacam-se a produção de banana com 49,5%. A produção de banana concentra-se mais na região de Jaraguá do Sul, para abastecer a indústria de doces e alimentos. A microrregião de Joinville responde por 54,4% da produção estadual (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ALCIDES FILHO, 2009 e CEPA/ SC 2002).

Joinville é a primeira produtora de banana, a segunda de arroz, aves e de peixe de águas interiores. A produção de peixe de águas interiores, também está presente em todo o estado, mas as microrregiões de Blumenau, Joinville e Chapecó respondem por 37,4% do cultivo. Há também o cultivo da mandioca, com 398 ha., plantados por 393 famílias rurais. A produtividade gira em torno de 15 ton/ha e resulta numa produção de 6.000 toneladas. A área mais cultivada de mandioca se encontra na bacia do Rio Cubatão especificamente na estrada do pico. A comercialização a exemplo da banana é principalmente local, com uma parte destinada a região de Curitiba (IBGE, 2003 e CEPA, 2002).

O arroz é o mais cultivado com cerca de 2.700 ha e 220 famílias dedicadas ao seu cultivo. Este cultivo se encontra na bacia do rio Piraí, mais localizada na região da vila nova. E na região são plantados 80 ha, distribuídos nas localidades da estrada Dona Francisca, Rio Bonito, e estrada da ilha.

Também há outras culturas como hortaliças, sua produção representa 15% do volume comercializado na central de abastecimento - CEASA, com aproximadamente 2000 ton/mês. Além, disso a também o cultivo de repolho, couve-flor, pepino e tomate. O tomate vem diminuindo, as condições climáticas da região, chuva umidade não são muito favoráveis ao cultivo (PREFEITURA DE JOINVILLE).

A agricultura é tipicamente de subsistência, sendo que as principais culturas cultivadas no município são arroz, bananas, e peixe de águas interiores, e os hortifrutigranjeiros. Já a pecuária é muito pouco explorada nesta região de Joinville, alguns pequenos proprietários fazem a transformação do leite, sendo a revenda de “porta em porta”, e um pequeno rebanho de gado de corte, apenas para consumo próprio (PREFEITURA DE JOINVILLE).

2.2.4. Indústria e agroindústrias

Joinville é o pólo de desenvolvimento regional, possui o maior parque industrial instalado com 1705, empresas (SEBRAE 2004) cujo, os ramos dominantes são metal-mecânico, têxtil e plástico, e Joinville e Jaraguá do Sul, são as principais cidades que denominam este setor (SEBRAE 2007, SC).

Na microrregião de Joinville a inserção das indústrias foi embalada nas décadas de 60 e 70, pelo “milagre econômico”, e pelos adventos do PND, e beneficiou a centralização e o

aumento da oportunidade de trabalho na microrregião, e que influenciou a imigração nessa área. Em consequência na década de 80, com a abertura econômica, e a sobrevalorização cambial na década de 90, surge uma nova fase para os setores de metal-mecânico, têxtil e vestuário (ALCIDES FILHO, 2002).

A economia de Joinville, desde a sua origem, é diversificada no setor de metal-mecânico e têxtil e a partir dos anos 60 entrou no segmento de matérias plásticas. Mesmo com o encolhimento da indústria têxtil, o setor ainda é responsável por 16,0% da indústria local. A diversificação de Joinville é de abrangência nacional, com a presença da Tigre, Akros e Cipla (HBI).

Recentemente, a indústria de informática vem ganhando espaço na economia local, com destaque para a DATASUL, a maior empresa brasileira na área de software de pesquisa e planejamento empresarial. Nos três setores (eletro, metal-mecânico, têxtil-vestuário e materiais plásticos) encontramos empresas de grande porte com forte inserção nacional e internacional.

A forte diversificação, em Jaraguá do Sul, tem como base três setores, metal-mecânico, alimentos industrializados e têxtil vestuário. No início dos anos de 1990, os três setores estavam apoiados em grandes empresas com inserção internacional, dentro do complexo eletro metal-mecânico com a WEG, a Kohlbach e a Wiest; no têxtil-vestuário com a Malwee e Marisol, no de alimentos com a Duas Rodas, na produção de corantes, emulsificantes e estabilizantes para sorvetes. Jaraguá do Sul soube aproveitar a vizinhança benigna de Joinville no ramo eletro-metal-mecânico e a vizinhança de Blumenau no ramo têxtil-vestuário (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ALCIDES FILHO, 2009).

2.2.5. Comércio e serviços

Hoje é o terceiro setor que mais cresce no mundo e também no Brasil, em 2006 respondia por 65,8% do produto interno bruto (PIB) nacional. Faz parte deste setor, o ramo de comércio e prestação de serviços (SEBRAE, SC/2006).

Joinville tem uma população ativa na região, segundo dados da RAIS (relação anual de informações sociais) de 2003, são de 190.278 pessoas com carteira assinada, cerca de 22,37% de mão de obra local estão alocados no eletro metal-mecânica, com participação de uma ampla gama de empresas dos mais diversos portes.

Os setores que mais empregam mão de obra, o moveleiro, papel e celulose, cerâmica, material plásticos, metal-mecânico, alimentos industrializados, informática e software, têxtil, vestuário, estes setores empregam e traz muita mão de obra, para a população de Joinville e demais regiões que fazem parte da microrregião. Outro setor que emprega muito, e gera serviços e o setor turístico, que traz benefícios ao município de demais localidades (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ALCIDES FILHO, 2009).

2.2.6. Turismo

Joinville, na parte turística é conhecida como a cidade da dança, das flores, das bicicletas. Dentre os principais pontos turísticos estão o mirante, que fica no alto de um morro, e tem vista panorâmica de praticamente toda a cidade, além da baía da Babitonga e parte de São Francisco.

Há também outros pontos turísticos como parques, arena, estádio de futebol moderno, e centros de eventos onde realiza todos os anos o maior festival de dança do Brasil, e onde treina as bailarinas e bailarinos do Ballet Bolshoi. E também a escola de Ballet Bolshoi é a maior escola do mundo e a unidade em Joinville é a única fora da Rússia.

Com a gastronomia diversificada, alemã, italiana, libanesa, japonesa, chinesa, doces austríacos, e muito mais. Joinville possui muitos museus, festas isso atrai muitos turistas, uma vasta opção de atividades (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2011).

3. METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada neste trabalho para a obtenção de resultados e realização da análise dos referenciais foi qualitativa e descritiva, e assim como a identificação do tema proposto para análise do presente estudo.

No referencial teórico metodológico, possui a formação de como se deu o processo de desenvolvimento econômico, como surgiu a região em si e o espaço, como o desenvolvimento local se deu com a transformação de pólos regionais, como foram os pensamentos dos clássicos na inserção do desenvolvimento sócio econômico nas regiões rurais e urbanas.

No referencial empírico, o trabalho foi desenvolvido através de consultas aos principais institutos de pesquisas do Brasil, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico o IPARDES, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, IPEADATA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, além da Secretaria do Tesouro Nacional, STN e da Secretaria de Estado e da Fazenda Paraná e Santa Catarina, SEFA e as prefeituras municipais de Londrina e Joinville que foram de grande importância para a elaboração deste trabalho.

No referencial técnico foi feito a elaboração de alguns mapas, tabelas, para uma melhor compreensão do assunto analisado. O objetivo do estudo é uma análise comparativa do desenvolvimento sócio econômico dos municípios de Londrina e Joinville no período de 2000-2010.

Para a realização dos objetivos, como metodologia também foi escolhida uma ampla revisão bibliográfica buscando alguns autores de renomes para desempenhar os estudos relacionados ao desenvolvimento econômico e regional de forma abrangente.

Buscou-se, também um breve histórico dos municípios, uma caracterização do perfil econômico, e das mesorregiões analisadas que permitiu um levantamento econômico e social dos municípios, com a caracterização de cada setor econômico distinguindo cada um dentro do seu espaço.

Foi usado também o método dedutivo na análise, na primeira etapa foi feito um levantamento bibliográfico por meio de consultas a livros, artigos, reportagem entre outros, que permitiu o estudo sobre alguns pontos e conceitos sobre desenvolvimento econômico, e conciliando as situações distintas entre o desenvolvimento econômico, relacionados à região analisada e comparada entre os municípios, com dados oficiais.

Também foi realizado um breve histórico dos municípios, uma caracterização do perfil econômico, e das mesorregiões analisadas que permitiu um levantamento econômico e social dos municípios, e com a caracterização de cada setor econômico distinguindo cada um dentro do seu espaço.

Na segunda etapa o trabalho foi mais com análises de dados descritiva, para melhor compreender as variáveis gerais, como quantidade de população, sua evolução, emprego, indicador social, e nas variáveis econômicas o PIB, contas públicas municipais, estadual e federal, crédito, aplicações e depósitos, e na variável agropecuária, foi analisados alguns pontos que foram conciliados entre os municípios o valor da produção permanente e temporária, e da produção total, produção de animais para consumo, e por fim uma conclusão da análise comparativa entre os objetivos analisados nas considerações finais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através deste capítulo, busca-se esclarecer alguns pontos, que precisam ser melhor compreendidos através de alguns indicadores sociais, econômicos, e gerais. O objetivo é analisar os dados a níveis dos municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) num período de 2000-2010, verificando as desigualdades nas devidas regiões e municípios, procurando ver se é mais ou menos desenvolvido dentro de seu espaço e território.

Também para uma análise mais esclarecida foram elaboradas, algumas tabelas com números nos períodos especificados para uma melhor compreensão dos resultados disponíveis.

4.1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS, POPULAÇÃO URBANA E RURAL, POPULAÇÃO POR GRUPO E SEXO, POPULAÇÃO OCUPADA, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA (PR) E JOINVILLE (SC).

Em seus dados segundo o IBGE/IPARDES, a população em 2010, tem sua densidade demográfica¹³ no município de Londrina de 306,4 hab/km², e comparando com o município de Joinville a sua população tem uma densidade demográfica de 449,3 hab/km².

Londrina possui uma área territorial de 1.653,263 km², segundo IPARDES, Joinville possui uma área territorial de 1.146,873 km² segundo o IBGE, olhando estes números tem uma idéia de como nos últimos anos essa densidade populacional tem aumentado nos períodos de 2000 á 2010.

Conforme consta na Tabela 1 os dois municípios apresentam um crescimento na ocupação de habitantes por km² e com uma essa área mais habitada, como se vê na Tabela, Joinville está com uma densidade demográfica acima de Londrina, levando em consideração que área territorial de Joinville é menor do que Londrina, apesar de populações idênticas ao longo do período.

Observando essa análise, Joinville tem tudo pra adotar políticas de desenvolvimento, além daquelas que já possui no município, buscando aprimorar mais ainda nos setores econômicos, Londrina com uma menor densidade populacional, busca se expandir no setor agropecuário,

¹³ Densidade demográfica = população dividido pela área territorial. Área territorial de Londrina 1.653,263 km²; e o Paraná com uma área de 199.314,850 km²; e Joinville tem uma área de 1.146,873 km²; e Santa Catarina tem uma área de 95.346,181 km².

comércio, indústrias, cada um buscando se conciliar com aquilo que tem e inovando os pontos econômicos.

E com isso o município de Londrina, a partir do censo de 2010 apresenta uma população menor em seu espaço geográfico com condições espaciais de atrair mais pessoas para compor o espaço geográfico que possa ajudar no seu desenvolvimento sócio econômico. Por outro lado, Joinville vem apresentando crescente elevação populacional, destacando-se devido a sua dinâmica de desenvolvimento, notadamente em função da dinâmica do segmento industrial que junto com o setor de comércio e serviços praticamente dominam a economia local.

TABELA 1 – População e Densidade demográfica período de 2000-2010 (Hab/Km²)

Ano	População		Densidade Demográfica	
	Londrina	Joinville	Londrina	Joinville
2000	447.065	429.604	270,4	374,6
2001	454.871	446.064	275,1	388,3
2002	460.909	453.766	278,7	395,6
2003	467.334	461.576	282,6	402,5
2004	480.882	477.971	290,8	416,7
2005	488.287	487.045	295,3	424,7
2006	495.656	496.051	299,8	432,5
2007	497.833	487.003	301,1	424,6
2008	505.184	492.101	305,5	429,1
2009	510.707	497.331	308,9	433,6
2010	506.701	515.288	306,4	449,3

Fonte: IPARDES / IBGE

Na Tabela 2 mostra o comparativo da evolução populacional por décadas, o quanto foi à população durante o ano de 1950-2010 até os dias atuais. No decorrer deste período Londrina se obteve no seu crescimento populacional, observando que de 2000-2009, teve um crescimento considerado, agora no ano de 2010, ocorreu uma queda na população de 0,78% em comparação com Joinville também houve crescimento. Em 2007 devido a evasão de cerca de 10 mil habitantes, Joinville teve uma queda de 1,82% na sua população total.

Londrina tem uma população 506.701 mil habitantes, em 2010 e Joinville uma população de 515.288 mil habitantes, em 2010 ambas as cidades se encontram na faixa de meio milhão de habitantes, Joinville tem 8.587 mil pessoas a mais que Londrina, e com densidades demográficas, sempre aumentando, graças ao ganho populacional no período de 2009-2010 de 1,67%, ao passo que Londrina apresentou queda de 2,69% em igual período.

Observa-se que durante o ano de 2006 e 2010, Joinville ultrapassou Londrina, e no período de 2000, em diante essa diferença entre os dois municípios foi sempre muito pequena durante os outros anos Londrina sempre teve uma população maior que Joinville, diante dos fatos observados, e analisados a diferença entre ambas são pequenas.

Na Tabela 2 está demonstrada a população e taxa de crescimento dos municípios de Londrina e Joinville, num período de 1950-2010, os dois municípios tiveram neste intervalo de tempo, durante este tempo o crescimento estava se expandindo inúmeras pessoas deixaram suas terras, seus lares em busca de perspectivas no meio urbano, a imigração do meio rural para as cidades foi grande. Com o passar do tempo cidades como Londrina e Joinville cresceram muito populacionalmente, principalmente na região sul e sudeste, onde foram se aglomerando e acabaram ficando com inúmeras favelas devido a essas imigrações na década de 1970.

Durante o ano de 2001-2010, a taxa de crescimento na cidade de Londrina, ficou na faixa de 1,26% em Joinville 1,84% a diferença entre esses dois municípios é pequena, ao longo desses 10 anos a população deu uma estagnada, comparando com os anos de 1940-1990, nessa época o que chamava atenção eram as promessas de ganhar dinheiro fácil, com a vinda das indústrias isso fez com que mais da metade da população fosse em busca de melhores condições de vida.

E analisando esses dados pode perceber que nos últimos 30 anos o município de Joinville mais que dobrou sua população no ano de 1980 era de 235.612 mil habitantes, no ano de 2007 foi para 487.003 mil habitantes, segundo dados do IBGE. Com essa população residente nestes municípios, a administração pública local, juntamente com a sociedade procura acomodar essas pessoas com condições satisfatórias, oferecer emprego e renda para a população, e isso preocupa o setor público, que juntamente com governo dos municípios do Estado e Federal, buscam trazer incentivo e recursos para indústrias, comércio, infra-estrutura, parcerias com empresas privadas, e na agropecuária, novas técnicas de cultivo, para ter uma distribuição de renda, e produção de qualidade.

TABELA 2 - Crescimento da População Residente, Londrina (PR) e Joinville (SC), Período de 1950-2010.

Ano	População		Taxa de Crescimento População %	
	Londrina	Joinville	Londrina	Joinville
1950	71.412	43.334	-	-
1960	134.821	69.677	88,79	60,80
1970	228.101	126.095	69,18	80,97
1980	301.711	235.612	32,27	86,45
1990	390.100	347.151	29,30	47,21
2000	447.065	429.604	14,60	23,75
2001	454.871	446.064	1,74	3,83
2002	460.909	453.766	1,32	1,72
2003	467.334	461.576	1,40	1,72
2004	480.882	477.971	2,90	3,55
2005	488.287	487.003	1,54	1,89
2006	495.656	496.051	1,51	1,84
2007	497.833	487.003	0,44	-1,82
2008	505.184	492.101	1,47	1,04
2009	510.707	497.331	1,09	1,02
2010	506.701	515.288	-0,78	3,61

Fonte: IPARDES / IBGE

4.1.1. População Urbana e Rural

O município de Londrina tinha uma população de 71.412 habitantes em 1950, em 2000 um número de 447.065 habitantes que resultou num crescimento, de 626% com essa, taxa elevada de crescimento nessas décadas isso causou uma grande transformação na distribuição geográfica da população, isso causou intensos impactos na estrutura urbana, nas condições de gestão das cidades, que passaram a administrar um abrupto crescimento das demandas.

De 2000 a 2010 observa-se que Londrina teve um crescimento menor, cresceu durante os dez anos 13,33% se comparando com as décadas anteriores o número foi bem relativo pelo tamanho do município e da população teve um crescimento considerado.

Na Tabela 3 fica demonstrado que o município de Londrina vem crescendo mais que a média do Estado desde 1970, área rural tinha 52,06% da população e no último censo do IBGE (2010), a predominância quase absoluta no meio urbano com a média de 97,33%. E enquanto, no município de Joinville essa média de crescimento resultou de 336% até o ano de 2000, depois esse crescimento ficou 19,95% de 2000 a 2010, no ano de 1950, era de 127.826 habitantes em 2000 com um número, de 429.604 habitantes, em 1950 esse número de pessoas ficava na faixa de 71,14% na área rural, ao passo com o novo censo esse processo se inverteu e 96,60% das pessoas

vivem na zona urbana em 2000 no município de Joinville. Com o Censo de 2010 a população rural em Joinville aumentou, e o município passou a ter um grau de urbanização de 96,50% um pouco menor em relação ao ano de 2000.

Joinville traz consigo um desenvolvimento de qualidade, inserção de indústrias, nos anos 60 e 70, embalada pelo milagre econômico que beneficiou aumento de oportunidades de trabalho (Alcides, Filho 2002). Através desses dados conduzem ao entendimento que houve uma transferência da população da zona rural para a zona urbana, constata se que muitos foram em busca de novos sonhos, e dentre outras hipóteses também com a vinda da evolução tecnológica, mecanização da agricultura e dentre essas no Paraná grandes indústrias multinacionais, que se instalaram nessas regiões do norte central, e milhares de pessoas emigraram para região centro oeste do Brasil.

TABELA 3 - População Rural e Urbana, entre os Anos de 1940-2010.

Ano	Londrina			Joinville		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
1940	19.103	11.175	30.278	65.748	34.475	100.223
1950	37.182	34.230	71.412	90.933	36.893	127.826
1960	57.439	77.382	134.821	86.840	80.531	167.371
1970	64.573	163.528	228.101	70.946	153.945	224.891
1980	34.771	266.940	301.711	13.507	222.296	235.803
1990	23.424	366.676	390.100	12.477	334.674	347.151
2000	13.696	433.369	447.065	14.632	414.972	429.604
2010	13.181	493.520	506.701	17.438	497.850	515.288

Fonte: IPEA/IBGE

A partir dos anos de 1940, o crescimento de Londrina na área rural foi de 63,09% em 1950 esse número foi para 52,06% em 1960 passou para 42,60% da população na área rural, nessas décadas o que predominava era a população rural, da mesma forma o município de Joinville tinha seu crescimento em 1940 de 65,60% em 1950 era de 71,14% em 1960 passou para 51,88% durante esses períodos as regiões desses municípios era predominada pela população rural.

Na década de 1970, Londrina começa aumentar o grau de urbanização, na década de 1960 com 57,40% de urbanização indo para 71,69% na década de 1970, a partir desse ano a população só tem imigrado para a área urbana, em meados do ano 2000 esse número passa para

96,93% grau de urbanização em 2010 o grau de urbanização é ainda maior com 97,33% no município de Londrina conforme Tabela 4.

Comparando esses dados com Joinville, a evolução da população urbana no ano de 1960, é de 48,11% número menor do que Londrina em 1970, esses dados segundo IBGE começa a crescer indo para 68,45% de urbanização, daí por diante a cidade de Joinville possui mais da metade da população na cidade, em meados de 2000, esse grau chega 96,60% no censo de 2010 o grau de urbanização tem um queda passa para 96,50% conforme mostra a Tabela 4 abaixo.

A partir de 1970, a urbanização nas grandes cidades foi aumentando tanto em Londrina como em Joinville, a passo que no meio rural a população foi cada vez diminuindo mais, isso também se deve a tecnologia que foi avançando muito, e cada vez mais com inovações, com isso fez com que essa imigração fosse constante, outro ponto importante que fez com que houvesse essa evasão foi devido às famílias terem dificuldades de locomoção para levarem seus filhos as escolas e faculdades, pois no meio rural a dificuldade era grande e o acesso aos locais fazia com que muitos agricultores, deixassem suas terras e fossem para as cidades.

Analisando os dois municípios a variação entre os anos de 1940 a 2010, identifica-se que a evasão da população rural do município de Londrina foi de 95,76% e Joinville foi de 94,66% e Londrina teve um percentual de 1,1% maior que Joinville.

Percebe que Londrina tem um crescimento positivo da população desde 1950 até os dias atuais e Joinville também cresceu ao longo do tempo fechando com um crescimento de 2,40% no ano de 2010. Quanto à população urbana e rural, a população rural, a partir da última década se encontra quase que totalmente nas cidades.

Para Ray (1998) a uma dificuldade é saber que caminho seguir, com este grau de desenvolvimento, a população tem migrado para os grandes centros, também analisa Barquero (2002) a concentração menor de população no meio rural se da ao alto padrão de tecnologia, com isso as áreas produtivas, não necessitam de mão de obra como necessitava, vinte anos atrás.

TABELA 4 – Evolução da População e Grau de Urbanização entre os anos de 1940 – 2010

Ano	Londrina			Joinville		
	Total %	Rural	Urbana	Total %	Rural	Urbana
1940	100	63,09	36,90	100	65,60	34,40
1950	100	52,06	47,93	100	71,14	28,86
1960	100	42,60	57,40	100	51,88	48,11
1970	100	28,31	71,69	100	31,55	68,45
1980	100	11,52	88,47	100	5,72	94,27
1990	100	6,00	94,00	100	3,60	96,40
2000	100	3,06	96,93	100	3,40	96,60
2010	100	2,67	97,33	100	3,50	96,50

Fonte: IPEA/ ATLAS

4.1.2. População por grupos idade e sexo

O município de Londrina, na composição populacional por faixa de idade consta que, conforme Tabela 5 da população total 30,5% possui idade entre 0 e 19 anos e enquanto que 47,16% da população têm entre 20 a 49 anos, dos 22,28% da população tem idade superior a 50 e 79 anos ou mais, num total da população e 51,95% da população de Londrina são do sexo feminino e 48,05% são do sexo masculino, população no ano de 2008, segundo DATASUS e IBGE.

E no município de Joinville essa faixa de idade consta que 32,15% possuem entre 0 e 19 anos, com 49,70% da população entre 20 e 49 anos, dos 18,15% possui idade superior entre 50 a 79 anos ou mais, com uma população do sexo feminino entre 50,65% e do sexo masculino entre 49,35% durante o ano de 2008 segundo dados do IBGE.

Comparando idade e sexo o município de Joinville possui um percentual maior que Londrina de 0,76% equivalente a 3.748 mil pessoas a mais na população de 0 a 19 anos, de 20 a 49 anos, Joinville fica na frente de Londrina com 1,31% equivalente a 6.431 mil pessoas, e Londrina possui habitantes com mais de 50 anos, com uma porcentagem de 4,6% equivalente a 23.268 mil pessoas, uma diferença significativa de pessoas acima de 50 anos, neste município.

Outro ponto a força de trabalho, segundo a (ONU) Organização das Nações Unidas, considera uma faixa etária entre 15 a 60 anos como uma população ativa. E durante o ano de 2008, Londrina consta com uma população com força de trabalho existente no município com 373.838 pessoas ou 74% da população e a população dependente com 131.346 pessoas, ou seja, 26% da população.

Enquanto que no município de Joinville a força e trabalho são representados por 377.249 mil pessoas ou 76,66% da população e a população dependente é de 114.852 mil pessoas, ou seja, 23,34% da população. Observa que o número de dependentes corresponde, à faixa de idade entre zero e nove anos, e mais aquela com idade acima de 60 anos, essa faixa etária de idade são crianças, e idosos que são uma parte da população dependente dos municípios, e as outras faixa etária de idade, corresponde com a população ativa e jovem na maioria, e está apta ao trabalho ou na ativa, conforme Tabela 5 a faixa de idade e a quantidade que corresponde cada um durante o ano de 2008.

Através desta análise percebe que no ano de 2008 o município de Londrina tem uma população de homens de 242.668 e de mulheres 262.516, enquanto que o município de Joinville possui 242.900 homens e 249.201 mulheres. O município de Joinville possui 0,095% de pessoas do sexo masculino, equivalente a 232 homens, em relação à Londrina e a pessoa do sexo feminino Londrina leva vantagem, durante esse período possui 5,34% equivalente a 13.315 mil pessoas do sexo feminino, quer dizer que o sexo feminino em Londrina tem uma maior contribuição nos setores econômicos em relação a Joinville. Diante dos dados da Tabela 5 constata-se que o número de mulheres em Londrina é superior ao de homens em 19.848 mil enquanto que em Joinville a diferença cai para 6.301 mil que pode ser como causa o número de indústrias de Joinville bem superior ao de Londrina.

TABELA 5 – População Residente por Grupos, Idade e Sexo, Período de 2008

Grupos de idade	Londrina			Joinville		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Menos 01 ano	3.118	2.980	6.098	3.294	3.149	6.443
01 a 09 anos	33.906	32.223	66.129	34.338	33.086	67.424
10 a 19 anos	41.411	40.735	82.146	42.665	41.589	84.254
20 a 29 anos	44.036	45.428	89.464	46.457	45.648	92.105
30 a 39 anos	37.127	40.300	77.427	40.205	41.019	81.224
40 a 49 anos	32.804	38.547	71.351	34.891	36.459	71.350
50 a 59 anos	24.273	29.177	53.45	23.354	24.962	48.316
60 a 69 anos	14.936	18.221	33.157	11.204	12.990	24.194
70 a 79 anos	7.968	10.332	18.30	4.849	7.093	11.942
80 ou +	3.089	4.573	7.662	1.643	3.206	4.849
Total :	242.668	262.516	505.184	242.900	249.201	492.10

Fonte: DATASUS – 2008 / censos demográficos 1996 – IBGE, contagem populacional.

4.1.3. População economicamente ativa, rural, urbana, e geral

Segundo IPEA, a população economicamente Ativa¹⁴ (PEA) dos municípios de Londrina e Joinville, com base no censo de 2000 representa 51,7% e 46,9% são os habitantes em idade ativa de trabalho.

Em relação à mesorregião a PEA da região norte central tem uma população, residente segundo IPEA (2000) de 1.829,068 habitantes nesta área e deste total 922.870 habitantes da região norte central está na ativa equivalente a 50,45% da população norte central, Londrina se localiza nesta região e sua PEA, representa 35,56% da população ativa de Londrina durante o ano de 2000. A região norte catarinense segundo IPEA tem uma população de 1.026,606 habitantes, representando 495.72 habitantes na ativa, equivalente a 48,20% da região norte catarinense, Joinville se localiza neste espaço com 333.923 pessoas na ativa conforme Tabela 6 e destas 67,35% estão localizada no município de Joinville, com base no censo de 2000, e conforme dados disponíveis no IPEA.

Ainda, como ponto principal destes dados, na Tabela 6 pode perceber que a PEA, a maioria está na área urbana, Londrina no ano de 2000, tem 312.409 pessoas, e na rural tem 15.735 uma diferença grande, e Joinville 308.939 da PEA na zona urbana, e na zona rural 24.984 pessoas.

A mesorregião norte central é composta por 79 municípios dentre eles, oito municípios abrangem as microrregiões, dentre esses o município de Maringá, com um crescimento econômico expressivo, e contribui para que essa região cresça significativamente nos setores econômicos, Londrina detém 35,56% com participação de PEA, ao todo na região central, e possui um número alto nesta região de pessoas na ativa.

Por outro lado, no norte catarinense se encontra Joinville, a mesorregião abrange 26 municípios, se divide em três microrregiões, analisando esses dados, Joinville tem menos território, e uma população ativa no ano de 2000 segundo IBGE e IPEA, corresponde a 67,35% a diferença de Londrina para Joinville é grande, praticamente toda a população na ativa da

¹⁴ População economicamente ativa é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

mesorregião norte catarinense se encontra em Joinville, restando 161.798 pessoas para os outros municípios na PEA.

Segundo o IPEA (2000) a população economicamente ativa do município de Londrina, em 1970 teve um crescimento elevado, devido também ao crescimento da economia, de acordo com números apresentados os municípios têm praticamente os mesmos números em relação à PEA na área urbana e rural. Mas se comparando com o espaço de cada município Joinville tem uma PEA maior que Londrina, se olhar para a região norte catarinense, Joinville comporta quase 67,35% das pessoas em ativa, Londrina representa um número menor na região norte central, permanecendo assim Joinville com uma PEA superior.

De acordo com Barquero (2001) tem que haver um incentivo e por em ação a teoria do desenvolvimento endógeno, para que os problemas possam ser enfrentados e as mudanças sejam de ordem produtiva, dentre a geração de mais emprego, mudanças estruturais na economia para a demanda por trabalho ser mais atrativa e mais pessoas possam sair do desemprego e voltar para a ativa.

TABELA 6 – População Economicamente Ativa Total, Urbana e Rural no período de 1970, 1980, 1991, 2000.

Ano	Londrina			Joinville		
	PEA Total	Urbana	Rural	PEA Total	Urbana	Rural
1970	115.065	72.515	42.550	70.485	48.058	22.427
1980	172.378	147.733	24.645	146.749	122.476	24.273
1991	248.015	230.215	17.800	228.918	206.939	21.979
2000	328.144	312.409	15.735	333.923	308.939	24.984

Fonte: IPEA/ Social

No mercado de trabalho, aprofundando mais está relação de emprego, admissões, e desligamentos, ao longo do período de 2000-2010 os municípios de Londrina e Joinville, tiveram um crescimento considerável ao longo desses 10 anos, Londrina e Joinville não tiveram saldo negativo, mesmo somando todos os setores econômicos, as admissões e desligamentos estiveram com saldo positivo durante o período.

O município de Londrina no intervalo de 2000-2003 esteve na faixa de 60 mil pessoas admitidas nesses quatro anos, enquanto no ano de 2004 o município de Londrina tem 77.369 pessoas admitidas, conforme o passar dos anos esse número progressivamente aumentando atingindo 127.399 pessoas com emprego no ano de 2010. O município de Joinville no começo de

2000-2001 esteve na faixa de 70 mil pessoas, 2002 e 2003, apresentou redução caindo para 68.014 mil e 69.835 reagindo para 85.823 no ano de 2004, conforme Tabela 7 a partir deste ano os níveis de emprego cresceram progressivamente no mesmo sentido com 173.597 mil pessoas admitidas no ano de 2010.

Comparando os desligamentos nos dois municípios foi bem menor do que admitidos, analisando estes dados do mercado de trabalho, Joinville superou Londrina. Os saldos de Joinville conforme, Tabela 8 no ano de 2007 o município de Joinville teve 98,70% a mais que Londrina em saldo positivo, Londrina teve 9.227 mil e Joinville teve 18.338 mil em 2007 em 2009 os dois municípios decresceram no saldo, em 2010 voltou a subir no ranking, com Joinville tendo uma ligeira superioridade de admitidos, o número de emprego formal é mais elevado na região de Santa Catarina, em consequência Joinville é o município que mais emprega durante esses 10 anos se comparado com Londrina no Paraná, segundo dados do ministério do trabalho.

Os empregos formais nos municípios de Londrina e Joinville são diferentes um do outro, Joinville tem um nível empregatício bem maior que Londrina. Durante 2000-2010 a análise em termos de empregos formais Joinville se destaca, têm saldos todos positivos, bem acima dos saldos de Londrina, o maior saldo de Joinville foi em 2010.

E com o aumento da quantidade de emprego direto e indireto, a renda aumenta gerando consumo entre aqueles que voltaram para a ativa, e isso acaba gerando uma economia em ciclos, o emprego deverá aumentar principalmente em Joinville considerando a significativa participação do setor industrial e com necessidade de mão de obra.

TABELA 7 - Mercado de Trabalho, Fluxo de Mão de Obra no período de 2000 a 2010.

Ano	Admissões		Desligamentos		Saldos	
	Londrina	Joinville	Londrina	Joinville	Londrina	Joinville
2000	60.443	72.106	57.829	62.714	2.614	9.392
2001	68.410	70.770	61.950	62.575	6.460	8.195
2002	68.420	68.014	62.171	61.092	6.249	6.922
2003	68.252	69.835	63.312	62.595	4.940	7.240
2004	77.369	85.823	67.557	69.969	9.812	15.854
2005	82.332	88.606	77.102	78.735	5.230	9.871
2006	80.208	100.734	76.029	89.010	4.179	11.724
2007	94.193	126.918	84.966	108.580	9.227	18.338
2008	116.045	146.485	105.201	132.335	10.844	14.150
2009	107.714	134.989	100.282	128.661	7.432	6.328
2010	127.399	173.597	114.267	154.513	13.132	19.084

Fonte: MTE/ CAGED

4.1.4. População Ocupada

Em 1970 a população ocupada de Londrina era de 77.306 mil habitantes, equivalente a 97,80% das pessoas, que residia no município de Joinville à população nesta época era de 39.093 mil pessoas ocupadas no total, o município de Londrina detinha 28,63% e Joinville 11,18% da população total ocupada, já neste período o grau de urbanização nesses municípios foi considerado elevado.

Analisando essa população rural em meados de 1980, a força rural passa a diminuir o grau de urbanização continua aumentando e Londrina possui 89,78% de urbanização e Joinville possui 94,72% o município de Joinville em termos de população no ano de 1980 era menor, porém com de grau de urbanização superior a Londrina.

Em 1991 e 2000 ocorreu um aumento na ocupação total, na área rural essa ocupação só foi diminuindo nos dois municípios. Em consequência a área ocupada aumentou muito chegando em 2000 com uma área urbana ocupada nos municípios com 96,72% e 96,81% com uma diferença pequena entre ambos.

Comparando esses dois municípios na década de 1970, Londrina possuía um número expressivo de pessoas ocupadas, esse número chega a quase 100% de pessoas ocupadas, do que o município de Joinville, na área rural Londrina tem um pessoal ocupado bem mais que Joinville, na década de 1980 a população ocupada na área rural passa a diminuir a população geral passa a aumentar chegando em 2000 com quase 100% ambos os municípios, a área urbana cresce a cada dia mais, e sempre a pessoas indo para as cidades em busca de uma vida melhor.

TABELA 8 - População Ocupada, Rural, Urbana no Período de 1970 a 2000.

Ano	Londrina			Joinville		
	Ocupada	Rural	Urbana	Ocupada	Rural	Urbana
1970	77.306	22.132	55.174	39.093	4.369	34.724
1980	121.930	12.468	109.462	94.293	4.976	89.317
1991	174.298	9.482	164.816	137.456	4.563	132.893
2000	200.869	6.582	194.287	175.993	5.615	170.378

Fonte: IPEA/ Social

Conforme Tabela 8 acima que mostra as admissões e desligamentos, nesta Tabela 9, podemos ver as quantidades de empresas estabelecidas nos municípios de Londrina e Joinville, segundo Secretaria da Fazenda dos dois municípios. Em Londrina o que chama mais atenção são as empresas que prestam serviços, o comércio com milhares de empresas estabelecidas em 2002, o setor de serviços estava com 11.313 empresas e no ano de 2008 com 13.380, o comércio com 9.232 em 2002 e com 10.620 em 2008 houve um pequeno aumento durante os sete anos, as indústrias com 1.676 indústrias em 2008 instaladas em Londrina, um número menor que os outros setores, mas com grandes números de admissões neste setor.

Por outro lado, conforme dados coletados da Secretaria da Fazenda dos municípios houve um pequeno aumento dos estabelecimentos nos períodos de 2002 – 2008. No ano de 2002 um total de grupos de empresas estabelecidas em Londrina apresentava-se com 22.059 mil estabelecimentos e Joinville com 25.810 mil no mesmo ano Joinville tinha 17% de estabelecimento a mais que Londrina equivalente a 3.751 mil empresas.

O setor de serviços é o que se destaca mais durante este período analisado, possui o maior número de estabelecimentos representa 50,15% do município de Londrina e com 46,70% o município de Joinville do total de estabelecimentos, em seguida o comércio, depois as indústrias tanto em Londrina como Joinville, os municípios tem o comércio com números de estabelecimentos semelhantes, como podemos ver na Tabela 9 a diferença não é significativa.

A indústria em Londrina em 2002 possuía 1.514 mil em 2008 passa para 1.676 empresas, com um aumento de 162 empresa a mais ao longo deste período, Joinville em 2002 tinha 2.614 empresas em 2008 aparece com 2.340 teve uma pequena redução nas indústrias de 274 ocorreu uma evasão neste período, mesmo com este número reduzido de indústria no município de Joinville, ainda Londrina fica atrás de Joinville que permanece com 664 indústrias a mais.

Com isso observa que a indústria tem um número menor de estabelecimentos, enquanto o setor de serviço e o comércio têm um maior número, mesmo com esses dados podemos ver na Tabela 10 que as indústrias são o setor que mais emprega, e levam os municípios ao desenvolvimento, e faz com que o número de trabalhadores seja bem maior em admissões, o setor industrial exige muita mão de obra, pois os produtos que são produzidos passam por muitas transformações.

TABELA 9 – Empresas Estabelecidas no Mercado de Trabalho.

Anos	Londrina				Joinville			
	Indústria	Comércio	Serviços	Total	Indústria	Comércio	Serviços	Total
2002	1.514	9.232	11.313	22.059	2.601	10.614	12.595	25.810
2003	1.670	10.160	11.531	23.361	1.847	7.874	8.460	18.181
2004	1.705	10.314	12.045	24.064	2.206	9.682	10.098	21.986
2005	1.688	10.566	12.393	24.647	2.230	10.152	10.358	22.740
2006	1.498	9.351	11.806	22.655	2.208	10.263	10.689	23.160
2007	1.670	10.544	13.182	25.396	2.646	11.812	12.030	26.488
2008	1.676	10.620	13.380	25.676	2.340	10.896	10.089	23.325

Fonte: PML/PMJ - Secretaria da Fazenda de Londrina e Joinville.

No município de Londrina para escoar sua produção e commodities, possui mais próximo o porto de Paranaguá, e a ferrovia São Paulo – Paraná, tendo o porto de Paranaguá mais próximo isso faz com que o custo seja maior e o difícil acesso de transporte até chegar ao porto dificulta muito Londrina, mas mesmo assim o crescimento de emprego sempre vem aumentando principalmente no setor industrial conforme mostra Tabela 10.

Um dos pontos principais que ajuda Joinville a expandir no setor das indústrias gerando milhares de empregos, foi à indústria historicamente que primou pela mobilidade de cargas, tanto que a proximidade de portos, rodovias, sempre foi um critério observado nas decisões de localização, uma das vantagens que Joinville tem é a infra-estrutura regional, pois num raio de 130 km do município são encontrados, três portos que são eles São Francisco do Sul a 45 km, Itajaí a 92 km, e Paranaguá a 130 km e três aeroportos, Joinville a 8 km do distrito industrial e Navegante a 70 km e Curitiba a 120 km e das rodovias, BR 101, BR 280 e SC 301, e ferrovia isso tem um grande valor para o município de Joinville, essas indústrias tem como locomover toda a produção sem muita dificuldade.

Conforme Tabela 10, segundo dados do ministério do trabalho durante o ano 2000-2010, o número de admissões no setor industrial só tem crescido ao longo dos anos, Londrina em 2000 tinha 14.381 admissões em 2010 passa para 33.063 um acréscimo de 43,50% e Joinville em 2000 tinha 34.587 admissões em 2010 passa para 72.024 com um aumento de 48% de crescimento ao longo dos anos, e com essas admissões pode ver na Tabela 7 que os saldos são todos positivos.

O setor de serviço e comércio possui números semelhantes, outro setor que aparece é o da agricultura na Tabela 10, os empregos chegam a 2.629 mil em Londrina em 2010, Joinville com 1.089 mil mesmo assim com um território menor, lá a agricultura é mais familiar, o cultivo é para

o próprio consumo. Ao longo do período teve um aumento apenas em 2008 nos dois municípios, na agricultura.

Conforme visto na Tabela 10 o número de admissões nos setores econômicos dos municípios, ao analisar tem um total de admissões em 2000 no município de Londrina de 54.494 com o passar do tempo em 2010 esse número chega em 114.816 pessoas admitidas em todos os setores, formando um equivalente de 110,69% de crescimento durante os dez anos analisados.

O município de Joinville em 2000 tinha 68.633 pessoas admitidas nos setores e no ano de 2010 possui 162.389 representa 136,60% de crescimento, durante os períodos analisados, causando assim uma superação do município de Joinville em relação à Londrina.

Em Londrina a indústria, comércio e serviço são os três setores que fazem com que o desenvolvimento cresça progressivamente, elevando o número de pessoas admitidas nestes setores, assim sucessivamente em Joinville também a indústria como principal setor da economia local, dando maiores oportunidades de empregabilidade, junto com comércio e serviços, estes setores elevam a economia do município.

Conforme visto a admissão nos municípios de Joinville supera Londrina, e as empresas que estão estabelecidas nos setores secundários e terciários, ambas possuem números parecidos tanto no comércio como em serviços, ambos possuem um equilíbrio nas distribuições de riquezas, com essas empresas percebe que a admissão no setor econômico tem um crescimento considerável, a agricultura em Londrina tem um crescimento maior que Joinville, conforme, Tabela 10 o município de Joinville supera nas admissões somente no setor industrial tem praticamente o dobro de admissões, já o comércio e serviços os municípios estão com os mesmos números de empregos formais parecidos, o forte de Joinville é a indústria, e de Londrina em termos de admissões, serviços e comércio estão no mesmo patamar para dois municípios.

TABELA 10 – Admissões por Setor Econômico.

Ano	Admissões			Londrina		Joinville		
	Indústria	Comércio	Serviços	Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	Agricultura
2000	14.381	15.053	22.820	2.240	34.587	12.255	21.316	475
2001	14.361	16.537	29.015	2.392	27.762	14.633	24.733	476
2002	15.318	16.458	26.377	2.878	25.956	14.618	23.443	636
2003	13.616	16.869	28.205	2.961	26.492	15.436	24.115	662
2004	17.885	20.932	29.803	3.339	34.384	20.456	27.082	821
2005	19.904	21.341	32.446	3.122	33.143	22.433	28.349	771
2006	20.658	22.014	31.169	1.210	42.465	21.551	31.648	641
2007	25.036	24.818	35.489	2.288	55.455	25.320	39.943	1.179
2008	28.167	28.764	42.398	7.414	59.070	28.764	46.720	3.502
2009	27.294	29.473	40.923	2.156	49.437	27.802	46.890	1.119
2010	33.063	31.788	47.336	2.629	72.024	34.956	54.320	1.089

Fonte: MTE/ CAGED

4.2. INDICADORES SOCIAIS

Com base em alguns dados disponíveis, serão feitas algumas análises no setor de desenvolvimento econômico, e isso deve ser feito de maneira que possa, não só analisar o crescimento na área econômica, mas também verificar alguns indicadores que representam, mesmo de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Para que desse modo, incluir um conjunto de medidas que possam refletir alterações econômicas, para uma consciente análise tais como renda per capita, expectativa de vida e mortalidade infantil¹⁵.

4.2.1. Esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil

A ONU - Organizações das Nações Unidas em seu ranking estabelece o Brasil como o 82º em esperança de vida ao nascer¹⁶ e o 99º em mortalidade infantil entre os outros Países. Segundo o IBGE, as análises demográficas demonstram, ainda que o país passa pela chamada janela demográfica¹⁷, um momento histórico, para o desenvolvimento econômico.

¹⁵ Expressa o número de óbitos de menores de 1 ano de vida para cada 1.000 nascidos vivos. É a probabilidade de um recém-nascido falecer antes de completar o primeiro ano de vida.

¹⁶ Expressa o número de anos que se espera viver um recém-nascido que, ao longo de sua vida, esteja exposto às taxas de mortalidade observadas na população ao momento do nascimento do mesmo.

¹⁷ Janela demográfica garante mais dinamismo ao mercado de trabalho, fenômeno raro ocorre quando o número de pessoas com idade potencialmente ativas esta em ascensão.

Um ponto que a (OMS) Organização Mundial da Saúde para os países em desenvolvimento é de até 20 mortes por mil crianças nascidas, e países desenvolvidos essa taxa é de 10 mortes para cada mil crianças nascidas. O índice de mortalidade infantil, provenientes de dois problemas ou causas, o rendimento familiar que afeta diretamente quantidade e qualidade da alimentação, saúde, esgoto, água tratada e condição de moradia.

Considerando ainda, o censo de 2000 os índices de mortalidade infantil a nível nacional, e estado quando comparado com os registros dos municípios de Londrina na Tabela 11 abaixo, o índice fica em 15,90 em Londrina e 10,49 em Joinville ambos menores que do Estado do Paraná é 23,53 e do Estado de Santa Catarina 15,5 menores ainda que a média nacional, que foi de 30,57. Este quadro torna menos preocupante quando visto que o município de Joinville possui um índice de mortalidade infantil em torno de 10 óbitos, para cada mil nascidos vivos, com isso dentro do estado de Santa Catarina no ano de 2000 este número fica com 15 óbitos a cada mil, e Londrina tem o mesmo número de mortalidade infantil, e esse número é de ficar em alerta, é o mesmo número que o estado de Santa Catarina conforme Tabela 11 abaixo.

Nos anos de 1991-2000 Londrina tem um nível baixo na parte social à mortalidade chega a ser igual ao Estado de Santa Catarina isso é preocupante, o Estado do Paraná tem 23 mortes a cada mil, esses indicadores indicam uma superioridade de Joinville em relação à Londrina, Mortalidade é o ponto chave para elevar o desenvolvimento dos municípios.

TABELA 11- Esperança de Vida ao Nascer e Mortalidade Infantil.

Ano	Londrina (PR)		Joinville (SC)	
	Esperança de vida	Mortalidade infantil	Esperança de vida	Mortalidade infantil
1970	52,99	99,81	54,49	89,71
1980	59,39	61,48	61,46	50,85
1991	68,48	28,77	70,64	23,08
2000	71,31	15,90	76,57	10,49

Fonte: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA)

4.2.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

A construção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) tem particular importância ao expor as desigualdades de forma abrangente e comparativa, permitindo que diferenças nos indicadores possam se tornar instigadoras da gestão pública. Esse conjunto de

indicadores compõe os índices: IDH-E¹⁸ (educação), IDH-L¹⁹ (longevidade) e IDH-R²⁰ (renda), cuja média aritmética simples resulta no IDH-M. Esses índices variam de 0 a 1 sendo 1 a posição correspondente aos melhores valores.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH²¹ é um programa elaborado pelas nações unidas para o desenvolvimento (PNUD). Esse índice mede o nível do desenvolvimento dos países, regiões, e municípios. Em ambos os casos foram avaliados aspectos relacionados à educação, longevidade, renda que integram os indicadores que fazem parte do desenvolvimento humano.

A análise comparativa do IDH-M do município de Londrina com Joinville com a média nacional, segundo o que evidencia a Tabela 12, a classificação do município de Londrina no contexto nacional em relação ao índice de desenvolvimento humano é de certa forma significativo, considerando que o Brasil possui 5.507 municípios e o Estado do Paraná 399 e Santa Catarina 293 municípios.

Neste sentido com base no censo de 2000, Londrina se encontra em 10º lugar no Estado e 189º no Brasil, e Joinville se encontra em 4º posição do Estado e 13º do Brasil, segundo Atlas, Fundação João Pinheiro, e IPEA. E com base nos censos de 1970 e 1980, Joinville mostra que tem uma melhor situação que Londrina, no IDH, exceto na renda, Londrina mostra na Tabela 12 que sua renda desde 1970 até 2000 supera a renda de Joinville.

No período de 1991-2000, o IDH-M de Londrina cresceu em 7,6% passando de 0,766 para 0,824 enquanto isso o IDH-M do município de Joinville de 0,779 para 0,857 resultou num

¹⁸ Educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um). O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados). O calendário do Ministério da Educação indica que se a criança não se atrasar na escola ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dá a partir dos 15 anos

¹⁹ Longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local

²⁰ Renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero).

²¹ O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

crescimento de 10,1% um crescimento maior que Londrina. No entanto Joinville tem um grande potencial está, buscando melhorar expressamente os indicadores associados ao desenvolvimento humano, Londrina já cresce mais lentamente nos últimos 11 anos.

No município de Joinville, considerando o período de 1970 a 2000, o IDH-M do município acumulou e teve um crescimento ao longo do período de 47%, o maior avanço foi determinado pela dimensão longevidade, que no mesmo tempo evoluiu para 74,6%, seguido da educação 37% e pela renda 35,4% por outro lado se encontra Londrina na mesma ordem, ao longo do período teve um IDH-M em 49,7% com o maior índice, seguido da longevidade de 65,5% educação com 60,3% e da renda com 28%.

Analisando os dados da Tabela 12 percebe que ao longo dos anos Londrina teve um crescimento maior em porcentagem, mas em números o IDH de Joinville é melhor, no ano de 2000 aparece com o IDH-M 0,857 a renda 0,776 a educação 0,936 e longevidade 0,859 isso mostra que este município está acima da média, Londrina também não fica atrás com o IDH-M 0,824 a renda 0,789 a educação 0,910 e longevidade 0,773 mostra que os dois municípios caminham para um desenvolvimento de qualidade, e se os dois mantiverem este crescimento Londrina levará 10 anos e o município de Joinville 8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) o município com o melhor IDH-M do Brasil 0,919.

A mesorregião Norte Central compreende 79 municípios e apenas oito deles apresentaram, em 2000 posições acima da média do Estado (0,787). Dentre eles, Londrina sobressai por apresentar IDH-M superior a 0,800 - classificado como de alto desenvolvimento humano, obtendo posição de destaque no âmbito estaduais, que registra 23 municípios nessa condição, distribuídos em distintas áreas do Estado.

Os municípios que registram IDH-M mais baixo estão concentrados na porção sul da mesorregião. Nas melhores posições estão os pólos Londrina e Maringá e a maioria dos municípios que integram essa aglomeração.

A região Norte Catarinense compreende 26 municípios e as três microrregiões fazem parte do IDH-M com média considerada alta 0,857 (Joinville) e 0,850 (Jaraguá do Sul) e 0,780 (Canoinhas) e dos 11 municípios que fazem parte da região Norte Catarinense oito deles estão acima de 0,807 de IDH-M dentre eles o que tem mais destaque é Joinville, classificado com um alto desenvolvimento. A Tabela 12 mostra que IDH-M do município de Joinville foi superior ao

IDH-M de Londrina. O município de Londrina tem superioridade apenas no IDH-Renda no período estudado.

Segundo Souza (2009) os indicadores sociais melhoraram a partir de 1990, devido à difusão da educação, da conscientização social dos governantes e do aumento de renda per capita, e o desenvolvimento da população passou a ter melhores condições de vida e a expectativa de vida aumentou. Através de dados levantados do Atlas (2000) o município de Joinville supera no IDH - Municipal em relação à Educação, Longevidade exceto na renda Londrina tem um IDH da renda mais elevado oferece uma condição melhor de vida com base no censo de 2000.

Nota-se (Tabela 12) que os dois municípios analisados apresentam IDH-M acima da média da maioria dos países em processo de desenvolvimento, com esses números os municípios são considerados com alto desenvolvimento.

TABELA 12 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no período de 1970 a 2000.

Ano	Londrina				Joinville			
	IDH Municipal	IDH Renda	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Municipal	IDH Renda	IDH Educação	IDH Longevidade
1970	0,551	0,617	0,568	0,467	0,583	0,573	0,683	0,492
1980	0,729	0,956	0,659	0,573	0,760	0,955	0,718	0,608
1991	0,766	0,741	0,831	0,725	0,779	0,729	0,846	0,761
2000	0,824	0,789	0,910	0,773	0,857	0,776	0,936	0,859

Fonte: Atlas

4.3. INDICADORES ECONÔMICOS

O IBGE (2007), com a finalidade de ter um melhor cálculo do PIB²², implantou algumas mudanças e divulgou uma nova série do sistema de contas nacionais, a série passa a incorporar integralmente as pesquisas anuais do IBGE, e as informações anuais da Declaração de informações econômicas fiscal da pessoa jurídica.

Essa nova série de contas passou a valer no ano de 2000, com maiores detalhes das atividades e produtos. O IBGE mostra que com os dados calculados a partir das contas nacionais, percebe que no ano de 2005, o PIB estimado na nova série das contas nacionais foi de R\$ 2.148

²² PIB (Produto Interno Bruto) é a soma de todos os serviços e bens produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (País, Estado, cidade, continente). O PIB é expresso em valores monetários (no caso do Brasil em Reais). Ele é um importante indicador da atividade econômica de uma região, representando o crescimento econômico. É bom lembrar que no cálculo do PIB não é considerados os insumos de produção (matéria-prima, mão de obra, impostos e energia). A fórmula do cálculo do PIB, é $PIB = C + I + G + X - M$ onde, C (consumo), I (investimento), G (gastos do Governo), X (exportação), e M (importação).

trilhões ficou 10,9% acima do valor estimado na série anterior. A taxa de variação em relação ao ano anterior foi de 2,90% enquanto na série antiga havia sido de 2,30% com o novo cálculo percebe que houve aumento nos valores comparados com o cálculo antigo.

Em relação à série antiga, a principal mudança estrutural refere-se ao aumento da participação em mais de 10 pontos percentuais dos serviços de 56,31% para 66,7%. Com a nova metodologia do valor agregado da agropecuária e da indústria é reduzida tanto em termos relativos como em termos absolutos, em virtude do maior percentual dos serviços. Com isso essa análise de dados nos períodos de 2000-2008, do PIB dos municípios relacionados, com base na nova série e com valores deflacionados para um melhor entendimento.

4.3.1. Produto Interno Bruto Municipal

Com base em dados do IBGE, na Tabela 13 são apresentados os números do Produto Interno Bruto – PIB em valores reais referentes aos municípios de Londrina e Joinville. O município de Joinville aparece no período analisado de 2000 a 2009 com o PIB superior em todos os anos exceto em 2002. O município de Joinville mostra que durante o período de 2000 a 2009, o PIB de Joinville no ano de 2000 foi superior em aproximadamente, R\$ 2 bilhões ao PIB de Londrina. O município de Londrina só aproximou essa marca a partir de 2007 e essa aproximação em relação a Joinville demorou sete anos.

Observa, ainda que o PIB per capita²³ de Londrina em média no período 2000-2009 atingiu a R\$ 15.150,74 enquanto que Joinville com R\$ 22.057,91. Isso retrata que o PIB per capita de Londrina equivale a 68,69% do de Joinville. Isso demonstra o poderio econômico do município catarinense, resultados identificados pela sua dinâmica dos setores: industrial e de serviços. Como comparativo, denota-se que no ano de 2009 o PIB per capita de Londrina representava 64,83% em relação a Joinville. Esses números mostram que ao longo do tempo e, notadamente, no último ano analisado que o PIB per capita de Londrina perde em termos comparativos.

²³ O PIB per capita também conhecido como renda per capita, é obtido ao pegarmos o PIB, de uma região e dividir pelo número de habitantes de uma região.

Durante o período analisado, Londrina apresentou mais instabilidades nas variações do PIB per capita que o município de Joinville, isso reflete de forma direta na economia local, sendo que Londrina passa a ter mais dificuldades, apesar de apresentar status de cidade metropolitana.

Analisando os dois municípios apesar dos aumentos nominais do PIB per capita nos dois municípios quando deflacionados, Londrina teve um crescimento negativo em 2008 e se recuperou no ano seguinte com crescimento de 0,93%, enquanto que Joinville teve crescimento negativo em 2002, a superioridade de Joinville sempre foi constante em larga escala deixando Londrina num percentual em 2009 de 64,83% a mais no seu PIB per capita.

Retornando a análise do PIB municipal, observam-se em 2000 que o PIB de Joinville foi superior em 27,97% ao PIB de Londrina, os municípios permaneceram nesta média até 2003. No período 2000-2009 em média o PIB de Londrina representava 54,51% do PIB de Joinville, somente no ano de 2009 essa equivalência era de 66,57% mostrando uma melhoria sensível na economia londrinense minimizando a diferença desse indicadores. O melhor momento da economia de Londrina em relação a economia de Joinville foi identificada no ano de 2003, quando a equivalência era de 80,25% ou seja onde a maior proximidade entre os dois municípios pode ser visualizada.

Considerando valores deflacionados durante os períodos analisados sobre o comportamento do PIB, Londrina cresceu negativamente em 2001 (3,65), 2002 (1,13%), 2005 (0,25%) e 2008 (4,7%) ao passo que o município de Joinville cresceu negativamente apenas em 2002 (5,10%). O município de Londrina chegou em 2009 com R\$ 8,8 bilhões um pouco mais do que Joinville, no ano de 2000 que tinha R\$ 8,3 bilhões (Tabela 13), Isso denota as diferenças econômicas existentes, confirmando o expressivo crescimento do PIB de Joinville enquanto que o PIB de Londrina cresceu mais lentamente e o município de Joinville o PIB cresceu com mais velocidade.

Com esses dados analisados se Londrina continuar neste ritmo levará alguns anos para alcançar o PIB de Joinville do ano de 2008, isso se o município de Londrina mantiver seu processo de produção como está, e apresentar sinais de melhores níveis de desenvolvimento ao longo do tempo.

Em relação ao PIB durante, o período analisado de 2000-2009 percebe que Londrina representa 66,57% em 2009 do PIB de Joinville, e se comparado o PIB de 2000 de Londrina representava 78,14% do PIB de Joinville, então se percebe que houve que equivalência aumentou

ainda mais em 2009. Isso mostra a dinâmica de Joinville na produção de riquezas, o que demonstra sua superioridade durante os anos analisados sobre o município de Londrina.

Outro ponto que observa na Tabela 13 - os dois municípios ficaram estabilizados nos quatro primeiros anos da série estatística. A partir desse período Joinville destaca-se cada vez com o PIB crescendo progressivamente a cada ano. Londrina cresceu, mas não o suficiente para superar Joinville, o seu crescimento foi relativamente considerado, mas com períodos estagnados durante alguns anos.

Observando o PIB per capita no período analisado Joinville supera Londrina em todos os períodos. O PIB per capita de 2009 de Joinville é superior em R\$9.437,20 fazendo com que o PIB per capita do município de Joinville permaneça superando o PIB per capita do município de Londrina, isso eleva o nível do município produtivo do município de Joinville, com aumentando os níveis de renda da população economicamente ativa.

TABELA 13 – PIB dos municípios e PIB per capita referente aos anos de 2000 a 2009. (Valores Deflacionados) a preços de 2009.

Ano	Londrina		Joinville	
	PIB	PIB Per Capita	PIB	PIB Per Capita
2000	6.534.746,87	14.616,995	8.362.645,14	19.465,938
2001	6.296.429,19	13.842,230	8.542.901,47	19.151,740
2002	6.225.270,33	13.506,506	8.106.964,92	17.865,959
2003	6.834.802,88	14.625,092	8.516.952,28	18.451,895
2004	7.056.792,00	14.674,685	9.681.405,03	20.255,214
2005	7.039.785,23	14.417,310	10.443.136,21	21.443,679
2006	7.405.379,22	14.940,562	11.978.891,66	24.148,508
2007	8.429.337,11	16.932,057	12.204.809,94	25.061,057
2008	8.363.460,98	16.555,620	13.763.667,66	27.901,520
2009	8.884.459,00	17.396,390	13.345.175,00	26.833,590

Fonte: IBGE – PIB Municipal

4.3.2. Análise do PIB por setores econômicos

Na análise do PIB pelos setores econômicos, com base no IBGE (2008), dos dois municípios conforme as Tabelas 14 e 15 têm se que o município de Joinville aparece com uma predominância no setor de desenvolvimento econômico no setor de Serviços e Indústria e o município de Londrina predomina no setor Serviços.

Na análise do PIB pelos setores econômicos, com base no IBGE (2009), dos municípios conforme as Tabelas 14 e 15 o município de Joinville aparece com uma predominância no setor

de Serviços e Indústria e o município de Londrina predomina no setor Serviços. Durante o período de 2000 a 2009, os municípios de Londrina e Joinville apresentaram alguns picos de quedas no PIB desses municípios, cujos resultados são reflexos do comportamento dos setores econômicos por meio da produção agropecuária, da produção industrial, dos serviços e impostos.

Na produção agropecuária ocorreram perdas financeiras nos dois municípios, porém Londrina por ser mais forte economicamente, nesse setor, sentiu com mais intensidade, pois do período analisado, em cinco anos teve problemas nesse segmento, ao passo que Joinville os prejuízos foram em quatro anos ao longo do período. Na produção industrial Londrina sofreu perdas em 2001, 2005, 2006, 2008, porém no município de Joinville a queda ocorreu em 2001, 2002 e 2009.

No setor de serviços o município de Londrina foi superior a Joinville no período de 2000 a 2005. Nesse segmento as perdas de Londrina ocorreram em 2001 e 2008 e Joinville enfrentou problemas maiores apenas no ano de 2002 com queda de 1,24%. Em relação a variável impostos que compõe o PIB dos municípios de Londrina e Joinville, ao longo do período, os crescimentos negativos ocorreram em 2004 (Londrina) e 2002 (Joinville).

Os impostos que compõe o PIB dos municípios de Londrina e Joinville, ao longo do período cresceu negativo no ano de 2002, 2004, 2005, passado esse período de turbulência o crescimento foi positivo para os dois municípios. Com base nos dados do IBGE, pode constatar através das análises que houve crescimento no setor econômico gerando um desenvolvimento, partindo do ponto de vista do município de Londrina.

Em termos de crescimento real durante o período de 2000-2009, temos que no município de Londrina, o setor agropecuário apontou crescimento de 34,02%, o setor indústria de um salto de 20,47% o setor de serviços cresceu 36,26% e o componente *impostos* cresceram 56,66%. Por seu turno Joinville avançou 19,81% no setor agropecuário, o setor das indústrias teve um crescimento de 43,55%, o setor de serviços foi o que mais cresceu e alcançou o indicador de crescimento em 77,84% esse segmento foi superior aos demais setores que compõem o PIB, por fim impostos cresceram 50,36%.

Considerando a média entre os anos de 2000 e 2009, o município de Londrina tem destaque no setor de serviços, possui a principal fonte de riquezas, esse setor é responsável por 65,64% do PIB municipal e é um setor que mais contribui, em segundo lugar vêm indústrias com 19,01% os dois setores são responsáveis por 84,74% das riquezas locais, o setor primário com

apenas 1,57% e os impostos com 13,78%. Joinville tem destaque em dois setores que são de grande importância, os serviços participam com 40,60% e as indústrias com 46,58% os dois setores respondem por 87,18% ao passo que o setor primário tem a pífia participação de 0,29% e os impostos com 12,53% do PIB municipal.

Enquanto Londrina, praticamente concentra suas riquezas no setor terciário com 65,64% do PIB municipal, Joinville tem melhor distribuição de riqueza e nesse particular os setores: secundário (40,60%) e terciário (46,58%) se equivalem e esse alinhamento passa ser uma variável importantíssima para identificar as vantagens do município catarinense em relação ao município paranaense. Fica clara também a pífia participação do setor primário nas economias estudadas.

Por outro lado Joinville também atingiu seu maior índice em 2002 na produção agropecuária, teve 0,41% representando o PIB comparando com Londrina no ano de 2003 teve três vezes mais na representação agropecuária do PIB de Joinville no período de 2003.

O município de Londrina tem destaque em seu PIB no setor de serviços, possui a principal fonte de riquezas, é um setor que mais contribui, em segundo lugar vêm indústrias, Joinville tem destaque em dois setores que são de grande importância serviços e indústrias, com valores superiores referentes ao município de Londrina conforme observa na Tabela 14 e 15 e conforme participação dos setores na Tabela 16.

Percebe a contribuição do PIB nestes setores são de enorme valor, segundo North (1955) tem um valor macroeconômico de enorme valia, e traz aos municípios riquezas e crescimento local, e regional impulsionando as regiões jovens os municípios analisados, para dar um maior impulso na economia fazendo com que o PIB per capita, e os setores tenham um efeito multiplicador ainda maior dentro de cada município, com isso Joinville supera Londrina nos setores econômicos.

TABELA 14 – Participação do Setor Econômico no PIB do Município de Londrina de 2000-2009 (valores a preços constantes de 2009)

Londrina				
Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
2000	81.964,51	1.283.851,74	4.250.556,68	918.373,94
2001	84.851,73	1.235.751,27	4.052.198,98	923.627,20
2002	124.920,93	1.238.867,27	4.056.624,93	804.857,20
2003	170.291,38	1.349.742,92	4.412.891,99	901.876,59
2004	132.024,64	1.459.144,34	4.641.585,40	824.037,62
2005	81.544,27	1.395.641,17	4.784.094,02	778.505,78
2006	76.107,72	1.385.656,27	5.093.373,16	850.242,08
2007	137.449,94	1.494.022,55	5.535.713,83	1.262.150,78
2008	133.165,40	1.353.911,53	5.136.468,30	1.409.915,76
2009	109.851,00	1.546.662,00	5.789.237,00	1.438.709,00

Fonte: IBGE/PIB Municipal

TABELA 15 - Participação do Setor Econômico no PIB do Município de Joinville de 2000-2009 (valores a preços constantes de 2009)

Joinville				
Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
2000	31.297,15	3.563.261,37	3.723.643,81	1.044.442,81
2001	24.014,41	3.493.373,91	3.909.861,58	1.115.651,57
2002	22.403,05	3.160.502,77	3.861.370,70	1.062.688,40
2003	34.502,63	3.378.816,53	3.953.683,75	1.149.949,36
2004	30.164,87	4.161.049,12	4.283.580,79	1.206.610,25
2005	22.646,47	4.224.910,22	4.780.583,14	1.414.996,38
2006	28.873,35	4.961.125,02	5.582.954,89	1.405.938,40
2007	29.634,42	4.976.048,93	5.750.163,60	1.448.962,99
2008	35.555,96	5.277.246,44	6.358.362,54	1.549.147,88
2009	37.496,00	5.115.040,00	6.622.198,00	1.570.441,00

Fonte: IBGE/PIB Municipal

O setor industrial no município de Londrina, é um dos setores que mais contribui com o PIB, no período analisado o máximo de contribuição foi de 20,67% no ano de 2004, ficava em média de 19,72% foi o maior índice atingido, a produção industrial começa a cair o PIB passa para 19,82% em 2005 e 18,72% em 2006 terminando o período analisado chegando em 2009 com 17,41% representando o PIB do município de Londrina à produção no ano de 2004 veio crescendo negativamente.

O município de Joinville na produção industrial tem um valor muito significativo para o Estado e para o município seu valor correspondente ao PIB, já chegou ao máximo de 42,97% em 2004 sendo interessante ressaltar que Londrina também atingiu o valor máximo no mesmo ano que Joinville conforme Tabela 14 e 15.

Com isso também a partir de 2005-2009 a indústria em Joinville teve pequenas quedas no PIB, ficando em média de 47,86% nos últimos quatro anos analisados e terminando com 38,33% de participação em 2009. No ano de 2000 o PIB no setor industrial ficou em segundo lugar dentre os anos analisados com uma participação de 42,61% conforme mostra Tabela 16.

Outro setor que tem enorme presença no PIB do município de Londrina o setor de serviços à participação é extraordinária no setor econômico, a partir do percentual representado na produção no setor de serviços contribui com 65,04% no ano de 2000 em 2001 com 64,35% e sucessivamente até 2005 que foi para 67,95% em 2006 tem apresentado 68,78% do PIB, uma riqueza grande neste setor, terminando em 2009 com 65,16% recuperando a perda do ano anterior

Comparando com Joinville o setor de serviços também representa um número alto em relação ao PIB, no ano de 2000 tem um total de 44,53% com o passar dos anos em 2004 teve a menor participação com 44,24% chegando em 2009 com a sua maior participação 49,62% do PIB do município é um setor que emprega muito e tem um crescimento significativo.

Por outro lado também os impostos são a variável que complementa o valor total do PIB, em Londrina no ano de 2000 teve uma contribuição de 14,05% oscilando para 12,92% e 13,19% e caindo para 11,05% mas ao término do ano de 2008 a participação chegou em 17,56% e teve um aumento em 2007 para 2008 de 17,22% de um ano para outro, sinal que a população está com poder aquisitivo maior e com um poder de compra superior aos outros anos. O município de Joinville também mostra que os impostos atingiram seu maior índice em 2003 com 13,50% do PIB, em 2000 correspondia a 11,72%.

Este resultado é confirmado nas análises de participação do PIB, se destacam o município de Londrina no setor de serviços e na produção industrial, o setor de serviços tem mais destaque o que mais gera riquezas e tem a maior participação no PIB do município, corresponde em média com 65,64% da geração de renda e por segundo fica o setor industrial com uma média de 19,01% no PIB do município, dentre os outros setores o que menos contribui é a produção agropecuária e impostos, agropecuária corresponde em média 1,49% do PIB gerado, impostos com 13,78% em média, o que mais chama atenção é o setor de serviços com sua significativa participação na economia local.

Por seu turno o município de Joinville tem apresentado maior equilíbrio em dois setores serviços e indústria, em média serviços representam 46,58%, e indústria em média 40,60% - os dois setores, detêm a maior participação com 87,18% em média no PIB do município restando

para os outros setores 12,61% os impostos foram responsáveis por 12,53% e finalmente a pequena contribuição que vem da agropecuária com 0,29% refletindo que é uma região pouco cultivável, uma agricultura familiar para sobrevivência. O grande destaque e riquezas ficam para os setores de serviços e indústrias.

TABELA 16 – Participação dos Setores Econômicos dos Municípios de Londrina e Joinville, no período de 2000-2008 (em Percentual %).

Anos	Londrina					Joinville			
	PIB	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	Agro	Indústria	Serviços	Impostos
2000	100,00	0,48	19,64	65,04	14,05	0,37	42,61	44,53	12,49
2001	100,00	1,34	19,62	64,35	14,66	0,28	40,89	45,76	13,06
2002	100,00	2,00	19,90	65,16	12,92	0,27	38,98	47,63	13,11
2003	100,00	2,49	19,74	64,56	13,19	0,41	39,67	46,42	13,50
2004	100,00	1,87	20,67	65,77	11,67	0,31	42,97	44,24	12,46
2005	100,00	1,15	19,82	67,95	11,05	0,22	40,45	45,77	13,55
2006	100,00	1,02	18,72	68,78	11,48	0,24	41,41	46,61	11,73
2007	100,00	1,63	17,72	65,67	14,98	0,24	40,77	47,11	11,87
2008	100,00	1,65	16,85	63,94	17,56	0,27	39,92	48,09	11,72
2009	100,00	1,24	17,41	65,16	16,19	0,28	38,33	49,62	11,77

Fonte: IBGE- PIB Municipal – Elaborada pela autora

4.3.3. Valor Adicionado Fiscal

O Valor Adicionado Fiscal - VAF é obtido, para cada município, através da diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação prestados no seu território e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços de transporte e de comunicação adquiridos, em cada ano civil. É calculado pela Secretaria da Fazenda e utilizado como um dos critérios para a definição do Índice de Participação dos Municípios no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Segundo Cosenza (2003) afirma que as primeiras aplicações da informação do valor adicionado tiveram suas origens nos Estados Unidos da América, na década de vinte, quando o mesmo foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais. Quanto mais alto Segundo Filho,

Defini-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (MONTORO FILHO, 1994, p.27).

Quanto mais alto o índice, maior poderá ser o valor do repasse. E com isso traz uma melhor condição de vida para população das cidades, visto que esta receita é usada para os investimentos nos setores sociais, educacionais e de infraestrutura, e traz benefícios para aqueles que têm um esforço de preencher as declarações dentro do prazo estabelecido.

Este indicador também tem o papel no processo produtivo, desde a extração da matéria prima a comercialização final do produto para chegar até o consumidor, cada município se identifica no seu perfil econômico e se especializa em produtos que fazem parte do seu território para uma melhor qualidade de produtos.

O VAF dos municípios de Londrina e Joinville tem enorme diferença, mesmo com o número de habitantes parecidos, o território de Londrina é maior, mesmo assim Joinville possui um VAF superior, durante 2000-2008 e tem em média R\$ 8,85 bilhões e Londrina com cerca de R\$ 4 bilhões representando uma variação de 120,11%. O Valor Adicionado Fiscal é uma variável que mede a movimentação financeira dos setores econômicos dos municípios. A diferença financeira em 2008 mostra uma significativa diferença de R\$ 4,1 bilhões a favor do município de Joinville ficou em R\$ 11,7 bilhões.

Conforme Tabela 17 mostra que no decorrer do período Londrina tem em 2004 o seu maior índice de crescimento de 11,20% em 2003 o menor índice de 0,49% e dentre alguns anos houve crescimento negativo em 2005, 2006, e 2008 Joinville tem seu maior crescimento em 2006 e 2004 com 17,11% e 15,04% o menor crescimento em 2007 de 1,85% durante todo o tempo analisado e apenas em 2002 cresceu negativo.

O Valor Agregado Fiscal tem contribuído muito para os municípios a diferença em milhões é grande em 2008, Londrina fechou o VAF em R\$ 4,1 bilhões, enquanto Joinville ficou em R\$ 11,7 bilhões uma produção de 184,92% maior nos setores econômicos totais dos municípios. Também o valor agregado é calculado anualmente pelo Estado, referente ao repasse das receitas do ICMS que corresponde a 10% do valor total arrecadado pela União.

TABELA 17 - Valores Adicionados Fiscais Totais dos Municípios de Londrina e Joinville 2000-2008. E percentual de Crescimento % a preços constantes – (em R\$)

Ano	Londrina	Joinville	Londrina (%)	Joinville (%)
2000	3.538.578.085	7.318.203.11	-	-
2001	3.750.486.409	7.427.249.20	5,99	1,49
2002	3.970.719.185	7.044.277.20	5,87	-5,16
2003	3.990.325.545	7.367.003.25	0,49	4,58
2004	4.437.408.088	8.474.794.84	11,20	15,04
2005	4.201.404.638	9.028.139.51	-5,32	6,53
2006	4.003.148.320	10.572.953.51	-4,72	17,11
2007	4.207.549.572	10.768.390.55	5,11	1,85
2008	4.096.279.347	11.671.165.00	-2,64	8,38

Fonte: SEFA – Secretaria do Estado e da Fazenda – PR/SC

Para uma melhor compreensão do valor adicionado fiscal dos setores econômicos correspondente ao setor primário, indústria e comércio a seguir será analisado o comportamento desses setores na economia dos municípios de Londrina e Joinville.

Através de valores reais e deflacionados, percebe-se que o município de Londrina tem um maior desempenho no comércio que responde em média 2,3 bilhões com valor superior à média dos outros setores primário e indústria. Durante o período analisado o setor apresentou algumas quedas não muito significativa que foi nos anos de 2002, 2005, 2006 e 2008 não comprometendo o contexto geral de desenvolvimento local.

No setor primário apresentou um valor médio de 214 milhões de 2000-2008, apesar de pouco significativo economicamente, este setor é essencial para acelerar o desenvolvimento de outras atividades ligadas ou não ao setor, nota-se um maior crescimento em 2002 com 312 milhões e com quedas nos anos de 2003, 2005, e 2006 causados por interferências climáticas e preços de mercado que afetaram a produção durante esses períodos.

A indústria também teve quedas, como os outros setores, mas com estabilidade em manter a arrecadação em média com 1,5 bilhões como mostra a Tabela 18, o setor secundário de Londrina, apesar de não ser o principal setor econômico, tem uma grande importância no desenvolvimento local e regional gerando milhares de empregos.

No município de Joinville o setor agropecuário é o de menor participação no VAF, correspondendo em média a 0,33% do valor agregado fiscal, no total do período analisado e esse período é marcado com oscilações inconstantes do setor. O setor da indústria em Joinville tem

uma participação na contribuição com média de R\$ 4,13 bilhões representa 46,68% em média isto mostra que o setor industrial juntamente com o setor terciário predomina na economia do município.

O comércio em Joinville tem em média R\$ 4,86 e representa 54,90% do total do VAF, esse setor engloba comércio, serviços, serviços autônomos e dentre outros. O comércio ao longo dos períodos teve várias oscilações em 2000 tinha um VAF de R\$ 5 bilhões em 2001 foi para R\$ 3,9 bilhões uma queda de 25,91% e no seguinte tem queda e volta a se recuperar em 2003, e nos anos posteriores seguiu uma série positiva de crescimento fechando com R\$ 6,3 bilhões em 2008 (Tabela 18).

Isso remete a idéia de que no comparativo do VAF os municípios objetos dessas análises, o município de Londrina o setor de comércio como destaque com uma fatia média de 56,51% de participação, enquanto que a indústria atingiu 37,88% e por último a agropecuária 5,93%. Nessa linha de raciocínio Joinville é forte no comércio atingiu 54,90% acompanhado de perto pelo setor industrial que participou 46,68% e agropecuária 0,33% percebe-se, portanto, que a agropecuária tem pouca interferência na composição do VAF. Outros setores como a indústria de transformação tem grande expansão, o comércio e serviços, faz com que o município cresça constantemente, as indústrias instaladas e algumas multinacionais que estão neste espaço de Joinville e contribuem para manter níveis elevados do VAF melhorando a cidade e fazendo com que o município se torne a principal cidade do Estado de Santa Catarina.

Concluindo as análises do VAF nos dois municípios, em Londrina visualiza uma distribuição, equilibrada nos setores terciários e secundários, com um pouco de carência no setor primário, que apesar de sua importância ainda deixa a desejar em relação aos outros setores.

E Joinville tem um maior impacto no setor terciário, juntamente com o setor secundário, lidera o VAF do município, restando o setor primário que praticamente nem aparece, mas a de lembrar aqui, que a região pratica um agricultura familiar para sustento próprio. Financeiramente Joinville lidera nos setores secundários e terciários, e Londrina terá que investir mais nos setores para se aproximar financeira e economicamente aos patamares apresentados pelo município de Joinville.

Segundo Lourenço (2003) a industrialização regional exigiria o aparecimento ou a consolidação de vantagens comparativas dinâmicas que por seu turno, dependiam da implantação

de uma diversificada rede infra-estrutural. Essa posição do autor vem de encontro com as realidades dos municípios estudados.

Os valores adicionados fiscais têm um fator relevante na diferenciação das dinâmicas de desenvolvimentos dos municípios com esses valores fiscais buscam entender melhor os resultados dos esforços nos investimentos produtivos, pois é um poderoso parâmetro para o setor econômico onde visa estar buscando sempre a maximização do lucro.

O município de Joinville tem um valor adicionado muito considerável com crescimentos positivos, exceto 2002 ficou negativo e Londrina, segundo a Secretaria do Estado e da Fazenda apresenta-se com vários períodos de crescimentos negativos demonstrados nas Tabelas 17 e 18.

No período de 2000 a 2008 as atividades dos setores tiveram comportamentos diferenciados, para Londrina os setores secundários e terciários permaneceram num mesmo ritmo conforme Tabela 18, e correspondem a 93,65% do valor adicionado fiscal nestes setores, Joinville tem também a indústria e comércio como os principais setores mais importantes esses dois setores correspondem com 99,69% do valor adicionado fiscal esses valores correspondem ao período de 2008.

Londrina tem no setor industrial 38,51% de participação no comércio 55,14% representa o valor agregado fiscal em 2008, Joinville tem na indústria 45,21% no comércio 54,47% verifica que esses setores são os responsáveis por manter o crescimento e desenvolvimento com isso a avaliação do VAF, tem como um diferencial no desenvolvimento entre os municípios, tem-se verificado que Joinville tem mostrado um melhor desenvolvimento em termos de valores fiscais, riquezas entre os setores secundários e terciários, cujos números mostram, a superioridade do município de Joinville em relação à Londrina com setor primário dos dois municípios frágeis em termos financeiros.

TABELA 18 – Valor Adicionado Fiscal por Setores econômicos dos municípios de Londrina e Joinville, Preços constantes entre 2000 a 2008 – (em R\$)

Anos	Valor Adicionado Fiscal - Londrina			Valor Adicionado Fiscal - Joinville		
	Primário	Indústria ²⁴	Comércio ²⁵	Primário	Indústria	Comércio
2000	117.617.031	1.359.912.530	2.050.744.699	27.739,54	3.563.261,13	5.277.246,00
2001	176.099.316	1.371.564.811	2.195.040.860	24.013,87	3.493.373,39	3.909.861,94
2002	312.410.951	1.493.855.493	2.151.218.468	38.083,79	3.160.502,68	3.861.370,79
2003	221.885.346	1.537.041.937	2.213.380.041	32.013,77	3.378.816,95	3.953.683,87
2004	227.872.152	1.705.147.501	2.495.422.261	23.790,23	4.161.049,69	4.283.580,47
2005	211.883.119	1.544.311.038	2.437.523.083	29.685,06	4.224.909,79	4.780.583,15
2006	176.336.772	1.530.455.464	2.280.267.649	31.163,59	4.961.125,15	5.582.954,65
2007	235.537.282	1.593.022.595	2.372.818.582	37.860,03	4.977.482,14	5.761.272,90
2008	250.110.618	1.577.586.514	2.258.691.892	24.943,00	5.277.246,00	6.358.363,00

Fonte: SEFA/ Secretaria do Estado e Fazenda – PR/SC

4.3.4. Renda

Nos últimos anos, o Brasil reduziu 28 milhões de brasileiros da pobreza e levou 36 milhões para a classe média. Essa mobilidade deverá continuar, pois ainda há 16 milhões de pessoas vivendo na extrema pobreza. Para isso, o governo criou o plano Brasil Sem Miséria, que aperfeiçoa e amplia o melhor da experiência brasileira na área social. O processo de ascensão social dos últimos oito anos foi decisivo para diminuir as desigualdades, ampliar o mercado interno, fortalecer a economia e acelerar o crescimento do país (Brasil sem miséria IBGE 2011). Isso se deve a comportamento da renda dos trabalhadores residentes e não residentes no país, conforme os números que serão apresentados na seqüência:

A renda per capita²⁶ média, do período 1991-2000 do município de Londrina cresceu 32,78% passando de R\$ 330,87 para R\$ 439,35 no município de Joinville cresceu 32,29% passando de R\$ 308,09 para R\$ 407,60 reais.

Em conseqüência a renda per capita média de Londrina em 1991 era de 7,39% em 2000 de 7,78% superior ao município de Joinville. Considerando o censo do ano de 2000, a pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 70,00).

²⁴ Indústria as atividades deste setor compreendem, indústria de transformação e extrativa mineral, construção civil, e serviços industriais de utilidade pública.

²⁵ Comércio as atividades deste setor compreendem, serviços, transporte e comunicação, intermediação financeira, administração pública, aluguéis e outros serviços.

²⁶ Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000.

Um dos problemas que os municípios enfrentam é o número de pessoas pobres, com renda insuficiente para o atendimento das necessidades básicas. E esse indicador afeta o crescimento do setor de mercado interno, pois depende da população e do seu poder aquisitivo para o mercado fluir (Souza, 2009).

Buscando superar os problemas surge uma medida que leva em consideração, a intensidade da pobreza e a desigualdade da renda entre os pobres, que é medido pelo coeficiente de Gini. No caso do município de Londrina a desigualdade cresceu e o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,58 em 2000, uma elevação de 3,44% caracterizando uma maior concentração de renda, e o município de Joinville teve um crescimento de desigualdade ainda maior passando de 0,49 em 1991 para 0,54 em 2000 uma elevação de 9,25% uma concentração de renda de alto grau elevado, conforme a Tabela 19 abaixo.

Pode-se observar que Londrina leva vantagem em sua renda per capita segundo Atlas e IPEA no ano de 1991 e 2000 percebem que a renda em Londrina é 7,78% superior em relação a Joinville com isso os trabalhadores estão aptos a consumir mais e investir mais, mesmo que seja a curto, médio, ou em longo prazo, gerando possibilidades de novos empregos, aquecendo a economia municipal de Londrina e Joinville.

Mesmo com todas as desigualdades em todos os municípios alguns ainda se superam devido a muitos receberem salários bens maiores, essa distribuição é feita para todos gerando algumas divergências em relação à renda, segundo o modelo clássico a alternativa de renda per capita tem certas tendências e podem ser resolvidas juntamente com as regiões locais para que possam ser similares.

Segundo IPEA a renda per capita mede o grau da distribuição de renda, e mostra como os municípios agem com o capital em circulação todos os meses, e com base em alguns dados temos o índice de Gini que mede a concentração de renda nos Estados e municípios, observa que Londrina em 1991 para 2000 foi verificada que o índice de Gini aumentou 3,44% tornando ainda maior essa concentração e no mesmo período Joinville aumentou 10,20% um acréscimo de 6,83% em relação à Londrina, mas mesmo com esse aumento do índice de Gini em relação à renda, observa que a concentração de renda tem um valor maior no município de Londrina.

Por isso o destaque na renda per capita é maior também, os municípios não se devem acomodar haja vista que as pequenas alterações nos índices sinalizam que a manutenção tem que

ser feita, é preciso de novas medidas políticas públicas que sejam capazes de promover, uma nova gestão com novas emendas com capacidades de beneficiar a comunidade como um todo.

Por outro lado, a abordagem endógena é extremamente importante para a análise do desenvolvimento regional, pois junto com o capital humano, as inovações tecnológicas, e conhecimentos de qualidade buscam priorizar essas atribuições para um melhor crescimento da renda e da região e do espaço em si.

TABELA 19 - Renda Per Capita e Percentual de Rendimentos do Trabalho recebidos – Censo de 1991 e 2000. (R\$ de 2000)

Ano	Londrina		Joinville	
	Renda per Capita (R\$)	Índice de Gini	Renda Per Capita (R\$)	Índice de Gini
1991	330,87	0,56	308,09	0,49
2000	439,35	0,58	407,60	0,54

Fonte: ATLAS/ IPEA

Passados 50 anos, alguns economistas ainda procuram compreender de que forma o crescimento econômico é capaz de influenciar nas desigualdades regionais. A desigualdade de renda costuma ser vista como uma falha de mercado a ser corrigida por políticas governamentais que, de um modo geral, buscam compensar esta desigualdade redistribuindo recursos no intuito de favorecer as regiões mais pobres e atrasadas, proporcionando assim, uma melhor distribuição de oportunidades e favorecendo a inclusão econômica e social (ATLAS 2003).

Com as transferências governamentais composta por: aposentadorias, auxílios e seguro desemprego, sem os tributos diretos e outros programas sociais. O que se deseja nesta análise é indicar as disparidades entre os resultados dos dois municípios analisados, no que prevalece o peso das transferências governamentais de renda, das aposentadorias e do trabalho.

Na Tabela 20 mostra que a distribuição das transferências governamentais, para o município de Londrina representou 7,09% em 1991 e 13,13% da renda total do município enquanto que Joinville verifica-se que teve um menor avanço nas transferências governamentais, em relação à renda total ficou com 7,41% em 1991 e 12,17% no ano de 2000 o município de Londrina teve na renda total 7,88% acima de Joinville.

Nas transferências governamentais com mais de 50% da renda total, o município de Londrina tem 4,42% em 1991 e 9,57% em 2000 um aumento de 116,51% na renda total do município, enquanto que Joinville participou com 5,46% em 1991 e com 11,47% em 2000 um

aumento de 110,07% na transferência de renda governamental. No rendimento do trabalho Londrina teve uma participação de 88,49% em 1991 e 77,30% em 2000 um crescimento negativo ao longo dos anos de 12,64% no trabalho, e Joinville têm uma participação de 87,13% em 1991 e 73,44% em 2000 também houve um crescimento negativo de 15,71% do rendimento do trabalho.

Analisando o perfil dos municípios as transferências de renda não são aconselhável e nem considerado pelo padrão de vida desses municípios, muitos necessitam e precisam dessa transferência de renda para conseguir sobreviver e ter um pouco de dignidade.

Em relação à dependência dos municípios em termos de rendimentos de acordo com o censo de 1991 e 2000 o município de Joinville torna se menos dependente das transferências governamentais mesmo com excelente desempenho, Londrina tem uma menor dependência em 1991 e em 2000 uma maior dependência da mesma forma Joinville, são rendimentos vindos do trabalho que se tornam ainda muito maiores em relação às transferências governamentais.

Schumpeter (1982) tem uma visão mais geral do desenvolvimento, acha que o crescimento vem do empresário, da inovação, do capital e com isso a taxa per capita de bens aumenta, conforme a inovação cresce, e as transferências de renda vão aumentando conforme o crescimento da tecnologia, dos investimentos dos empresários, fazendo com que um novo ciclo se forme levando um aumento na produção, e conseqüentemente gerando mais mão de obra nos setores industriais e comerciais.

TABELA 20 - Transferências Governamentais e Rendimentos do Trabalho Recebido – Censo 1991-2000 (Percentual).

Ano	Londrina			Joinville		
	Total da Renda	Mais de 50% da Renda Total	Rendimento do Trabalho	Total da Renda	Mais de 50% da Renda Total	Rendimento do Trabalho
1991	7,09	4,42	88,49	7,41	5,46	87,13
2000	13,13	9,57	77,30	12,17	11,47	73,44

Fonte: ATLAS

²⁷ Renda de transferência governamental equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município (IPEA).
Renda - rendimentos do trabalho equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município (IPEA).

4.3.5. Movimentação Financeira e Estoque de Crédito Rural

A movimentação financeira para os dois municípios, conforme alguns dados coletados do Instituto de Pesquisas Econômicas conforme mostra Tabela 21, com o intuito de verificar o comportamento das movimentações financeiras os Depósitos, Aplicações, Poupança, em relação aos anos de 1991, 1996, 2000. E todas essas movimentações têm várias possibilidades de aumentar os recursos que são aplicados, poupança, ações, dólar, ouro, terra, imóvel e cartas de crédito em longo prazo.

De forma mais abrangente, analisando os dados e os volumes financeiros de maior quantia, o município de Joinville tem uma superação apenas em depósitos e as aplicações em Londrina se garantiu no ano de 1996 e 2000 também se garantiu na poupança em 1996-2000 ambos as movimentações estão muito parecidas.

Olhando e analisando a Tabela 21 pode se constatar que nos depósitos Londrina cresceu ao longo do período em 98,30% e Joinville aumentou em seus depósitos em 131,33% em relação às aplicações Londrina cresceu em 1996 com 67,21% e Joinville permaneceu negativa em 1996 com 23,52% de queda, a poupança no município de Londrina esteve em crescimento de 319,76% um aumento muito significativo para o município, Joinville também cresceu 363,68% na poupança, um fato que chama atenção, são as aplicações no município de Joinville cresceram negativamente durante o período em 6,49% não é uma porcentagem alta mas faz uma diferença, comparado com a aplicação de Londrina que esteve com 51,96% de aumento no período.

Foram constatadas algumas variações que movimentarão o setor financeiro do município de Joinville depósitos com 131,23%, a poupança com 363,68% as aplicações ficaram negativas em 6,49% Londrina esteve com aplicações de 51,96% positivo ao longo dos períodos.

Percebe que as movimentações financeiras têm grande influência no crédito e nos setores financeiros, são utilizados como serviços bancários e como investimentos em seus municípios e aumentando o crédito para as pessoas físicas e jurídicas.

Pode-se constatar através desta análise que o município de Joinville tem um volume maior em depósitos, já nas aplicações deixa a desejar e na poupança tanto Joinville, quanto Londrina, tem uma pequena diferença no crescimento, Joinville lidera nas aplicações, interessante ressaltar que essas movimentações, aquecem o mercado, ajudam os bancos a fazerem empréstimos para produtores antecipando aquilo que eles ainda vão plantar e colher.

No período de 2000-2004 a operação de crédito rural no município de Londrina foi de 5,64% e de Joinville 3,74% cada um representando a linha de crédito no seu Estado. Londrina tem um território agricultável bem acima do território de Joinville. Em Joinville a extensão é menor o cultivo agrícola não é o principal setor, por isso o crédito rural não é de grande participação, Londrina tem um crescimento do crédito rural ao longo desses períodos de 317,24% positivo, fica claro que Londrina tem uma superioridade neste setor na área de crédito rural. O produtor prefere usar recurso de terceiros para custeio e investimentos agrícolas com isso minimizando os riscos financeiros devido aos planos de seguros agrícolas disponíveis e atrelados aos financiamentos.

TABELA 21 - Movimentações Financeiras, durante os anos de 1991, 1996, 2000 – R\$ de 2000 (Mil).

Ano	Londrina			Joinville		
	Movimentações Financeiras			Movimentações Financeiras		
	Depósitos	Aplicações	Poupança	Depósitos	Aplicações	Poupança
1991	213.793,57	736.990,80	104.376,25	246.785,64	1.115.350,74	102.499,70
1996	180.789,71	1.232.363,81	287.923,46	407.584,84	852.972,64	287.036,32
2000	423.966,07	1.119.975,39	438.136,82	570.657,44	1.042.940,96	475.279,19

Fonte: IPEA/Banco Central

O intuito de analisar o crédito rural tem um significado grande na parte de desenvolvimento do município através do meio rural, são plantados e colhidos, os produtos da terra que chegam ao meio urbano e se transforma em alimentos, e muitos desses produtos saem prontos para consumo na mesa dos consumidores.

Inicialmente se observa que o crédito rural serve para servir de custeio para investimento e comercialização de produtos agrícolas, e de ajuda no plantio das safras, essa política de crédito é para facilitar o produtor a cada safra.

Segundo o BACEN, as operações de crédito rural em Londrina ficam em média de R\$ 985.821,95 nos anos de 2000-2004 e Joinville de R\$ 278.566,323. Com base nos resultados apresentados Londrina tem uma participação maior no volume de crédito, Joinville com uma média menor o que faz a diferença é a extensão do tamanho do território de Londrina, se comparado com o município de Joinville essa região é pouco agricultável e o volume de crédito do Estado de Santa Catarina é muito menor, em 2004 o estoque é de R\$ 1,9 bilhões e do Paraná de R\$ 4,7 um valor bem acima correspondente há 146,93% outro fato também é a extensão do Paraná com uma área maior e na maioria cultivada.

TABELA 22 - Estoque de Crédito Rural²⁸, nos municípios e nos Estados e um percentual referente ao valor repassado no período de 2000 a 2004.

Ano	Londrina			Joinville		
	Londrina	Paraná	%	Joinville	Santa Catarina	%
2000	79.506,288	2.207.359,360	3,6	50.007,510	1.147.334,349	4,4
2001	144.774,705	2.760.359,360	5,2	64.777,880	1.379.930,006	4,7
2002	158.073,587	3.114.917,204	5,1	42.380,409	1.470.456,530	2,9
2003	271.732,677	3.843.941,204	7,1	60.049,699	1.742.253,369	3,4
2004	331.734,694	4.646.359,534	7,2	61.350,825	1.881.579,276	3,3

Fonte: IPEA – Banco Central

4.3.6. Exportações e Importações dos Municípios

Para North (1973) a exportação tem um papel principal para desencadear o processo de desenvolvimento, dando impulso a economia e também gerando benefícios a outras regiões. A exportação traz muitos benefícios aos municípios, gerando grandes oportunidades de trabalho de qualificação nos produtos de comercialização, e rompendo barreiras no setor exportador.

Segundo dados coletados no Ministério da Indústria e Comércio dos Municípios de Londrina e Joinville propiciam análises sobre os níveis de exportações e importações durante o período de 2001 a 2010. O volume de exportações apresentou no município de Londrina um crescimento de 261,58% entre 2001 a 2010. Por outro lado, aparece o município de Joinville com processos de exportação bem superior a do município de Londrina e no mesmo período foi constatado crescimento de 202,77% conforme Tabela 23. .

Analisando as importações entre os anos 2001 e 2010 Londrina apontou crescimento de apenas 7,03% ao comparar com a exportação o crescimento dos bens importados no município de Londrina foi menor que a evolução das exportações. As importações de Joinville cresceram em 752,09% ao longo dos dez anos, esse comportamento de crescimento das importações deve servir de alerta em relação ao saldo da balança comercial, visto que as importações aumentaram quase três vezes a evolução das exportações. No período analisado as exportações de Joinville são mais significativas que as de Londrina e na mesma linha de pensamento estão às importações, isso permite constatar que os volumes comercializados com o exterior por parte de Joinville são bem mais expressivos que os de Londrina.

²⁸ Valor da agregação do saldo contábil das operações de crédito (inclui custeio, investimento e comercialização do ciclo produtivo) realizadas pelas agências das instituições financeiras do município.

Considerando as exportações para o mercado externo, e os produtos comercializados dentro do território dos municípios de Londrina e Joinville, de acordo com o MDIC/SECEX, as exportações do município de Joinville representam em aproximadamente três vezes mais elevadas que o município de Londrina. Fica evidente neste trabalho que Joinville que tem como destaque a produção industrial, devido a grandes empresas instaladas produzindo em grande escala para exportação, isso credencia Joinville a uma vantagem comparativa sobre Londrina.

A importação é um ponto marcante, pois para Joinville ela representa 24,41% equivalente ao valor da exportação, isso no ano de 2003 e com passar do tempo se elevou para 44,09% do valor da exportação no ano de 2008 e em 2010 essa equivalência chegou a 85,99%. Exceto o ano de 2010, o saldo da balança comercial do município catarinense é bem significativo, isso mostra que a importação não afeta muito a economia do município.

As importações de 2003 do município de Londrina foram equivalentes 69,0% das exportações; as importações em 2008 representam 76,42% de suas exportações e no ano de 2010 atingiu a 76,26%. Esses dados remetem a concluir que, exceto o ano de 2010, as proporcionalidades nas importações/exportações de Joinville são bem menores que a de Londrina, quer dizer que Londrina está, proporcionalmente, comprando mais e vendendo menos em comparação com o município de Joinville. De qualquer forma, entende-se que a necessidade de insumos e bens advindos do exterior e a viabilidade econômica da política cambial têm afetado nessas decisões.

Neste período analisado pode-se verificar que Joinville apresenta níveis de exportação e importação superiores a Londrina. Nesse processo comércio internacional destaca-se as principais empresas indústrias em Londrina, tais como, Dixie Toga, Itap-Bêmis, Atlas Schindler, Cacique Café Solúvel, Milena Agro Ciências, Allvet Química, Lavanderia Clarear, Hussamann Thermoking e Ingersoll-Rand. Em Joinville as principais empresas industriais instaladas no Business Park seis delas ocupam a 1ª posição no mundo são elas: Alf Lex, Brenntag, Buhler S/A, Econ, Sew euro drive, Universal Leaf Tabacos. E o condomínio Douat conta com 13 empresas no ramo de metal mecânico. Outras de grande porte como Tupy, Tigre, e Dohler e etc.

E segundo a Secretaria do Planejamento do município, o complexo industrial Londrinense é constituído por várias indústrias de diversos setores. Os principais Shoppings são o Catuaí Shopping Center Londrina, o maior Shopping da cidade com 82 mil metros quadrados de área bruta para locação. Este Shopping é referência em uma área com 300 km de raio, habitada

por quatro milhões de pessoas, possui 304 lojas, praça de alimentação, sete salas de cinema, salão de boliche, e parque de diversões onde, um milhão de pessoas trafega pelo Catuaí todos os meses.

E dentre outros o Shopping Royal Plaza, Quintino, Londres, Contour, Planet Shopping, todas essas empresas e Shopping contribuem para o setor de exportação crescer.

O município de Joinville também tem alguns pontos básicos para o seu crescimento alguns condomínios industriais e empresariais que são uma opção bem procurada em Joinville, por diversos ramos, de acordo com dados (SEINFRA) Secretaria da Infra-Estrutura Urbana, o município não dispõe de uma legislação específica para a implantação de condomínios industriais. Existem em Joinville dez condomínios, e atualmente os condomínios industriais mais procurados no município são Perini Business Park, Condomínio Empresarial Conem e Condomínio Douat.

O Empresarial Conem possui 40 mil metros quadrados e consta de um conjunto de galpões de diferentes dimensões e altura de 4,5 m se encontra a empresa Tigre, e possui 37 empresas instaladas.

O Perini Business Park possui uma gleba de 1,5 milhões de m² referência na América Latina e representa o maior Condomínio Multi setorial do Sul do Brasil, e possuem 48 empresas distribuídas em 10 segmentos, Agronegócios, Químico, Metal mecânico, Informática, Plástico, Administração e Logística, Náutico, Construção Civil, Elétrico eletrônico, e Automotivo.

Com base na parte teórica o autor Shikida (2007) para ele as exportações surge através do crescimento regional que se baseia, na exportação dos produtos agrícolas ou industriais e possibilita as empresas a ter uma produção em escala mais ampliada.

Outro ponto que Souza (2009) argumenta que as exportações precisam ter mais facilidades para as compras externas nos países exteriores, isso explica o crescimento das importações, e mais produtos importados podem ser liberados ou monitorados. E com isso o resultado das comercializações de produtos beneficiados, resulta em captação de divisas, e posteriormente vindo a ser utilizada em aquisição a tecnologia, de equipamentos, insumos para melhorar o processo agroindustrial e gerar novos benefícios a região.

TABELA 23 – Balança Comercial de dos municípios de Londrina e Joinville (US\$) - FOB (milhões), Variação %, período de 2001 a 2010

Ano no	Londrina				Joinville				Londrina	Joinville
	Exportação (A)	Var%	Importação (B)	Var%	Exportação (A)	Var%	Importação (B)	Var%	Saldo (A-B)	Saldo (A-B)
2001	132.462	-20,25	341.271	2,89	563.286	-6,17	172.106	9,76	-208.810	391.180
2002	110.806	-26,35	204.988	-39,92	550.498	-2,27	162.797	-5,41	-94.182	387.701
2003	161.685	45,92	111.403	-45,65	732.453	33,05	178.367	9,56	50.282	554.086
2004	219.425	35,71	144.161	29,40	927.328	26,61	181.615	1,82	75.264	745.713
2005	274.286	25,00	170.598	18,34	986.078	6,34	262.670	44,63	103.689	723.408
2006	320.973	17,02	181.568	6,43	1.454.712	47,52	455.057	73,24	139.406	999.654
2007	366.001	14,03	234.521	29,16	1.605.551	10,37	556.069	22,20	131.481	1.047.193
2008	450.086	22,97	328.478	40,06	1.712.483	6,66	754.970	35,77	121.609	957.513
2009	392.868	-12,71	254.303	-22,59	1.317.567	-23,06	751.681	-2,27	138.564	565.885
2010	478.962	21,91	365.277	43,64	1.705.433	29,44	1.466.505	35,10	113.685	238.927

Fonte: IPEA/ MDIC/ SECEX, ministério da indústria e comércio exterior / secretaria do comércio exterior e municípios.

4.4. FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Ao ser analisado o período de 2000-2010 as Transferências Constitucionais do Estado para os municípios apresentam na maioria dos anos uma evolução nos repasses de competência Estadual referente ao ICMS e na seqüência o município de Londrina tem nos repasses em 2010 um valor de R\$ 75,5 milhões um aumento de 23,43% em relação à arrecadação de 2000 e no mesmo período de 2010 o repasse foi de 253,8 milhões no município de Joinville com um crescimento de 62,83% superior a arrecadação de 2000 o crescimento no período de Joinville foi superior a quase três vezes maior ao crescimento de Londrina na arrecadação do ICMS.

Com relação às transferências Constitucionais do Estado, durante o período de 2000-2010, o ICMS em média representou 83,44% para Londrina e 88,01% para Joinville. Os repasses referentes ao ICMS de Joinville foram em média 162,85% maiores que Londrina, em todos os anos os repasses foram superiores a Londrina, o município de Joinville leva vantagem em todos os períodos. O valor médio das transferências totais do estado de 2000-2010 com base na Secretaria do Estado e da Fazenda esteve com R\$ 86.759.539,62 em Londrina e R\$ 216.217.744,5 em Joinville, conforme Tabela 24.

As Transferências Constitucionais tem como base nas arrecadações os impostos, para uma melhor transferência é preciso ter uma ótima arrecadação e isso induz aos políticos a buscar mais mecanismos, para que ampliem e fortaleça suas receitas, trazendo mais parcerias com políticos

das regiões e juntamente com outras prefeituras, para estabelecer projetos regionais e locais para um melhor desempenho e crescimento dos municípios.

Através dessas transferências vindas do Estado e da União à arrecadação tributária tem um forte poder de mostrar como é o perfil econômico de cada município, através dessas transferências pode se visualizar como está o desenvolvimento de Londrina e Joinville.

Através de dados retirados do SEFA (2010) chegou à conclusão que o município de Joinville tem o ICMS como uma arrecadação superior ao município de Londrina, chegando a três vezes mais o valor arrecadado do município de Londrina, com isso percebe que a produção de bens, serviços e comercialização de produtos no município de Joinville é maior.

O ICMS é a principal transferência do Estado para os municípios de Londrina e Joinville e as transferências do FPM também tem papel fundamental, o repasse dos municípios de Joinville exerce uma vantagem absoluta e relativa sobre o município de Londrina.

No ICMS o município de Joinville supera Londrina em média 162,85% isso significa que o potencial de Joinville é bem maior em relação à Londrina (Tabela 24) os valores dos repasses a valores deflacionados.

TABELA 24 - Transferências Constitucionais ICMS do Estado para os Municípios de Londrina e Joinville, a Preços Constantes do Período de 2000-2010.

Transferência do Estado para os Municípios (R\$)				
	Londrina		Joinville ²⁹	
Ano	ICMS ³⁰	Transferência total ³¹	ICMS	Transferência total
2000	61.241.229,11	72.048.504,79	155.924,88	171.718,66
2001	66.481.572,25	78.213.614,36	163.924,87	188.363,10
2002	67.466.931,14	79.372.860,13	164.954,29	188.202,53
2003	68.586.695,14	80.690.229,57	179.714,21	200.019,87
2004	71.120.939,66	84.377.786,82	179.326,20	199.471,79
2005	75.652.407,86	89.007.834,03	183.084,47	210.654,63
2006	77.837.660,92	91.573.718,60	171.596,24	203.173,14
2007	76.979.412,11	92.367.904,74	180.518,28	185.770,45
2008	79.579.680,60	97.436.111,60	221.570,62	256.643,51
2009	75.818.271,10	94.772.838,65	238.789,21	278.462,68
2010	75.594.826,26	94.493.532,58	253.887,13	295.914,83

Fonte: SEFA- Secretaria do estado das Finanças- PR-SC

²⁹ Em todos os valores do município de Joinville foram desprezados os centavos.

³⁰ - ICMS - valor referente a cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido deduzido 20,00% para o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização aos Profissionais da Educação, e eventuais valores dados como garantia.

³¹ Os repasses do governo Estadual se referem ao ICMS, IPVA, Royalties e fundo de Exportação.

No período de 2000-2010, o município aumentou sua arrecadação, parte se deve aos fundos provenientes do governo Federal que representam neste caso o fundo de participação dos municípios – FPM e teve um crescimento de 52,42 % de repasses Federais para o município de Londrina e 56,70% para o município de Joinville durante o período analisado.

Num comparativo de valores, o município de Londrina tem vantagens em todos os anos no período analisado isso no FPM e Joinville nos repasses totais em valores superou significativamente os valores totais de Londrina. Durante 2000-2010 os repasses totais Federais apontaram crescimento de 71,36% no município de Londrina, enquanto que em Joinville o crescimento foi de 108,3%.

Com isso a transferência total do município de Joinville em valores supera e deixa Londrina muito atrás, no ano de 2010 em relação do FPM, com os repasses totais para Londrina foi de 33,50% de Joinville 18,59% isso caracteriza o peso relativo dos municípios nas transferências Federais, e um peso relativo inferior dos municípios na participação do FPM.

Outro ponto de 2000-2010, os valores reais do FPM tiveram elevações significativas nas transferências totais. No período de 2003, 2009, e 2010 foi de 5,01% negativo 8,64% e 7,52% o crescimento que esteve com mais queda foi 2010 no município de Londrina. Por outro lado, o crescimento negativo se deu nos anos de 2003 e 2009 com taxas de 9,64% e 10,66% respectivamente.

O crescimento das receitas dos municípios em relação à transferência total do governo Federal tem crescido ao longo dos anos exceto em 2003 o município de Londrina teve queda de 4,06% e o município de Joinville esteve positivo em todos os anos, conforme visto na Tabela 25 a transferência total de Londrina em 2000 era de R\$ 57.740,352 e passado 10 anos permanece em 2010 com R\$ 98.944,782 das transferências para o município. As transferências recebidas pelo município de Joinville em 2000 foram de R\$ 75.794,989 comparando com as transferências recebidas em 2010 foi R\$ 157.948,707 a evolução foi superior a 100%.

Ao compararmos com as transferências no nível Federal Total e FPM, percebe-se que Londrina tem uma superioridade no FPM em todos os anos, em 2010 com 12,90% em relação ao município de Joinville. E nas transferências totais Joinville tem superioridade em todos os anos, com certeza isso se dá a arrecadação que o município tem em outros impostos.

Esse período de crescimento se deu com aperfeiçoamento dos municípios com a globalização e a modernização de equipamentos, e pela estabilidade da moeda que melhorou o

sistema financeiro, e o crescimento se deu através de todos os setores principalmente no comércio indústria expandindo sempre mais o mercado consumidor.

TABELA 25 - Transferências Constitucionais Federais FPM para Londrina e Joinville no período a preços Constantes de 2000 - 2010.

Transferências Federais para os Municípios				
Ano	Londrina		Joinville	
	FPM	Transferência total ³²	FPM	Transferência total
2000	21.749,423	57.740,352	18.737,533	75.794,989
2001	22.965,892	60.587,164	20.479,870	82.053,196
2002	24.789,568	62.546,745	22.091,347	87.523,973
2003	23.546,578	62.292,182	19.961,079	91.673,755
2004	24.162,299	66.042,839	20.160,209	99.814,141
2005	28.973,219	74.954,364	23.893,862	109.551,714
2006	31.276,180	78.990,330	25.580,583	114.431,003
2007	34.008,940	84.378,313	27.535,696	122.773,396
2008	39.242,181	101.445,173	32.784,717	142.650,909
2009	35.848,790	99.935,522	29.288,896	147.757,817
2010	33.151,388	98.944,782	29.363,458	157.948,707

Fonte: Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional

Percebe que as receitas municipais resultam de transferências do governo Federal, Estadual e mais as receitas arrecadadas nos municípios. Em Londrina o repasse Federal com valores deflacionados tem todos os anos um crescimento positivo de 2003 a 2010, exceto em 2010 o repasse foi menor que no ano anterior, esteve com queda de 0,99% negativo uma diferença mínima e Joinville teve nos repasses registrados todos com crescimento positivo.

Nos repasses Estaduais do município de Londrina, considerando valores deflacionados foram registradas variações positivas, exceto também no ano de 2010 deixando de repassar alguns investimentos para algum setor econômico ou social. O município de Joinville teve períodos de queda nos repasses Estaduais em 2004, 2006, e 2007 neste período, houve uma queda em 2007 de 8,56% nas receitas.

Percebe que a receita própria do município de Londrina, a valores deflacionados apenas no ano de 2005 esteve negativa, fechando todos os períodos com crescimento positivo. Analisando o comportamento das receitas próprias com o somatório das principais fontes de arrecadação, Federal, Estadual e própria. A participação da receita própria durante o período de 2003-2010 no município de Londrina ficou em média 60,87% e Joinville com 52%.

³² Os repasses do governo Federal se referem ao FPM, ITR, Lei Complementar 87/96, FEX, CIDE, FUNDEP.

Durante 2003-2010 a receita própria esteve com um crescimento em Londrina de 56,38% e Joinville de 44,28%. No município de Londrina percebe-se que o governo Federal teve seu maior repasse em 2009 com 37,51% para Londrina e do governo Estadual teve uma transferência maior correspondente ao valor arrecadado pelo município, com 40,56% em 2006 equivalentes a receita própria do município de Londrina, o estado em 2008 teve a menor participação na receita do município com 29,85% dos repasses conforme mostra a Tabela 26.

A principal receita é feita de uma composição de Transferências Federal, e Receitas Tributárias que tem um comportamento diferente entre os dois municípios. No município de Joinville as transferências das esferas federais e estaduais, principalmente essa última são superiores as receitas próprias com valores maiores que Londrina que tem apenas a receita própria do seu município a favor (Tabela 26).

Um ponto crucial está ao visualizar a Tabela 26 que mostra o repasse do Estado para o município de Joinville, chega a ser quase três vezes maior que o valor repassado para Londrina no Estado do Paraná. Percebe-se, portanto que Londrina tem uma receita tributária maior em relação a Joinville que por sua vez tem a vantagem nos repasses do governo federal e estadual.

TABELA 26 - Principais Receitas dos Municípios de Londrina e Joinville Preços Constantes no Período de 2003-2010.

Anos	Londrina			Joinville		
	Federal	Estadual	Própria	Federal	Estadual	Própria
2003	62.292,182	80.690,229	200.960,853	91.673,755	200.019,87	178.530,97
2004	66.042,839	84.377,786	220.749,474	99.814,141	199.471,79	213.017,61
2005	74.954,364	89.007,834	219.429,496	109.551,714	210.654,63	242.784,62
2006	78.990,330	91.573,718	232.849,471	114.431,003	203.173,14	237.566,28
2007	84.378,313	92.367,904	261.398,835	122.773,396	185.770,45	250.652,90
2008	101.445,173	97.436,111	326.361,645	142.650,909	256.643,51	257.721,19
2009	99.935,522	94.772,838	266.417,795	147.757,817	278.462,68	263.580,33
2010	98.944,782	94.493,532	314.272,080	157.948,707	295.914,83	257.586,00

Fonte: SEFA - Prefeituras de Londrina – Joinville

Considerando a comparação entre as receitas tributárias do município de Joinville, no ano de 2010 as transferências federais corresponderam a 61,31% e as estaduais 114,88%, percebe-se que em 2005 foi o menor repasse federal de 45,12% e o menor repasse estadual ocorreu em 2007 com 74,11% correspondente a receita própria do município de Joinville.

Conforme visto na Tabela 26, as arrecadações dos municípios e os repasses do Estado e do governo Federal são expressivos, a receita própria de Londrina é maior com 22% em 2010 em relação ao município de Joinville. Os números mostram que a porcentagem de repasses do

governo de Santa Catarina e Federal são maiores do que o repasse obtido no município de Londrina pelo Estado do Paraná, um ponto positivo devido à participação expressiva do segmento industrial e o do dinâmico setor de serviços.

Na Tabela 27 pode-se visualizar a participação nas transferências de receitas em relações as próprias receitas, o município de Joinville tem destaque nos repasses Federal e Estadual, isso se deve aos grandes parques industriais instalados no município, gerando produção e serviços para a sociedade local e regional.

TABELA 27 – Participação nas Transferências de Receitas em Relação às Receitas Próprias em (%).

Anos	Londrina		Joinville	
	Federal	Estadual	Federal	Estadual
2003	30,99	40,15	51,34	112,00
2004	29,91	38,22	46,85	93,64
2005	34,15	40,56	45,12	86,76
2006	33,92	39,32	48,16	85,52
2007	32,27	35,33	48,98	74,11
2008	31,08	29,85	55,35	99,58
2009	37,51	35,57	56,05	105,64
2010	31,48	30,06	61,31	114,88

Fonte: SEFA – Elaborada pela Autora

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de apresentar através dos dados coletados as principais diferenças do desenvolvimento entre os municípios de Londrina e Joinville, identificando os pontos do objetivo que foi proposto no problema da dinâmica do desenvolvimento e suas variáveis.

Percebe que tanto Londrina como Joinville possui um setor terciário e secundário forte, isso faz com que a população busque caminhos diferentes para uma melhoria na qualidade de vida nos municípios, com o crescimento industrial sempre crescente em Joinville, isso chama atenção da população com opções de trabalho, em vários setores.

A população no município de Londrina tem tudo para crescer ainda mais, possui um território maior se comparado com Joinville, podendo ainda acolher mais população do que possui no momento, Joinville tem uma população superior em relação à Londrina com isso torna o município mais desenvolvido e com infra-estrutura que ajuda a se desenvolver e elevar o grau de satisfação da população, outro ponto que Londrina possui o grau de urbanização mais elevado, e mesmo assim não consegue ultrapassar a população de Joinville nos últimos anos.

Durante todo o processo de investigação de dados o desenvolvimento social faz de Joinville ser superior, na esperança de vida no município está entre um dos melhores do Estado de Santa Catarina, isso torna a dinâmica de desenvolvimento ser eficiente e de qualidade no município.

Também pode analisar que a PEA em Joinville é superior e possui muita mão de obra devido ao setor industrial ser muito expansivo e possuir grandes indústrias, o mercado de trabalho é um fator que influencia no desenvolvimento, tanto para Londrina como para Joinville que possuem saldos positivos nos últimos períodos analisados, mesmo o saldo sendo positivo o município de Joinville supera no crescimento de empregos, o processo de industrialização é grande e mesmo com a tecnologia avançada é preciso de pessoas que manipulem as máquinas, administrem as empresas e isso sempre acaba gerando novos trabalhos e assim sucessivamente.

Devidas às análises feitas pode-se encontrar no IBGE na área das cidades o quanto em média, os trabalhadores recebem de salários nos municípios, Londrina em 2009 a média era de 2,8 salários mínimos, e para Joinville de 3,3 salários mínimos então o salário nominal da população dos municípios ficam em torno desta média, mesmo assim Joinville supera no nível de renda juntamente com o emprego.

Na mesma tendência o PIB produto ou valor adicionado gerado no território de um País, região ou Estado, com o PIB dos municípios analisados tem grande influência no seu Estado, Londrina tem crescimento nos três setores, mas o setor terciário e o setor secundário são os mais importantes. Joinville apresenta nos setores secundários e terciários são os que mais geram resultados no PIB no município, cujo comportamento é idêntico ao do Estado. Devido ao bom desempenho da economia de Joinville o PIB per capita reflete esse crescimento e isso faz com que aumente renda per capita dos trabalhadores locais, conseqüentemente contribuindo para a elevação de consumo dando mais impulso ao comércio local.

No município de Londrina a renda per capita supera a de Joinville, porém com os dados analisados percebe-se que a concentração de renda é maior no município, quer dizer que tem muitos ganhando salários elevados e outros ganhando um salário menor, e Joinville tem uma concentração de renda mais diversificada. Com isso foram citadas algumas vantagens econômicas e sociais para o município de Joinville que mostram as diferenças no desenvolvimento, que pode ser respondido o tema da questão deste trabalho segundo as estatísticas encontradas.

Através dos indicadores pode ser concluído que o crescimento populacional, PEA, sociais, humano, emprego, PIB, VAF, renda, industrialização, exportações, transferências constitucionais, foram os principais determinantes que respondem ao problema citado no trabalho, que pode ser visto nos resultados alcançados pelo município de Joinville que mostrou ser mais significativos e teve um nível de desenvolvimento econômico e social bem mais elevado e com mais qualidade.

Por outro lado o município de Londrina tem algumas vantagens como densidade demográfica maior, urbanização, as movimentações financeiras no setor agropecuário, transferências governamentais, renda per capita, com isso essas variáveis ajudam Londrina a crescer e produzir.

No setor de exportação Joinville supera ao de Londrina, além de possuir uma produção em escala facilitando a produção para que haja redução dos custos de produção. O setor industrial é o ponto forte dessas vantagens comparativas.

No valor adicionado fiscal de Joinville percebe que a indústria e o comércio são os principais setores econômicos que levam o município a desenvolver melhor e assim gerar mais recursos para o setor, e nas movimentações financeiras Londrina tem nas aplicações uma

vantagem grande, e na área de crédito rural essa movimentação no município de Londrina é superior ao município de Joinville.

Outro ponto que se destaca é arrecadação do ICMS o município de Joinville tem uma superioridade muito elevada de produção dos bens e serviços. Um fato importante que chama a atenção no município de Londrina é FPM (Fundo de Participação do Município) mostra a superioridade em todo o período analisado em relação a Joinville.

Nas arrecadações do governo federal e estadual, Joinville recebe um valor muito superior em relação à Londrina, a receita tributária do município é maior que de Joinville então percebe que tem algumas políticas públicas diferenciadas em cada município.

O município de Joinville uma agricultura apenas para própria subsistência, já o setor industrial e o setor de serviços têm um crescimento muito significativo, às indústrias atraem mais população para o município, que tem potencialidade de crescer ainda mais, e juntamente com o processo de colonização, devido a sua localidade que está em uma região com uma vasta extensão de rodovias, com portos, aeroportos, com uma infra-estrutura de qualidade, isso facilita o município de Joinville, que possui vantagens em alguns indicadores econômicos devido a sua estrutura e colonização, que a faz ser superior de Londrina.

Com um desenvolvimento contínuo e com o uso de tecnologias avançadas e com o setor de serviços em franco crescimento, faz com que a população jovem de outras regiões, venha em busca de trabalho e de um futuro garantido, Joinville supera Londrina e tem uma política pública mais voltada para o desenvolvimento e crescimento do setor industrial, comercial e municipal, com incentivo do estado e de outros órgãos públicos, com isso a região tende a se desenvolver ainda mais e elevar o nível da população para uma classe média mais equilibrada.

Essas colocações promovem a identificação das diferenças existe nos setores econômicos dos municípios, de acordo com as informações a uma grande movimentação nos setores econômicos, que atrai novos habitantes, através de empregos, uma renda melhor, uma qualidade de vida e qualificação profissional, que tenha futuro, através da industrialização em expansão nos municípios principalmente em Joinville a participação de grandes indústrias mostra que o desenvolvimento é elevado e que os resultados das análises foram determinantes para mostrar a superioridade do município de Joinville em relação ao município de Londrina.

Todas as análises efetuadas no decorrer deste trabalho remetem as conclusões dos níveis de desenvolvimento dos municípios objeto do presente estudo. Com exceção de Curitiba e Porto Alegre, os municípios de Londrina e Joinville apresentam os melhores níveis de desenvolvimento econômico justificam suas posições no ranking dos municípios do sul do País. Os números apresentados confirmam uma ligeira supremacia do município de Joinville em relação à Londrina devido suas vantagens sociais e econômicas notadamente no setor industrial.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informações e documentação; projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2007.

——— NBR 12225: informações e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

——— NBR 14724: informações e documentação: paginação: apresentação. Maringá, 2006.

——— NBR 6028: informações e documentação: título: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ANDRADE, M.C. Espaço polarização e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1ª edição (p.125) 1973.

ANTONIO, Jorge Santos S. Turismo Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbana regional baseada em cluster, 2004, São Paulo, USP.

AGROINDICADOR: indicadores para agricultura catarinense. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, v. 3, n. 3, jul. 2002

ARAÚJO, J.D. padrões tecnológicos e transformação no setor leiteiro: uma abordagem Schumpeteriana. São Paulo, 1989. 125 p. Tese (Doutorado) – FEA / USP.

BALBIM, Renato Nunes. Região, Território, espaço: funcionalização e interfaces. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (org) Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisada. São Paulo: Hucitex, 1996. P. 160-169.

ATLAS: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

BOISIER, S. (1989) Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional in Haddad, P.R (Org) Economia Regional: Teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB-ETENE p.p589-694 (106).

BOUDEVILLE, Jacques, R. Aménagement Du territoire et polarisation. Paris: M. Th. Génin, 1972.

BUARQUE, Sergio. C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local Municipal Sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em Planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASTIELNOU, Antonio Manoel N. Panorama geral de arquitetura Londrinense. 1996. Monografia (graduação de Arquitetura e urbanismo) – Cesulon, Londrina

COMPANHIA Melhoramentos de Terras do Norte do Paraná. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná 1975. (Publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP).

CHENERY, Eles. Changement dês structures et politiques de developpement. Paris: Econômica, 1981.

DUNCAN, Marcelo. Discussão e Compreensão das Áreas de Resultados propostas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 2004 – MDA.

EKERMAN, ZERKOWSKI R. M. A análise teórica Schumpeteriana do ciclo econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 38, n .3 p. 205- 228, jul/set. 1984.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

_____, Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FILHO, J.A. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. In:Planejamento e Políticas Públicas.

FILHO, ALCIDES G. Formação econômica de santa Catarina. Florianópolis: Cidade futura, 2002.

FONSECA, M.A.R. Planejamento e desenvolvimento econômico. São Paulo, Thomson Learning, 2006.

FRIEDMANN. J.R.R. Introdução ao planejamento regional. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1960.

FRANCISCO Américo Cassano. Questão do emprego na economia política, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Dissertação de mestrado, 2002.

GASTALDI, J.P. Elementos de Economia Política. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

HIGGINS, Benjamim. The scope and objectives of planning for underdeveloped regions. Rio de Janeiro, Apec, 326: 37-62, Junho, 1969.

HIRSCHMAN. Albert O. Stratégie Du développement économique. Paris: Les Ed.Ouvrieres, 1974.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda, São Paulo: Atlas, 1990.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ILPES, (1994) Los Escenarios Del desarrollo descentralizado en América Latina: Serie Investigacion, Santiago de Chile, Ilpes Cepal, Junior.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e Social.

IPEA: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada.

LOPES, A.S. (1995). Formação para o desenvolvimento, Lisboa, ed, Fim do século.

MAMIGONIAN, Amen. Tendências atuais da geografia. Geosul. Revista do departamento de geociências / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. Ed, da UFSC, 1999.

MARX, Karl. (1980). O Capital: critica da economia política, (tradução de Reginaldo Sant'Anna), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S.D, 6V.

MORO, D.A. A organização do espaço como objeto da geografia. Rio Claro, 15 (1): 1-19, Abril 1990.

MOORE, Wibert E. O impacto da indústria, modernização de sociedades tradicionais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MOREIRA, M.M. Progresso técnico e estrutura de mercado. O caso da indústria de teleequipamentos. Rio de Janeiro. BNDES, 1989. p, 151.

MILANI, Carlos, Teorias do Capital Social e Desenvolvimento local: Capital Social, participação Política e desenvolvimento local. Escola de Administração da UFBA, 2005.

NAPOLEONI, Claudio, Smith, Ricardo, considerações sobre a história do pensamento econômico, Rio de Janeiro: Graal, 1988.

NORTH, Douglas C. (1955), "Location Theory and Regional Economic Growth", in Journal of Political Economy.

_____, **Douglas C.** Teoria de Localização e Crescimento Econômico Regional. IN: Schwartzman, J. Economia Regional: Textos escolhidos, Cedeplar, Belo Horizonte, 1977.

PAIVA. C.A.N. O que são sistemas locais. IN: I Encontro de Economia Gaúcha, 2002, Porto Alegre, 2002.

PASSOS, Viviane Rodrigues de Lima. A verticalização de Londrina: 1970/ 2000- A Ação dos promotores imobiliários. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Londrina, 2007.

PERROUX, F (1964), " A idéia de progresso perante a ciências Econômica do nosso tempo", Análise social I (2) Lisboa.

_____. O conceito de pólo de crescimento. In Schwartzman, Jacques. Economia regional. Belo horizonte: Cedeplar, 1977, (textos escolhidos).

PEREIRA, Guedes. O Confronto entre índios e colonos na Dona Francisca. (1851-1900). Monografia (curso do Historia). Universidade da região de Joinville, 1988.

POLÉSE, M (1998). Economia Regional e Urbana: a lógica espacial das transformações econômicas. Lisboa, APDR.

PRODUTO INTERNO BRUTO – SETOR AGROPECUÁRIO – 1985-2002. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002.

REVISTA, Banco Mundial, 1991, p.57 Apud de Souza, Nali de Jesus de Desenvolvimento econômico/ 5.ed. São Paulo; Atlas, 2009.

REIS, Elisa Pereira, Estado, Sociedade Civil e mercado na Implementação de políticas sociais, 2006.

RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril cultural, 1982.

RICHARDSON, Harry W; Townroe, Peter M. regional Policies in developing Countries, in Mij.Kamp. Peter (ed). Handbook of regional an urban economics. Amesterdam. North Holland, 1986. V,1, cap 16, p, 647-678.

_____, H.W (1969), Elementos da Economia Regional. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

RIVERO, O. de O mito do desenvolvimento ao países inviáveis no XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROLIM (1999). Reestruturação produtiva, mundialização e novos territorialidades: um novo programa para os cursos de Economia regional e urbana, Rio de Janeiro: CMDE, UFPR. Texto para discussão nº5.

_____(2000), É possível a existência de sistemas regionais de Inovação em Países Subdesenvolvidos. Regional Science association International Word Congress. Lugano, Suíça.

_____ C.F.C. Introdução ao Desenvolvimento Regional e Local, Modulo II. Julho, 1970.

ROSTOW, W,W. (1974). Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista, Rio de Janeiro, Zahar.

SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SACHS, Ignacy. Das coisas e dos homens. Teoria do desenvolvimento a espera de sua revolução copernicana jornal da ciência. São Paulo 23 Julho de 2001.

SEN, Amartya (2000). Desenvolvimento como liberdade – São Paulo: Companhia de letras.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Abril cultural, 1983, 2v. Apud, Souza Nali de Jesus de desenvolvimento econômico / 5ª edição, ver- São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico / Nali de Jesus – 5. Ed. Ver- São Paulo: Atlas, 2005.

_____, **Nali de Jesus.** O desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil, análise econômica. Porto Alegre UFRGS, ano 11, n.19, p 29-59, mar, 1993.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____, O desenvolvimento econômico, Cambridge, Harvard University, 1957.

_____, Teoria do Desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril, cultural, 1982, 169 p, (serie os economistas).

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (et. AL.) Uma análise econometrica preliminar das ofertas de açúcar e álcool Paranaenses. Revista de economia agrícola. São Paulo: IPEA / USP, 2007.

SPINOLA, Noelio D. Política de Localização industrial e desenvolvimento regional a experiência da Bahia, Salvador: Unifacs, 2003.

SWEEZY, Paul. Teóricos e teoria da economia. Rio de Janeiro, Zahar 1962.

THOMAS, Vinod et.al. A qualidade do crescimento, Ed. Unesp, 2000 disponível em [HTTP://WWW.bancomundial.org.br](http://WWW.bancomundial.org.br). Acesso em: 2000

TOLOSA Hamilton C. Pólos de Crescimento: teoria e política econômica. In: Haddad, Paulo Roberto (ed). Planejamento Regional, métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, 1972. P. 189-243.

VASQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

_____, (1999), Desarrollo, redes e innovacion: Lecciones sobre desarrollo endogeno – Madrid: Ediciones Piramide, S. A. 268 p.

_____, (1993), Política Econômica Local, Madrid, Pirâmide.

VEIGA, Carlos Eduardo Lacerda. Modelo de gestão da união e o roteiro de elaboração do PPA, para municípios, Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Investimentos Estratégicos, 2005.

_____, Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.